



REVISTA **CERRADOS**

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - UNIMONTES
V.1 - N.1/ 2003 - Anual

ENTREVISTA - Professor Manuel Correia de Andrade
Por *Anete Marília Pereira e Marina de Fátima Brandão Carneiro*

ARTIGOS

A Geografia Escolar: entre o Estado-Nação e a Globalização

Tadeu Pereira Alencar Arrais

A aplicação de um recurso metodológico no processo de construção do conhecimento em educação ambiental

Maria Ivete Soares de Almeida

O Meio Ambiente no contexto da Globalização

Anete Marília Pereira

Reflexões sobre a auto-sustentabilidade em condições de pobreza

Ailton Mota de Carvalho

Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações

Marina de Fátima Brandão Carneiro

La evolucion climática Del Holoceno, el desarrollo de los suelos y la edad de los sedimentos en la plataforma basculada,
Cordoba, Argentina

Jorge Alberto Sanabria e Graciela Leonor Argüello

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

Coordenação

Marina de Fátima Brandão Carneiro

REVISTA CERRADOS

Departamento de Geociências
da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ISSN 1678-8346

REVISTA CERRADOS	Montes Claros	v. 4, n.1- 2006	p. 1-133	jan./dez. 2006
------------------	---------------	-----------------	----------	----------------



Montes Claros
2006

COPYRIGHT ©: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

REITOR

Paulo César Gonçalves de Almeida

VICE-REITOR

João dos Reis Canela

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

Diretor

Mércio Coelho Antunes

Chefe do Departamento de Geociências

Romana de Fátima Cordeiro Leite

REVISTA CERRADOS

Coordenação Editorial

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Conselho Editorial

Anete Marília Pereira

Expedito José Ferreira

Fernando Haroldo Mota Nobre

Yara Maria Soares Costa da Silveira

Ivo das Chagas

Maria Ivete Soares de Almeida

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Marcos Esdras Leite

Conselho Consultivo

Ailton Mota de Carvalho (UENF, Campos dos Goytacazes/RJ), André Roberto Martin (USP, São Paulo/SP), Beatriz Ribeiro Soares (UFU, Uberlândia/MG), Jorge Alberto Sanabria (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina), Jorge Luís Silva Brito (UFU, Uberlândia/MG), José Bueno Conti (USP, São Paulo/SP), José Manuel Sayago (Universidad Nacional de Tucumán/Argentina), Lucivânio Jatobá (UFPE, Recife/PE), Manuel Correia de Andrade (FUNDAJ, Recife/PE), Maria Geralda de Almeida (UFG, Goiânia/GO), Roberto Célio Valadão (UFMG, Belo Horizonte/MG), Rogério Haesbaert da Costa (UFF, Niterói/RJ).

Arte/ Impressão:

Imprensa Universitária Unimontes - Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro

Diagramação/ capa:

Maria Rodrigues Mendes

Revisão lingüística:

Nesmária Sany Costa Alves

Digitação:

Jean Carlo Laughton de Sousa

Publicação Anual

UNIMONTES – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro - Departamento de Geociências

Caixa Postal: 126 - CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG.

E-mail: depto.geociencias@unimontes.br - Telefones: (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA).

Catálogo: Divisão de Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge – Unimontes

Revista Cerrados / Coordenação de Marina de Fátima Brandão
Carneiro. – v. 4, n. 1, (2006) - . – Montes Claros : Ed.
Unimontes, 2006-

v. ; 26 cm.

Anual

ISSN 1678-8346

1. Geografia. 2. Geociências. I. Carneiro, Marina de
Fátima Brandão, (coord.). II. Universidade Estadual de Montes
Claros. Departamento de Geociências. III. Título.

CDD 900 - Geografia
551 - Geociências

Foto capa: Ipê rosa (*Tabebuia Pentaphylla*)

Autor: Jean Carlo Laughton de Sousa

EDITORIAL

Mesmo com sua escassez financeira, o Departamento de Geociências tem conseguido organizar e publicar a Revista *CERRADOS* com regularidade. Isso não seria possível se não houvesse a confiança e o interesse dos autores que recorrem à revista como meio de divulgação de suas reflexões, dos resultados de suas pesquisas, de suas idéias.

A Revista *CERRADOS* publica nesta edição alguns trabalhos apresentados no “VI Encontro Regional de Geografia – VI ERG”, realizado pelo Departamento de Geociências, pela Coordenação Didática do Curso de Geografia e pelos acadêmicos deste Curso, no período de 20 a 24 de novembro de 2006, cujo tema geral foi “A Geografia e a Espacialidade Regional: práticas, diálogos e perspectivas”. O VI ERG constituiu-se num fórum de reflexões, debates e de consciência das questões que versam, especialmente, sobre o espaço Norte Mineiro, as realidades socioeconômicas, tecnológicas, ambientais, culturais e do ensino da Geografia.

Os artigos vinculados ao VI ERG aqui editados são os seguintes: “A Geografia e a questão regional num contexto de novas configurações territoriais” e “Múltiplos olhares sobre a região Norte de Minas”, de Anete Marília Pereira; “Emergência e desenvolvimento do regionalismo Norte Mineiro: um enfoque histórico”, de Laurindo Mékie Pereira; “Geotecnologias: aplicabilidade nos estudos dos espaços geográficos”, de Jorge Luís Silva Brito e Marcos Esdras Leite; “Geotecnologias aplicadas ao estudo do espaço urbano: o caso da especulação imobiliária em Montes Claros/MG”, de Marcos Esdras Leite; “Populações tradicionais do Sertão Norte Mineiro e as interfaces socioambientais vividas”, de João Batista de Almeida Costa; “O ensino da Geografia na atualidade: desafios e perspectivas”, de Janete Aparecida Gomes Zuba.

Compõem, também, este número as seções: Resumos de Dissertações e Instruções para Autores.

Esperamos que este número da Revista *CERRADOS* seja, como os anteriores, fonte para consulta e possa continuar contribuindo para os debates indispensáveis para a construção do pensamento geográfico.

Marina de Fátima Brandão Carneiro
Coordenadora Editorial

SUMÁRIO

ARTIGOS

A GEOGRAFIA E A QUESTÃO REGIONAL NUM CONTEXTO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS Anete Marília Pereira.....	11
MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A REGIÃO NORTE DE MINAS Anete Marília Pereira.....	23
EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO REGIONALISMO NORTE-MINEIRO: UM ENFOQUE HISTÓRICO Laurindo Mékie Pereira.....	43
GEOTECNOLOGIAS: APLICABILIDADE NOS ESTUDOS DO ESPAÇO GEOGRÁFICOS Marcos Esdras Leite; Jorge Luis Silva Brito.....	57
GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ESTUDO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM MONTES CLAROS/MG Marcos Esdras Leite.....	69
POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO SERTÃO NORTE MINEIRO E AS INTERFACES SOCIOAMBIENTAIS VIVIDAS João Batista de Almeida Costa.....	81
O ENSINO DA GEOGRAFIA NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Janete Aparecida Gomes Zuba.....	109
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES.....	119
INSTRUÇÕES PARA AUTORES.....	129
FICHA DE ASSINATURA.....	133



ARTIGOS

A GEOGRAFIA E A QUESTÃO REGIONAL NUM CONTEXTO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

*Anete Marília Pereira**

Resumo: Este texto foi apresentado na abertura do IX Encontro Regional de Geografia. Nele procuramos tratar de categorias de análise muito importantes para a Geografia, como é o caso do espaço, da região e do território. Tentamos repensar o nosso referencial teórico-metodológico, a nossa postura filosófica e o próprio ecletismo que caracteriza a produção geográfica contemporânea. Partimos de alguns questionamentos sobre a globalização e a questão regional, chegando à discussão das novas configurações espaciais, novas territorialidades, urbanidades e ruralidades.

Palavras-chave: geografia – espaço – região - território

Palavras iniciais

O tema que nos foi proposto na abertura do IX Encontro Regional de Geografia representa um grande desafio. Primeiro, por tratar de categorias de análise muito importantes para a Geografia, como é o caso do espaço, da região e do território. Em segundo lugar, por estarmos ainda num momento de amplas reflexões no âmbito da ciência geográfica quanto à necessidade que ela tem de abarcar conceitos tão complexos, num mundo cujas transformações se processam de forma muito rápida. Acompanhar as mudanças do atual período técnico-científico-informacional significa a desconstrução/reconstrução de idéias, valores e conceitos até então postos como adequados para explicar a realidade de determinado espaço geográfico. Significa repensar o nosso referencial teórico-metodológico, a nossa postura filosófica e o próprio ecletismo que caracteriza a produção geográfica contemporânea.

* Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Bolsista da FAPEMIG. anete.pereira@unimontes.br

Alguns questionamentos são fundamentais: como analisar o espaço em tempos de globalização? Qual a relevância dos estudos regionais quando a expansão capitalista prega um mundo cada vez mais integrado? Existe ainda uma questão regional ou a região é um conceito ultrapassado? E como abordar a categoria território, se este está, diante da compressão espaço/tempo, em constante transformação? São muitas as perguntas; e as respostas para muitas delas ainda estão no plano teórico da reflexão; mas não é nossa pretensão respondê-las. Tentaremos apenas refletir sobre as diferentes abordagens que o tema e o tempo nos possibilitam e, talvez, iremos agregar questionamentos ainda mais complexos, para serem posteriormente pensados e aprofundados. Em outras palavras, não é nossa intenção esgotar o assunto.

Dado o tempo que nos foi concedido para essa conferência, organizamos nossa exposição em dois momentos, sendo que no primeiro abordaremos a relação da geografia com a região e, em seguida, tentaremos discutir um pouco da questão regional e a configuração de novas territorialidades. Os nossos exemplos quase sempre fazem referência à região Norte de Minas, por ser ela o nosso objeto de estudo mais concreto.

Localizando os discursos sobre a geografia e a região: diferentes abordagens em diferentes temporalidades

Os pesquisadores que trabalham com a temática região, a exemplo de Lencioni (1999), Corrêa (1987; 2001) Castro (1992; 1993; 2002), Bezzi (2004), Haesbaert (1999; 2004), Gomes (1995), enfrentam o desafio de dar conteúdo teórico-conceitual a um termo que é empregado com múltiplos sentidos. Falar da complexidade e ambigüidade do conceito de região é quase sempre o ponto de partida daqueles que se empenham em compreendê-lo.

Cabe salientar que o conceito de região nunca esteve confinado à geografia, apesar dos esforços dos geógrafos para aperfeiçoar os métodos regionais. Além disso, é um termo bastante utilizado pelo senso comum. É importante lembrarmos de que a idéia de região tem uma longa história, surgiu antes mesmo da sistematização do conhecimento geográfico, ocorrido no século XIX, quando as discussões sobre a região ganharam espaço nas reflexões científicas.

Podemos mesmo afirmar que, ainda hoje, a palavra região é permeada pela polissemia e ambigüidade, bem como pelos usos distintos que ela faculta. Há o entendimento da região como unidade de gestão, de controle político, de planejamento, de administração. Também é interpretada associada à idéia de localização de um dado fenômeno, sentido esse muito usado na linguagem do senso comum. A localização de uma área, submetida a determinado domínio, é outro sentido com o qual o termo região pode ser utilizado e, ainda, como uma entidade espacial de escala mediana, uma parte entre o local e o global.

Lefèbvre (1999) mostra-nos que um conceito surge e formula-se em determinadas condições históricas e, por isso, expressa os paradigmas do pensamento científico e o contexto histórico que predominam na época de seu nascimento. Sendo assim, os conceitos de região alteraram-se de acordo com o desenvolvimento do pensamento geográfico, ou seja, cada corrente paradigmática da geografia possui sua concepção do que é região. Isso tem significado polêmicas e divergências, tanto no que tange o próprio conceito de região, quanto a sua concretude em determinado espaço. De acordo com Duarte (1980, p. 7), os conceitos sobre região evoluem e são diferentes, conforme a base teórica que se utiliza para entender a realidade com que tratamos e a abordagem metodológica que é utilizada.

Sendo assim, buscaremos, ainda que de forma bastante sucinta, resgatar um pouco dos conceitos de região que predominaram nas diferentes correntes paradigmáticas do pensamento geográfico. O conceito de região passou por diferentes linhas teóricas, “ora a serviço do poder hegemônico, ora contrapondo o conceito predominante” (Haesbaert, 1999).

De acordo com Corrêa (1995, p. 21), o termo região é derivado do latim *regio*, que se refere à unidade política-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política.

Podemos dizer que não há como falar de região sem retomar os clássicos como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne e sem salientar que esse termo sempre esteve ligado à idéia de diferenciação de áreas. Segundo Corrêa (1987, p. 23), a região natural era entendida

como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes.

A concepção de região, enquanto paisagem, predominou nos trabalhos dos geógrafos possibilistas, cuja base teórica estava calcada no historicismo neo-kantiano. Nessa perspectiva, a região era considerada como o resultado da transformação do espaço natural em paisagem cultural. Dada a importância que teve, a concepção de região dominou, durante muitos anos, os estudos regionais, dentre eles os brasileiros. Lencioni (1999, p. 100) ressalta que

o objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.

Já o entendimento da região, como objeto de estudo da geografia, teve em Hettner e Richard Hartshorne seus principais precursores. Segundo esses autores, caberia à geografia estudar a superfície terrestre e suas diferenças regionais. Hartshorne (1978) afirmava que a especificidade da geografia enquanto ciência era o seu método: o método regional.

Ao analisar essas tendências, consideradas clássicas ou tradicionais, Haesbaert (1999) afirma que há vários elementos comuns entre elas, como a importância dada ao específico, a continuidade espacial, a estabilidade das regiões e a relação entre a região e uma meso-escala. Por sua vez, Arrais (2003, p. 126) considera que a região era vista a partir de uma leitura da “tradição” que, em suas palavras, “impôs uma forma de pensar a região como uma construção pura e naturalizada, forjada como uma resposta para uma necessidade prática resultante da relação com a administração pública ou privada (regionalização)”.

Outra concepção de região emerge após a década de 1950, com a chamada Nova Geografia. A análise da região passa a ser feita tendo por base os pressupostos teóricos da lógica positivista, sendo entendida como uma criação abstrata, intelectual: a região classe de área, definida por Corrêa (1987, p. 32) como o “conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”. De acordo com tal, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos, tanto aqueles que tratavam das regiões simples (cuja divisão é produzida com base em um único critério), quanto aqueles que abordaram as regiões complexas (múltiplos fatores foram considerados no processo de regionalização), as regiões homogêneas (apresentam certo grau de homogeneidade entre seus elementos) e as regiões polarizadas ou funcionais (cuja base é a análise dos fluxos de matéria, capital e informação sobre a superfície terrestre). A metodologia empregada quase sempre utilizava a estatística descritiva, aplicando-se medida de variabilidade, análise fatorial e análise de agrupamento.

Segundo Corrêa (1995), os conceitos de região que surgiram após a década de 1970 foram organizados por Anne Gilbert em três grandes linhas de pensamento. A primeira delas entende a região como resposta aos problemas capitalistas. Essa idéia encontra respaldo na economia política. Nessa visão, os critérios de regionalização baseiam-se nos diferentes padrões de acumulação, no desigual desenvolvimento espacial, nos processos de reprodução do capital e nos processos ideológicos¹. O segundo conceito está inserido nos fundamentos da geografia humanista, na qual a região é foco de identificação, real, concreta, fruto da vivência dos grupos sociais. Já o último conceito de região apresenta uma visão política da realidade, baseada na

¹ Sobre essa concepção de região vide trabalhos de Lipiez (1996) Smith (1974) e Coraggio (1994).

idéia de que a dominação e o poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas: é a região como meio para interações sociais. De acordo com Barreira (2002, p. 78),

o que há em comum nas três vertentes é o fato de se apoiarem na idéia de que a diferenciação de áreas persiste no mundo atual. Não compartilham, portanto, da crença de que o mundo esteja se tornando homogêneo ou que as regiões estejam desaparecendo. Na verdade, elas apontam a existência de um processo contínuo de formação e transformação regional, que resulta numa dinâmica presidida por múltiplos fatores.

Com o rápido processo de globalização contemporâneo, é comum encontrarmos defensores da idéia de que o estudo regional já não faz mais sentido. Entretanto, vários autores como Haesbaert (1999), Corrêa (2001), Gomes (1995), Santos (1996), dentre outros, contestam essa posição, afirmando ser, a categoria região, ainda fundamental nos estudos geográficos. Destacam que há, na atualidade, um contínuo processo de formação e transformação das regiões, que são construções sociais resultantes da atuação de múltiplos agentes. Hoje, uma das formas de analisar uma região é apreendê-la enquanto formação socioespacial, em suas relações com a dinâmica do capitalismo. Para Santos (1999, p. 16), “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar do processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização”.

Consideramos, portanto, fundamental explorar os diferentes sentidos que hoje permeiam o conceito de região. Lencioni (1999, p. 92) alerta-nos para o fato de que, desde as primeiras definições de Karl Ritter, cujos estudos consideravam a Terra como um todo orgânico e a região como parte desse organismo, “se procedeu aos estudos regionais com o objetivo de identificar as individualidades na totalidade: diríamos, as individualidades regionais”. Acrescenta ainda que o conceito de região está vinculado à idéia “de parte de um todo (...) por outro lado, é preciso considerar que (...) cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade”. Tal idéia remete-nos à concepção da dialética da totalidade, considerando-a “uma totalidade aberta e em movimento” (LENCIONI, 1999, p. 28), de forma que mantenha suas relações com outras totalidades igualmente abertas.

Muller (2001, p.11) considera que “para adquirir utilidade científica, a categoria região deve ser submetida a uma recomposição. Deve ser atualizada”. Sugere a incorporação de novas noções a esse conceito, tais como rede, infovias e espaço virtual, que resulte numa definição atualizada de região. Nessa perspectiva, a região pode ser vista como uma escala da territorialidade², uma escala de poder, de controle, de estratégias.

² A respeito da territorialidade vide Haesbaert (2004).

Independentemente dos elementos considerados na elaboração do conceito de região, Gomes (1995) ressalta o fato de a região ser sempre uma reflexão política de base territorial, que põe em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas e, por fim, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia em relação a um poder central. Concordamos com essa idéia, pois entendemos que o conceito de região tem um forte caráter político e ideológico. Não há como negar o papel do Estado, da forma como organiza os recortes regionais, quase sempre sob a égide do poder e do capital.

Bezzi (2004, p. 20) fala-nos da importância dos estudos regionais na atualidade, salientando que “o conhecimento da dinâmica regional permite conceber a região como sucessão de estruturas e processos que, ao se modificarem no tempo, alteram as funções de formas passadas, recriando-as e criando novas formas regionais”.

Sendo assim, mesmo no mundo globalizado, não há como descartar os estudos sobre a região. Ao contrário, é necessário buscar a construção de um conceito que permita analisar as particularidades de determinados espaços, em sua realidade atual, sem esquecer que qualquer que seja a região, ela faz parte de uma totalidade com a qual interage. Mas poderíamos dizer que no mundo hodierno, marcado por numa dinâmica constante de transformações locais, regionais, nacionais e internacionais³, existe uma questão regional? Como estudar a região e as novas questões postas pela globalização? Vamos comentar, ainda que de forma sucinta, essa temática.

A globalização e as novas configurações espaciais do capitalismo

O processo de globalização é entendido como a atual fase de expansão do capitalismo no mundo. Entretanto, é preciso considerar que as três principais dimensões da globalização — trocas internacionais de bens e serviços, os fluxos de investimento direto e a circulação de capitais — coexistem pelo menos desde o século XVI. O que torna o período atual diferente é a proporção em que essas dimensões se combinam. As tecnologias de informação e comunicação possibilitaram novas espacialidades, uma vez que através delas temos o acesso à informação, mas também a descentralização das atividades e serviços. Nessa perspectiva, as novas configurações das relações entre capital e trabalho têm reflexos espaciais, o que nos permite falar em novas espacialidades, novas territorialidades, novas ruralidades e novas urbanidades.

Compreender uma determinada região, como parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo, remete-nos a observar as relações de poder, o exercício da hegemonia e a dialética entre o local, o regional, o nacional e o global. Em outras palavras,

³ Sobre esse assunto, vide Ribeiro (2004).

implica entender as intrincadas formas de produção do espaço, manifestadas no território. Concordamos com as palavras de Santos quando ele afirma que

uma geografia sem território é uma contradição que ajuda a explicar a ausência cada vez maior (sic) dessa categoria de análise e debate aprofundado da nação. Isso constitui para o país um retrocesso, e para a disciplina geográfica pode equivaler a uma espécie de suicídio. Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal. (SANTOS, 2004, p. 34; 116-117).

Nesse sentido, a retomada dos estudos sobre o território, ora privilegiando um uso mais funcional ora um mais simbólico, tem repercutido de forma positiva no aprofundamento das reflexões sobre o espaço geográfico. Por isso, consideramos relevante retomar o conceito de território, aqui entendido como

extensão apropriada e usada. (...) O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.19;21;247)

Os autores supracitados chamam a atenção para o fato de que a análise dos usos do território pode ser feita pelo viés do poder do Estado, numa perspectiva clássica ou por enfoques integrados à lógica geral do desenvolvimento do capitalismo, sob a ótica dos múltiplos territórios e as múltiplas territorialidades. Com isso, procura-se entender também o contexto regional.

De acordo com Haesbaert (2004), alguns grupos mais privilegiados usufruem de uma multiplicidade de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja pela sua conexão através de rede com outros lugares do mundo. Um exemplo, na nossa região, que poderia caracterizar essa situação pode ser encontrado no caso dos investidores estrangeiros que possuem fazendas, empresas e casas em Montes Claros, mas mantém relações ou mesmo residências em outros países, experimentando múltiplas territorialidades, contrastando com a maioria dos trabalhadores locais, que nem moradia, uma necessidade básica, possui. A respeito dessa situação, Haesbaert (2004, p. 360) considera que

enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que

melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana.

Para finalizar, sem a pretensão de esgotar o debate, observamos que, a partir da globalização, poderá ocorrer a formação de novos padrões de localização das atividades econômicas e, conseqüentemente, alterar as territorialidades existentes. Sabemos também que o maior ou menor sucesso das diferentes regiões está ligado a processos sociopolíticos específicos, resultando em “regiões que ganham” e “regiões que perdem”.

Uma região começa a se destacar a partir do momento em que ela se vincula ao resto do mundo. Além disso, os parâmetros institucionais e o quadro social da região também são determinantes das trajetórias que a região poderá vir a seguir. As regiões detentoras de uma classe empresarial mais empreendedora, políticos identificados com o território, uma sociedade civil mais atuante, terão maiores possibilidades de negociarem melhor suas aspirações dentro do jogo político nacional. Ferrão (1996, p. 97-104) fala na *região inteligente*, ressaltando que “as regiões devem adotar a capacidade coletiva de produzir, acumular e consumir informação e conhecimento como preocupação estratégica se quiserem construir vantagens sustentadas num mundo em crescente globalização.”

Considerando tantas mudanças no mundo atual, podemos, ainda, acrescentar a emergência de novas ruralidades e novas urbanidades, dadas as modificações que têm ocorrido no campo e na cidade. Antes estudados com base na dicotomia existente entre eles ou nas suas funções fielmente delimitadas, a cidade e o campo encontram-se integrados de tal forma, que esses limiares não mais dão conta de explicar a complexidade de suas relações. Por isso, estão surgindo novos debates teóricos que procuram compreender o rural e o urbano sob outras abordagens. Assim, o chamado “novo rural” agrega atividades de produção diferentes das até então analisadas. Surgem novas modalidades de trabalho ligadas à tecnologia e ao geoprocessamento; o turismo rural; áreas de lazer, como os “pesque-pague”; formas de consumo até então típicas do urbano; dentre outras. Tais mudanças permitem falar em “novas ruralidades”. Da mesma forma, a cidade também passa por transformações: a tentativa de resgate do contato com a natureza; a revitalização de atividades folclóricas, ligadas à cultura regional ou local; a realização das exposições agropecuárias; as festas *country*; dentre outros. Como o nosso tempo já está se esgotando, não nos aprofundaremos nesta temática. Ressaltamos que essas questões são discutidas de forma mais detalhada por Ferrão (2000), Alentejano (2003), Marques (2002), Carneiro (2001), dentre outros autores.

Para concluir

Mais do que indicar um pensamento acabado, apresentamos aqui articulações de diferentes percepções acerca da Geografia, da questão regional e do território, temas que são passíveis de múltiplas abordagens. Procuramos mais que repetir definições teóricas produzidas ao longo dos anos, suscitar questionamentos e reflexões que apontam novas possibilidades de interlocução, sobretudo aquelas ligadas à nossa realidade regional. Autores diversos foram utilizados na tentativa de clarificar alguns conceitos. Entretanto, a nossa preocupação esteve centrada na importância de, mesmo em tempos de globalização, se estudar a categoria região. Sendo um espaço historicamente construído, ordenado e transformado por diferentes atores, motivados por interesses muitas vezes conflituosos, uma região pode comportar diferentes territorialidades; e há que se perceber os espaços, tempos e funções que ela abriga em sua conexão com o mundo.

Résumé : Ce texte a été présenté dans l'ouverture de la IX Rencontre Régionale de Géographie. Dans lui nous cherchons à traiter de catégories d'analyse très importantes pour la Géographie, comme c'est le cas de l'espace, de la région et du territoire. Nous essayons de repenser notre référentiel teórico-metodológico, notre position philosophique et éclectisme lui-même lequel caractérise la production géographique contemporain. Nous partons de quelques questionnements sur la globalisation et la question régionale, arrivant discussion des nouvelles configurations spatiales, nouvelles territorialités, urbanités et ruralités.

Mots-clé: géographie – espace – región - territoire

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21, São Paulo, jul./dez, 2003, p. 25-39.

ANDRADE, M. C. A. região como unidade dinâmica. Posição dos Geógrafos e economistas ante o problema regional. In: ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973, 31-45.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.

ARRAIS, T. P. A Regiões puras e impuras: uma breve reflexão sobre as naturalizações da região na Geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano V, n. 10, 2003, p. 125-134.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paraná, a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da integração nacional: UFG, 2002.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, abril, 2002, p. 5-19.

_____. **Região**: Uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004

BOURDIEU, P. Identidade e representação, elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1989. p. 101-122.

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro**: a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/Instituto de Economia da UNICAMP, 2001. 16p. (texto 7)

Castro, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1992.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Org.). **Natureza e sociedade hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 56-63.

_____. “A região como problema para Milton Santos”. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. In: 5ª Congresso brasileiro de Geógrafos. Curitiba 17 a 22 de julho de 1994. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, maio, 2001. **Anais....** Rio de Janeiro, 2001, p. 424-430.

_____. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: Edufu, ano 7, n.13/14, jan./dez.1995, p. 147-150.

DUARTE, A. C. Regionalização - Considerações Metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**. Nº 10, Rio Claro, 1980.

EGLER, C. A. G. - A questão regional e a gestão do território no Brasil. In: CASTRO, GOMES E CORRÊA. **Geografia: Conceito e temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. **EURE** v. 26, n. 78, Santiago, set. 2000.

_____. (1996). Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes. **Inforgeo**, nº 11, APG, pp. 97/104.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (org). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, E. T. A. Agendando velhos reencontros; relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: (s.n), 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Geographia. Niterói, ano 1, n. 1, UFF/EGE, jun. 1999, p. 15-40.

_____. Regiões transfronteiriças e redes “brasileiras” no Mercosul. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago, Chile. 04 a 10 de março de 2001. **Anais ...** p.277-285

_____. Morte e vida da região. In: SPOSITO, E. S. (Org.) **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: Unesp, 2005.

_____. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: 5ª Congresso brasileiro de Geógrafos. Curitiba 17 a 22 de julho de 1994. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; e MOREIRA, R. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAVINAS, Lena. (org) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP,1999.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. E MOREIRA, R. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 54-66.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo. Um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, São Paulo, 1(2), 1981, p. 63-100.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n. 19, jul-dez. 2002.

_____. Que rural é esse? Uma reflexão sobre o significado do rural na sociedade capitalista. In: Encontro Nacional de Geógrafos, XIII, 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002. 8p. 1 CDROM.

MEDEIROS, M. C. Transformações recentes na análise regional em Geografia. **Formação**. Presidente Prudente, n. 9, v. 1, 2002.

MULLER, Geraldo. Região uma unidade escalar da globalização. **OLAM – Ciência e tecnologia**. Rio Claro, v.1, n.1, ago./2001.

PEREIRA, A. M., SOARES, B. R. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas In: X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. O retorno do território In: Santos, Milton et al. (Org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro: Garamond, ano IV, n.6, jan./jun.1999, p. 5-20.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A REGIÃO NORTE DE MINAS

Anete Marília Pereira*

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência (...). Ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão de encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.
(Ave, Palavra!, Guimarães Rosa)

Resumo: O artigo apresentado tem por objetivo propor uma reflexão sobre algumas características geográficas da mesorregião Norte de Minas. Para atingir tal objetivo, estruturamos o texto a partir de uma breve discussão sobre a região e as diferentes formas de regionalização do estado de Minas Gerais. Em seguida, procedemos a caracterização da região sob o ponto de vista físico e socioeconômico, utilizando mapas, tabelas, quadros e fotografias. Parte de uma mesa de discussão sobre a região norte-mineira, o texto tenta apenas suscitar alguns apontamentos para posterior debate, não esgotando o assunto.

Palavras-chave: região - regionalização - Norte de Minas

Considerações iniciais

O tema dessa mesa é amplo, complexo e, por isso mesmo, permite múltiplas interpretações. Entretanto, o tempo que nos foi destinado vai na contramão do tema, é limitado e não nos possibilita divagar muito, nem apresentar o nosso ponto de vista

* Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Bolsista da FAPEMIG.

com o adequado aprofundamento teórico. Assim, tentaremos explorar a região Norte de Minas a partir de uma abordagem mais geográfica, sem delegar a um plano secundário os demais enfoques. Antes de iniciarmos, gostaríamos de externar os nossos agradecimentos à comissão organizadora desse evento e cumprimentar os colegas de mesa, cujo diálogo representa para nós, um grande prazer.

Região e regionalização: uma breve contextualização do discurso

Tratar do tema regional representa, na atualidade, um grande desafio. Em primeiro lugar, pela dificuldade em utilizar, de forma precisa, um conceito de região que dê conta de explicar a multiplicidade de fenômenos que caracteriza a sociedade contemporânea. Há defensores como Lencione (1999), Corrêa (1987; 2001) Castro (1992; 1993; 2002), Bezzi (2004), Haesbaert (1999; 2004), dentre outros, de que o estudo regional é importante, mesmo em tempos de globalização, uma vez que este processo não elimina as diferenças regionais, em certos casos até as intensifica. Em segundo lugar, o termo região é permeado pela polissemia e ambigüidade, bem como pelos usos distintos que ele faculta. Há o entendimento da região como unidade de gestão, de controle político, de planejamento, de administração. A região também é interpretada associada à idéia de localização de um dado fenômeno, sentido este muito usado na linguagem do senso comum. A localização de uma área submetida a determinado domínio é outro sentido com o qual o termo região pode ser utilizado e, ainda, como uma entidade espacial de escala mediana, uma parte entre o local e o global.

Como já mencionamos em outro momento desse evento, o conceito da região, utilizado pela Geografia, passou por várias mudanças ao longo da evolução do pensamento geográfico, pois cada corrente paradigmática dessa ciência possui a sua concepção do que é região. Procuramos aqui, entender a região enquanto produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial.

Feitas essas considerações, começamos parafraseando Guimarães Rosa quando este afirma que "Minas são muitas". Na verdade, este é um estado marcado pela diversidade de suas regiões, que se expressa em suas características sociais, culturais e econômicas. Dada essa diversidade, fica difícil falar do espaço mineiro e de seus 853 municípios, sem considerar alguma forma de divisão regional.

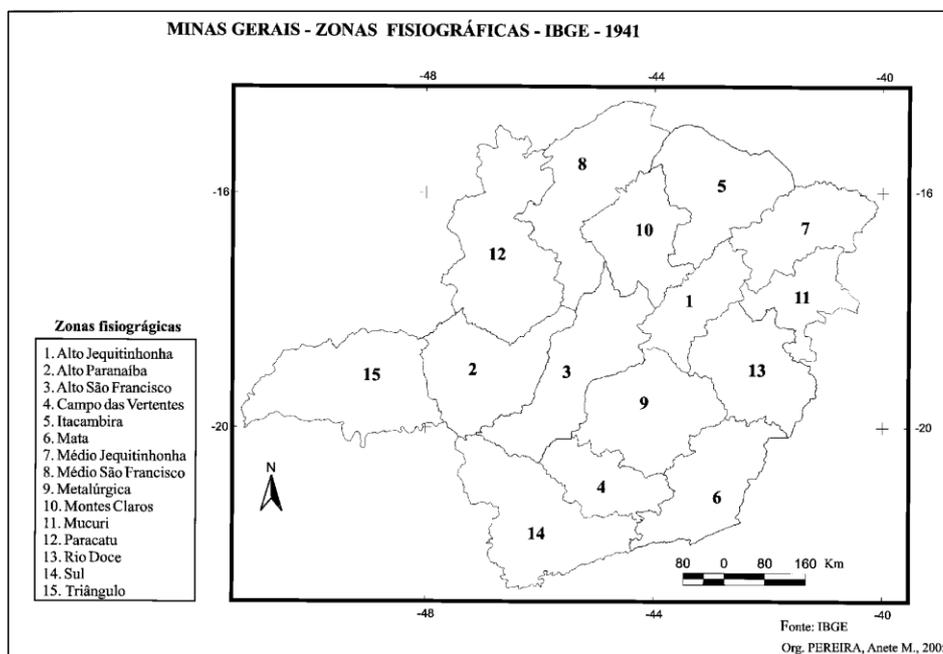
O estado de Minas apresenta uma longa história de divisão espacial que remonta ao período colonial, quando a diferenciação que se fazia era norteadas pelas marcas da paisagem natural, pelas diferenças entre os "matos" e os "campos" ou entre as "minas" e os "sertões". Com o passar do tempo e o desenvolvimento da Geografia, inúmeras foram as divisões regionais feitas neste estado, justificadas tanto por sua gran-

de extensão territorial, como pela diversidade fisiográfica e socioeconômica que apresenta. O Norte de Minas, inicialmente identificado como "sertão", constitui uma das regiões mais singulares de Minas Gerais, seja pela sua localização geográfica, pelos problemas que apresenta ou ainda, pelos diferentes discursos políticos e socioeconômicos que a ela fazem referência.

Buscamos na história alguns pressupostos necessários à nossa análise. No século XX, notadamente na década de 1940, encontramos o primeiro ciclo de estudos de regionalização do território brasileiro, elaborados e editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE¹. Nessa época, a divisão regional do país foi institucionalizada em duas escalas: uma macro, que deu origem às grandes regiões, e uma menor, que produziu a divisão em zonas fisiográficas. A influência do conceito de região, defendido pela escola francesa, ficou bastante evidente nessa primeira regionalização oficial do país, que tinha como objetivo atender a diversos fins, como o didático, o estatístico e o da Administração Pública. De acordo com Diniz e Batella (2005, p.4), a divisão em zonas fisiográficas, fundamentada em aspectos humanos e econômicos, "serviu de base às estatísticas econômica e social referentes aos censos de 1950 e 1960". As zonas fisiográficas foram estabelecidas pela Resolução 143 de 6 de julho de 1945 e foram utilizadas até aproximadamente a década de 1970 quando serviram de base para a criação das microrregiões homogêneas. Segundo essa divisão, o estado de Minas foi recortado em 17 regiões fisiográficas, conforme exposto no mapa cinco. Sua porção norte, área de nosso interesse, encontrava-se dividida em três zonas fisiográficas: a de Montes Claros, a de Itacambira e a do Médio São Francisco. Essa regionalização é, na atualidade, pouco utilizada, uma vez que seus pressupostos já não são suficientes para explicar as diferenças regionais.

A zona de Montes Claros, a de Itacambira e a do Médio São Francisco são muito semelhantes em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e também culturais. Cabe ressaltar que importantes estudos geográficos, que possibilitaram o conhecimento de Minas Gerais, foram feitos a partir dessa regionalização, daí a sua relevância.

¹ Antes da criação do IBGE, em 1938, as informações e estatísticas sobre o território nacional ficavam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), implantado em 1936. O IBGE, criado com o objetivo de subsidiar a intervenção panificadora do Estado, atuava como órgão deliberativo e executivo, subordinado diretamente à Presidência da República.

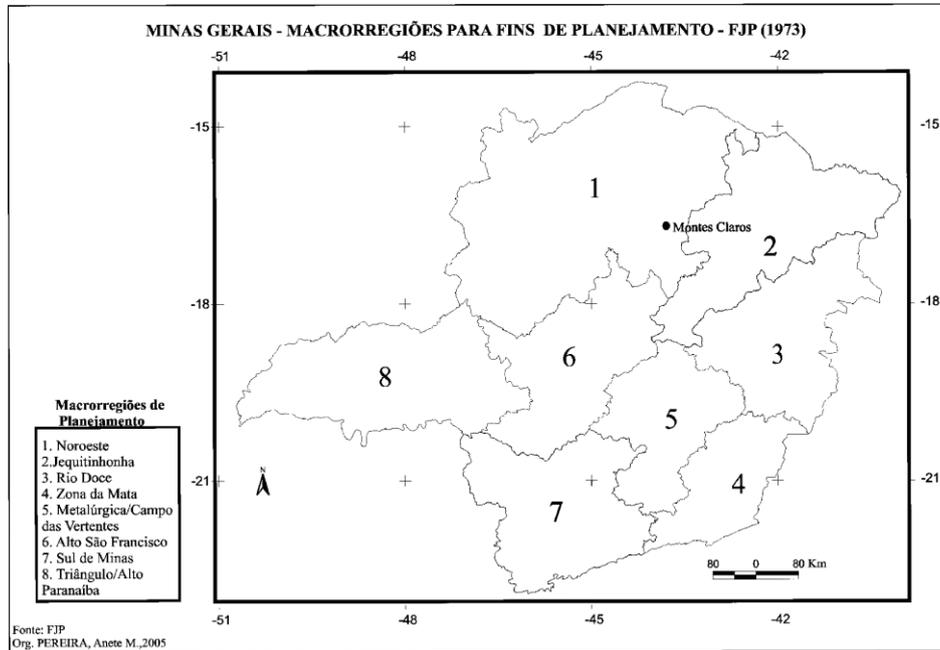


Mapa 1 - Regiões Fisiográficas do Estado de Minas Gerais

Em 1973, com o objetivo de subsidiar o planejamento do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, foi feita uma divisão regional em oito grandes regiões, tendo por base alguns critérios, pautados nas idéias da economia regional, que buscavam integrar os aspectos econômicos institucionais aos geográficos. Os critérios de divisão considerados relevantes foram

a funcionalidade dentro de uma estratégia de desenvolvimento, que cada região apresentasse características próprias de potencialidades, problemática e tipo de vinculação com outras áreas; capacidade potencial para integrar-se economicamente e a presença de fatores de caráter institucional. (Minas Gerais, 1973, p. 1).

Nessa divisão, Montes Claros está localizada na macrorregião Noroeste (mapa 2), a de maior extensão territorial e que abrange municípios com uma grande variedade de características, tanto fisiográficas, quanto sociais. Além disso, são diversas as diferenças culturais, econômicas e ambientais verificadas nessa área. Entretanto, tal regionalização foi apresentada em função, não da realidade da época, mas de uma perspectiva de potencialidades econômicas futuras.

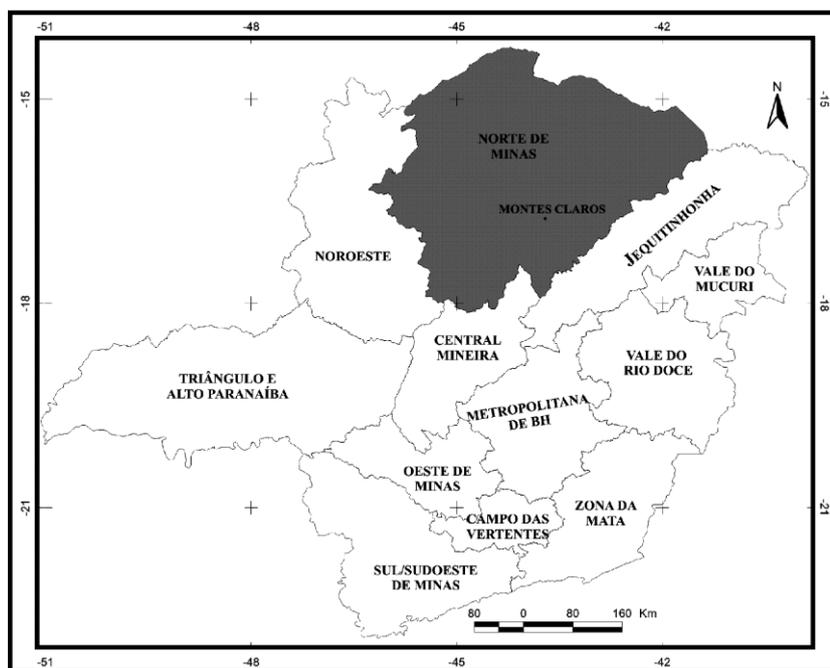


Mapa 2 - Macrorregiões para fins de planejamento do Estado de Minas Gerais

As divisões em mesorregiões e microrregiões foram adotadas pelo IBGE, de acordo com a Resolução PR N° 11, de 05 de junho de 1990. Ambas respeitam os limites político-administrativos estaduais e municipais e apresentam, como objetivo central, a compilação e divulgação de dados estatísticos. Na definição do IBGE (1980, p. 8), a mesorregião é

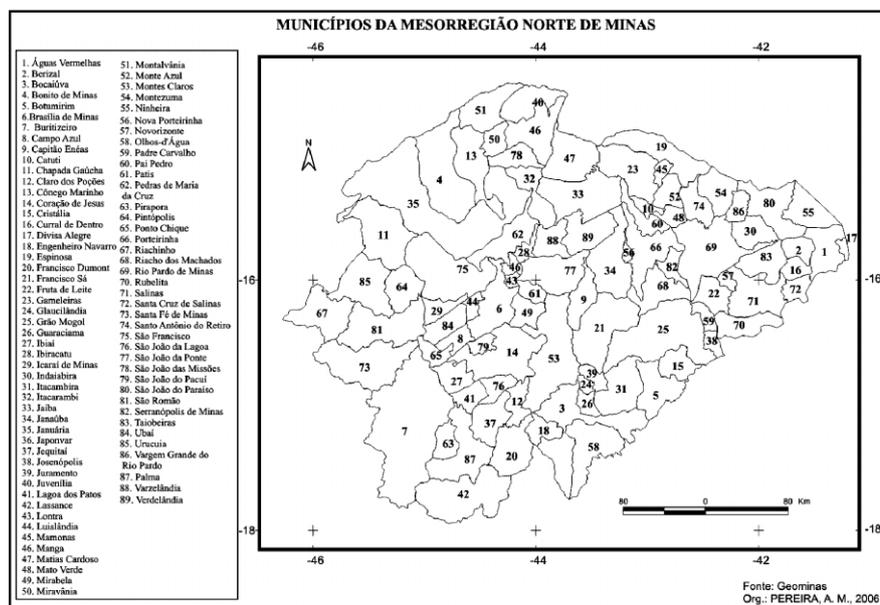
uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

De acordo com essa classificação, havia em Minas Gerais 12 mesorregiões, conforme destacado no mapa 3.



Mapa 3- Localização da mesorregião Norte de Minas no estado de Minas Gerais

A mesorregião Norte de Minas é a maior do estado em extensão territorial (128.602 km²), sendo composta por oitenta e nove municípios (mapa 4).



Mapa 4 - Municípios do Norte de Minas Gerais

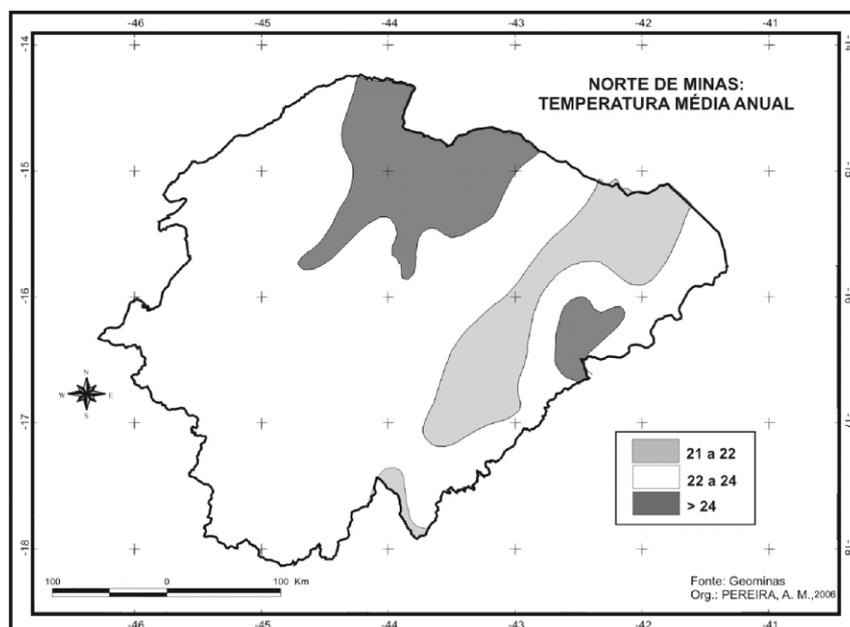
O Norte de Minas tem como uma das suas características mais marcantes o fato de localizar-se numa área de transição, tanto do ponto de vista físico, como socioeconômico.

Caracterizando a região Norte de Minas

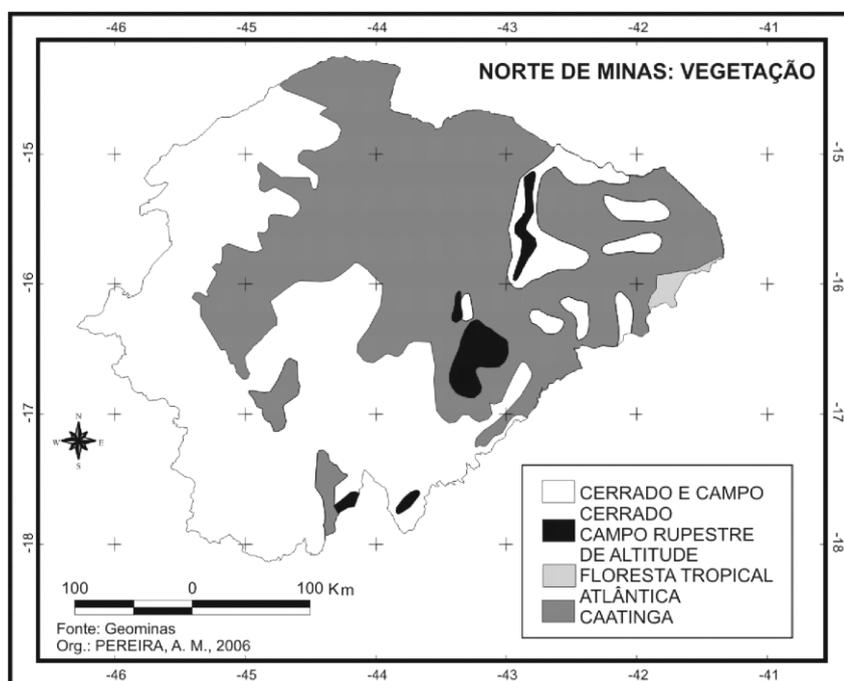
Do ponto de vista fisiográfico, a região Norte de Minas se caracteriza como uma área de transição do clima tropical semi-úmido para o semi-árido e da vegetação de cerrado para a de caatinga. Para a FJP (1975, p. 15),

as características de uma região de transição também são encontradas na sua organização espacial e nos padrões de assentamento em que se estruturou. Grande parte da área, povoada em decorrência da expansão dos currais, que subindo o vale do rio São Francisco, vieram a ocupar as grandes extensões dos Gerais, apresenta sua ligação com o nordeste na origem do povoamento e na forma de ocupação então implantada.

Ainda nessa questão, Gervaise (1975) considera que "o norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado, a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado". Essa transição pode ser verificada nos mapas 4 e 5 que mostram as médias de temperaturas anuais e a vegetação, respectivamente. O clima predominante na região, de acordo com a classificação de Köppen, corresponde aos tipos Aw (tropical úmido de savanas com invernos secos) e o Bsw (quente, seco, com chuvas de verão). Toda a mesorregião fez parte da área da SUDENE, apesar de não ser caracterizada pelo predomínio do clima semi-árido. As médias anuais de temperatura são elevadas em quase toda a região, sofrendo uma pequena redução nas áreas mais altas do Espinhaço. Quanto à vegetação, mostrada no mapa 5, o cerrado é encontrado, com maior frequência, nas porções oeste e centro-sul da região, aparecendo em manchas na porção leste, enquanto a caatinga predomina na porção centro-norte. Nos trechos da Serra do Espinhaço surgem os campos rupestres de altitude. É importante lembrar que, por se tratar de uma área de transição, apresenta certa fragilidade ambiental.



Mapa 4 - Norte de Minas: Temperatura média anual

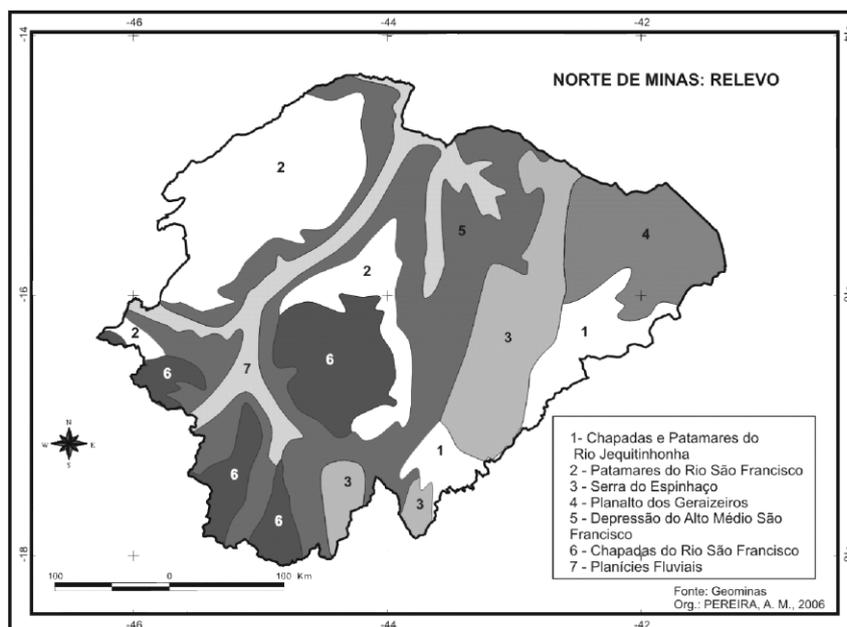


Mapa 5 - Norte de Minas: Vegetação

Os mapas do relevo (mapa 6) e da hidrografia (mapa 7) deixam claro, a divisão entre as bacias hidrográficas do São Francisco e do Jequitinhonha. A região está localizada numa área de terrenos antigos, já bastante desgastados por processos erosivos. O relevo da porção oeste do São Francisco caracteriza-se pela presença de superfícies de aplainamento conservadas, cuja evolução está relacionada com processos de denudação periférica, realizados pela drenagem do rio. Nessa área, o planalto aparece em forma de "chapadões", podendo-se encontrar onduladas e colinas arredondadas. Cabe ressaltar que os patamares e as chapadas São Francisco, bem como a depressão do São Francisco possuem coberturas sedimentares ou metassedimentares do rio. Já a área de planície fluvial possui depósitos sedimentares inconsolidados terciários e/ou quaternários.

Na depressão do São Francisco, o calcário predomina, com suas formas específicas: dolinas, vales secos, drenagem subterrânea e grutas, como ocorre em torno de Januária, Itacarambi e Jaíba. Já a região de Grão Mogol é marcada pela presença da Serra do Espinhaço, formada por quartzitos e arenitos da série Itacolomi e numerosos conglomerados, distribuídos pelas encostas.

As bacias hidrográficas mais importantes, que drenam a região, são a do São Francisco e a do Jequitinhonha, além da bacia do Rio Pardo. Vários dos afluentes dessas bacias possuem como característica a intermitência durante o período das secas que, periodicamente, assolam a região. No mapa hidrográfico, deixamos sem denominação córregos e riachos, dada a escala do mapa.



Mapa 5 - Norte de Minas: Relevo

A distribuição da população urbana também segue um padrão semelhante, sendo que 79 cidades possuem menos de 20 mil habitantes, enquanto as maiores concentrações ocorrem em Montes Claros, Janaúba e Pirapora. Tal distribuição é mostrada no quadro 1.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO NORTE DE MINAS
POR MUNICÍPIOS E POR CIDADES - 2000

Número de municípios com população > 10.000	57	Número de cidades com população > 10.000	69
Número de municípios com população entre 10.001 – 20.000	11	Número de cidades com população entre 10.001 – 20.000	10
Número de municípios com população entre 20.001 – 30.000	10	Número de cidades com população entre 20.001 – 30.000	05
Número de municípios com população entre 30.001 – 40.000	05	Número de cidades com população entre 30.001 – 40.000	02
Número de municípios com população entre 40.001 – 50.000	01	Número de cidades com população entre 40.001 – 50.000	01
Número de municípios com população entre 50.001 – 60.000	02	Número de cidades com população entre 50.001 – 60.000	01
Número de municípios com população entre 60.001 – 70.000	02	Número de cidades com população entre 60.001 – 70.000	-
Número de municípios com população < 100.000	01	Número de cidades com população < 100.000	01
TOTAL	89		89

Fonte: IBGE, 2000

Org.: PEREIRA, Anete M., 2006

O Norte de Minas tinha, na década de 1970, tinha cerca de 27,6% de sua população vivendo nas cidades, conforme é mostrado na tabela 1. Em 2000, esse percentual atingiu 64,53%, índice bem abaixo da média brasileira que é de 81,23% (IBGE, 2000). Entretanto, a intensidade e a forma como se processou a urbanização foi diferenciada entre os municípios norte-mineiros. A taxa de urbanização foi mais elevada nos municípios que possuem um parque industrial, ainda que incipiente.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E O GRAU DE URBANIZAÇÃO

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO
1991	1359049	743996	615053	54,7%
2000	1492715	963205	563205	64,53%

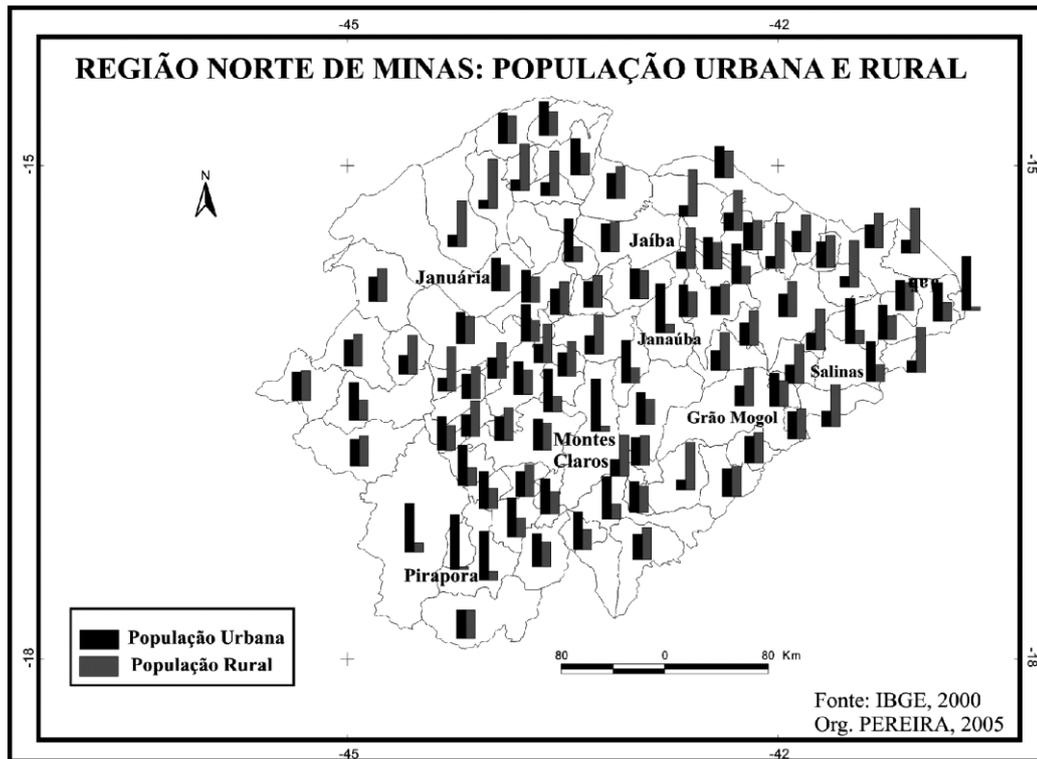
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

Há muita discussão em torno da questão da urbanização. Primeiro, porque a área urbana é definida no Brasil de acordo com o critério político-administrativo, sendo considerada cidade toda sede de município. Assim, toda população que reside em uma sede de município é considerada urbana, ainda que desempenhe funções rurais. Um dos principais críticos dessa definição de cidade é Veiga (2002), que considera que esse critério induz a uma superestimação da urbanização brasileira. Segundo esse autor, ao utilizar apenas esse critério corre-se o risco de considerar como cidades, aglomerados cuja funcionalidade econômica está diretamente associada à terra.

Diante do exposto, podemos constatar que o grau de urbanização não se define apenas em termos demográficos. A análise da intensidade da concentração urbana, os tipos de relações que as cidades estabelecem entre si, as atividades econômicas da população, o estágio de desenvolvimento tecnológico, os hábitos de vida, dentre outros, são elementos essenciais no estudo de uma área urbana.

O processo de urbanização no Norte de Minas foi diferenciado entre os municípios e, apenas em alguns, a população urbana superou a rural. Uma análise, ainda que superficial, dos dados do Censo de 2000 (IBGE) revela que vários municípios norte-mineiros possuem a população rural superior à população urbana. Essa significativa parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional.

Essa idéia pode ser confirmada no mapa 7, o qual mostra, através da distribuição da população, que a urbanização norte-mineira tem um caráter concentrador.



Mapa 7: População urbana e rural no Norte de Minas

Uma outra questão que deve ser lembrada ao estudarmos as cidades da região, é a dependência, principalmente dos menores municípios em relação ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Carvalho (2002, p. 545) chama a atenção, ainda, para o fato de que

estes pequenos municípios, geralmente de base econômica tipicamente rural, não possuem uma massa de contribuintes, quantitativamente e qualitativamente capaz de lhes possibilitar uma receita tributária expressiva. (...) Registra-se que para a maioria dos municípios brasileiros a arrecadação do IPTU e do ISS é difícil de ser realizada, pois demanda a constituição e atualização de cadastros de contribuintes e a contratação de pessoal altamente qualificado.

Além da convivência com a seca periódica, a baixa produção econômica, as cidades norte-mineiras, independentemente do tamanho, enfrentam problemas como a falta de adequada infra-estrutura urbana, o desemprego, a migração sazonal, a política do assistencialismo, as drogas, a dificuldade de acesso (péssimas condições das estradas), a falta de saneamento, a pobreza que se amplia a cada dia, dentre outros.



Figura 1 - Residência na área urbana de Miravânia
Fonte: PEREIRA, Anete Marília. 2006



Figura 2 - Moradoras da cidade de São João do Pacuí
Fonte: PEREIRA, Anete Marília. 2006

As figuras 1 e 2 mostram práticas típicas do rural que são bastante comuns nas cidades do Norte de Minas. Não há como negar que a base econômica dessa região sempre esteve calcada nas atividades primárias. O estudo do IPEA/IBGE (2001, p. 59) constatou que

a economia do norte de Minas é tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. Nos últimos anos, em virtude de sua inserção na área da SUDENE, a economia regional vem reestruturando-se rumo à industrialização, graças aos incentivos fiscais, muito embora sem grande dinamismo.

A busca do desenvolvimento regional por meio das políticas públicas macroeconômicas brasileiras, a exemplo da industrialização viabilizada pelos incentivos da SUDENE, implicou um padrão de desenvolvimento excludente e desigual. Podemos afirmar que a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE contribuiu para alterar a espacialidade regional. Cardoso (1996, p. 238-239) resume as inovações em sete pontos importantes: a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; a intensificação das atividades de reflorestamento e carvoejamento; a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; a expansão das atividades de transformação, com o conseqüente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; a relativa desconcentração das atividades terciárias e o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas pólos ou micro-pólos regionais. Em estudo anterior afirmamos que

do ponto de vista econômico merece destaque na região as atividades ligadas ao setor primário como a silvicultura e pecuária de corte, o extrativismo vegetal, a fruticultura irrigada, notadamente nos municípios de Jaíba, Janaúba, e Pirapora. Em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma são desenvolvidas atividades industriais ligadas aos ramos da metalurgia, produtos alimentares, têxtil e química. Nesse setor destacam-se as áreas comercial, educacional e de transportes. No setor de serviços verifica-se a relevância de Montes Claros como cidade pólo, contando com grande dinamismo de seu comércio, transportes, estabelecimentos hospitalares e de ensino superior. (PEREIRA SOARES, 2005, p. 11.614).

Quanto ao "desenvolvimento", as desigualdades são perceptíveis quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - índice baseado em indicadores de educação, longevidade e renda -, os índices de desigualdade social, de pobreza e de exclusão.

Esses indicadores demonstram, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. O Norte de Minas apresenta um valor de 0,54, inferior ao IDHM do Nordeste brasileiro (0,548), região mais pobre do Brasil.

Apenas os municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma apresentam um IDHM superior a 0,700. A maioria dos municípios apresenta uma média regional em torno de 0,690, índice caracterizado como médio baixo. A região possui alguns destaques negativos: os municípios de Indaiabira e Pai Pedro ocupam a 3ª e 4ª piores posições no ranking do IDHM do Estado (0,571 e 0,575, respectivamente).

No que diz respeito ao PIB per capita do ano de 2002, constatamos que, apesar de, no conjunto, ele ter apresentado-se muito baixo, os municípios de Várzea da Palma

(R\$7.844,00), Pirapora (R\$7.795,00) e Montes Claros (R\$5.270,00) possuíam os maiores valores. Com exceção de Águas Vermelhas, Bocaiúva, Buritizeiro, Divisa Alegre, Gameleiras, Jaíba, Juramento, Lassance, Nova porteirinha, Olhos D'Água, Salinas e Verdelândia, todos os demais municípios apresentaram um PIB per capita inferior a R\$3.000,00 (IBGE).

Entretanto, esse indicador não pode ser avaliado de forma isolada, pois sabemos que a riqueza produzida não é distribuída de forma igualitária entre a população. A desigualdade social permanece elevada e a renda continua concentrada nas mãos de uma minoria. Estudos mais recentes têm mostrado esse problema da desigualdade social, conforme destacado por Maciel (2005, p. 15), quando este afirma que

outro item importante que foi pesquisado no último censo é o percentual da renda apropriada, que apontou que os 80% mais pobres da população brasileira detinham 31,94. Entre os municípios norte-mineiros, 34,40% detinham valores entre 37,50 e 45,00, o que demonstra uma significativa desigualdade em termos de distribuição de renda na região.

A condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, é cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permanece alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a consequente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

Considerações finais

A análise da realidade geográfica do Norte de Minas Gerais, dada a sua complexidade, exige um estudo mais detalhado, o que não é possível fazer num artigo limitado como este. Obviamente, a realidade do Norte de Minas contém mais elementos a serem analisados do que os expostos nesse breve artigo. Podemos, todavia, inferir que ocorre o predomínio de pequenas cidades, ligadas ao ambiente rural, no qual tiveram origem. A exceção que podemos fazer diz respeito às cidades que foram objeto da política governamental de desenvolvimento e tiveram um parque industrial implantado, como é o caso de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas. Entretanto, a indústria aí instalada não conseguiu gerar o desenvolvimento regional, nem romper com os laços sociais com o campo, ao contrário, gerou uma urbanização concentrada. Podemos inferir, pelas pesquisas realizadas até então, que a pobreza da população, o isolamento de alguns municípios, a inércia do poder público em atrair investimentos e a falta de empregos criam um quadro de estagnação na maior parte da região.

Résumé: L'article présenté a objectif proposer une réflexion sur quelques caractéristiques géographiques de la mesorregião Norde de Mines. Pour atteindre tel objectif, nous structurons le texte à partir d'un brèves discussions sur la région et les différentes formes de régionalisation de l'état de Minas Gerais. Ensuite, nous procédons caractérisation de la région sous le point de vue physique et socioeconômico, utilisant cartes, tableaux, tableaux et photographies. Partie d'une table de discussion sur la région norte-mineira, le texte essaye seulement de susciter quelques notes pour postérieur débat, en n'épuisant pas n'épuisant pas le sujet.

Mots-clé: région - régionalisation - Norde de Mines

Referências

BEZZI, M. L. **Região:** Uma (re)visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de, RODRIGUES, Luciene (org.) **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 173-346.

CARVALHO, Ailton Mota de. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. **Economia, Sociedad y Territorio**, Santiago, vol. III, n. 12, p. 539-556. 2002.

Castro, Iná Elias de. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1992.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Org.) **Natureza e sociedade hoje:** uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 56-63.

_____. "A região como problema para Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, maio, 2001. **Anais....** Rio de Janeiro, 2001, p. 424-430.

DINIZ, A. M. A e BATELLA, W. B. Regiões e regionalizações mineiras: um diálogo entre a teoria e a prática. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP Março de 2005. **Anais...** São Paulo, 2005, p. 4270-4291.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais**, 2000 - 2001. v. 9. Belo Horizonte, 2002.

_____. Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (**Relatório Síntese**). Belo Horizonte: FJP, 1975.

_____. Minas Gerais e suas Regiões de Planejamento: crescimento populacional e distribuição espacial. **Informativo CEI - Demografia**. Belo Horizonte, dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

_____. Produto Interno Bruto de Minas Gerais Municípios e Regiões - 2000. **Informativo CEI**. Belo Horizonte, abril de 2003. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional** (Norte de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói, ano 1, n. 1, UFF/EGE, jun. 1999, p. 15-40.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; e MOREIRA, R. **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

_____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1.

IPEA. **Atlas de desenvolvimento humano**. 2002.

_____. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sudeste. IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE. Brasília, 2001. v. 5.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MACIEL, A. G. et al. Perfil da mortalidade na região norte do estado de Minas Gerais no ano de 1997. In: **Unimontes Científica**, v. 7, n.1, jan./jun. 2005. p. 13-34.

MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 1973.

PEREIRA, A. M.; Soares, B. R. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas In: X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 11609 - 116251 CD-ROM.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO REGIONALISMO NORTE-MINEIRO: UM ENFOQUE HISTÓRICO

*Laurindo Mékie Pereira*¹

Resumo: Este artigo aborda a emergência e desenvolvimento histórico do regionalismo político norte-mineiro, partindo de sua aparição em meados do século XIX até a sua consolidação na década de 1960. O objetivo é identificar como se moldou, tendo como perspectiva as sucessivas conjunturas históricas, o regionalismo norte-mineiro, salientando a suas características principais. A conclusão principal é que o discurso e prática regionalistas instituíram a região, o Norte de Minas, e produziram uma matriz a partir da qual se explica a história e os problemas da sociedade regional.

Palavras-chave: Regionalismo Político, Norte de Minas

O objetivo deste texto é estudar as origens e desenvolvimento histórico do regionalismo norte-mineiro, privilegiando o enfoque da sua expressão no plano político, especialmente no que concerne às relações das lideranças políticas da região com as suas congêneres estaduais e as instâncias superiores do estado. Aparentemente amplo, o objeto aqui escolhido é bastante delimitado em virtude do recorte temático escolhido e dos marcos temporais que o conceito de regionalismo adotado inevitavelmente impõe.

É sabido que os primeiros habitantes do território que hoje é o Norte de Minas são os indígenas, e que as primeiras investidas dos colonizadores nesse espaço datam do século XVI, a exemplo da expedição de Francisco Espinosa em 1553. Porém, a colonização efetiva da região se deu a partir do século XVII, com a confluência das correntes de povoamento e exploração paulista e baiana.² Apesar de esses registros antigos sugerirem uma longa história para o “Norte de Minas” não me parece ade-

¹ Professor do Departamento de História da Unimontes. Doutorando em História pela USP. Bolsista da FAPEMIG. mekie1@hotmail.com

² Embora haja divergências acerca de qual corrente de povoamento ocupou primeiro o norte de Minas, a tendência na historiografia é admitir que esta ocupação deu-se de forma simultânea por baianos e paulistas. Cf. CAMPOS, 2002.

quando tratá-los como marcos iniciais de uma região ou de um regionalismo norte-mineiro. A razão disso é que a unidade político-administrativa Minas Gerais só veio a existir a partir de 1720, com o desmembramento da Capitania de Minas Gerais em relação à Capitania de São Paulo.

A descoberta do ouro e o conseqüente crescimento demográfico na região das minas criou um mercado consumidor expressivo no “interior” da colônia, fato que permitiu a dinamização da economia das fazendas de gado situadas ao norte da zona mineradora, especialmente nas margens do rio São Francisco.³

Apesar das intensas relações comerciais, as relações políticas entre os povos do “sertão”, os mineradores e o governo da Capitania não foram inteiramente amistosas. Foram freqüentes os atritos ao longo da primeira metade do século XVIII, sendo os conflitos entre Manuel Nunes Viana e o Conde de Assumar e os motins de 1736 os mais conhecidos.⁴

Para alguns autores, esses atritos expressariam, já no século XVIII, uma identidade regional própria, sertaneja, são-franciscana e, possivelmente, em virtude dessa identidade e cultura próprias, expressariam um desejo de autonomia em relação à Capitania de Minas Gerais.⁵

Apesar de reconhecer a relevância desses eventos do tempo colonial e da forte presença dos mesmos nos discursos regionalistas produzidos nas últimas décadas do século XX e nos tempos atuais, não identifico nos mesmos os primórdios do que denomino aqui *regionalismo norte-mineiro*.

Na presente discussão, penso o regionalismo tal como define Ann Markusen: “Regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado.” Conforme a autora, essa definição apresenta três virtudes:

Primeiramente, ela apresenta o regionalismo através de suas relações sociais entre um grupo e outro de pessoas, não especificadas na definição, que é objetivamente antagonico a alguns fins do primeiro grupo e cuja luta ocorre dentro do setor estatal. Em segundo lugar, ela usa uma qualificação territorial que distingue grupos regionais de outros grupos sociais envolvidos em luta, e liga o território com a existência de instituições estatais, de tal maneira que ele claramente identifica uma “arena” de luta – uma arena política – mesmo que o conteúdo da luta seja econômico ou cultural. Em terceiro lugar, a definição permite um delineamento particular do grupo regional, baseado em experiências históricas e subjetivas, sem a tentativa de reduzir as pessoas a um padrão não histórico de regiões através do globo ou de assumir as formas correntes do Estado (por exemplo, nação) como base das regiões mundiais.⁶

³ SANTOS, 2004.

⁴ Cf. ANASTASIA, 1983; FIGUEIREDO, 1999; PIRES, 1979.

⁵ COSTA, 2006, p. 20-21.

⁶ MARKUSEN, 1991, n. 2, p. 61-99, p. 83-84.

A partir das proposições de Markusen, só é possível falar-se em regionalismo tendo em perspectiva o estado. Assim, no caso brasileiro, a emergência dos diversos movimentos regionalistas dataria do século XIX, quando se estruturou o estado nacional, especialmente após 1822.

No norte de Minas, especificamente, parece-me adequado, coerente com o conceito adotado, investigar o surgimento e as características do regionalismo a partir da década de 1830, quando são criadas as vilas na região, unidades que, àquela época, eram providas de autonomia político-administrativa e representavam, no plano local, a presença mais visível do poder público. Por isso, elegi para análise situações/ eventos históricos em que ficaram mais nítidas a mobilização das lideranças regionais junto ao poder público e que, portanto, permitem uma melhor compreensão dos elementos principais do regionalismo norte-mineiro.

É evidente que as manifestações isoladas de uma Câmara Municipal dificilmente podem ser tomadas como expressões da região. Diferentemente dos tempos atuais, não havia, naquele tempo histórico, associações que simbolizassem, institucionalmente, uma certa unidade regional. Dessa forma, são escassos os documentos produzidos que refletem essa eventual unidade.

Uma das primeiras manifestações regionalistas norte-mineiras no século XIX foi, possivelmente, um pequeno ensaio autonomista promovido pelas Câmaras de Montes Claros e Diamantina, na década de 1850. Em 1854, a Câmara Municipal de Diamantina propôs a criação de uma nova província, reunindo, genericamente, o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, além de porções do Sul da Bahia, Pernambuco e Goiás. O projeto era justificado sob o argumento de que a Província de Minas era muito extensa e que, por isso, seu governo era, “por maior illustração, e boa vontade q. tenha”, incapaz de “cuidar de muitas necessidades urgentes e altamente reclamadas por muitos lugares da Província, mormente aquelles, q. estão mais affastados de suas vistas, q. disto se ressentem em alto grau”⁷.

Na correspondência citada, os vereadores de Diamantina pediam o apoio da Câmara de Montes Claros, bem como o envio dessa reivindicação “aos Supremos Poderes do Estado”. Os vereadores de Montes Claros discutiram o assunto na sessão do dia 7 de abril de 1854 e aderiram à causa, aprovando a seguinte “representação” dirigida aos “Augustos e Dignos Representantes da Nação”:

A C.M. da V. de M.C. de F. da Com. de S.F. da Província de M.G., julga do seu dever levar à vossa augusta presença a expressão da urgente necessidade, q há, de crear-se uma nova Província, composta desta comarca, das do Gequitinhonha e Paracatu destq a Prov^a., e das q. lhe ficam limitrofes, pertencentes às Prov.^a da

⁷ DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854, p. 1. Administração Pública de Montes Claros – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes –APMC-DPDOR.

Bahia, Pernambuco e Goiás, com Capital nesta V^a ou na V^a Janoária, por ser qualquer destes pontos o mais central e por conseguinte o mais proprio, q. p.^a o referido fim se possa imaginar.⁸

A justificativa usada pelos montesclarenses assemelhava-se bastante à dos diamantinenses, embora em um tom mais agressivo. “As Comarcas acima referidas ficam mui distantes das capitais de suas respectivas Províncias e, por isso, a ação da administração é nellas frouxa, e quase nulla.”

A preocupação com a possível resistência por parte do Governo da Província de Minas fica implícita na observação de que os problemas que afligem as comarcas em questão não ocorriam por causa da “falta de zelo” dos “diversos administradores provinciais; a raiz do problema, dizia o texto, era o “enorme trabalho do expediente da Secretaria, o qual lhes rouba o tempo necessário a concepção e execução de transcendente utilidade para estes lugares longinquos.” Assim, “a consideração de ficar Minas Gerais, como semelhante mutilação, menos importante, não deve servir de embaraço a adopção de semelhante medida, cuja utilidade é incontestável.”⁹

A representação foi recebida pelo “Ministério do Império” ainda em maio de 1854, e remetida pelo mesmo para a Câmara dos Deputados, conforme correspondência do Governo da Província de Minas Gerais a Montes Claros, em 10 de junho do mesmo ano¹⁰. O movimento parece ter durado cerca de três anos. O último registro do mesmo data de 1857, quando foram solicitadas à Câmara de Montes Claros dados gerais acerca de suas relações econômicas com a “região” de Diamantina, Minas Novas, Grão-Mogol e Rio Pardo¹¹.

A nova província era um amplo projeto, pois sua efetivação envolveria o “norte” e o “noroeste” de Minas (Paracatu), o Jequitinhonha e partes da Bahia, Pernambuco e Goiás. Talvez o seu fracasso esteja relacionado exatamente com a sua abrangência, porque qualquer movimento separatista comporta e atinge interesses muito diversificados. Além disso, como observa Herbert Toledo, o poder da bancada mineira no Congresso era suficiente para impedir praticamente todos os projetos que envolvessem territórios do Estado de Minas Gerais.¹²

⁸ MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5. APMC-DPDOR.

⁹ MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5-7. APMC-DPDOR.

¹⁰ MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854. APMC-DPDOR.

¹¹ Correspondência recebida pela Câmara de Montes Claros. 1857. A deterioração do documento não nos permitiu averiguar a data nem o emissor. Acerca desse movimento de 1854, cf. também MARTINS; MARCANDIER; SOARES, 2003, p. 70-98.

¹² MARTINS, 2003.

Mas, para além do separatismo, importa destacar, neste texto, a presença de alguns pontos que parecem lançar as bases de uma prática política regionalista, entre eles, o “pragmatismo”, o “governismo” e a imagem do abandono. O pragmatismo fica visível no fato de que os vereadores de Diamantina e Montes Claros utilizaram argumentos “técnicos” e “administrativos” para justificar seu projeto, como a extensão da Província de Minas Gerais, a distância da capital Ouro Preto e a impossibilidade material do governo estadual em atender as demandas da região.

Quanto ao caráter “governista”, o que se quer destacar é como um movimento dessa envergadura era tratado com “naturalidade” pelas instâncias estaduais e federais do Estado. O próprio documento de Diamantina diz que as áreas a serem separadas poderiam ser aquelas referentes ao Bispado de Diamantina que, naquela época, tinha jurisdição sobre o norte de Minas ou “d’aquelles que os mesmos Poderes em sua Alta Sabedoria julgarem mais conveniente”. Não se registram, também, represálias à iniciativa. Como observa John Wirth¹³, os movimentos separatistas eram muito comuns no Império e não eram tidos como “traição” ou rebeldia. Foi na República, observa o autor, que o separatismo foi elevado à condição de grave traição e submetido às mais duras repressões, inclusive armada, como ocorreu em Campanha, no sul de Minas Gerais, no final do século XIX.

Há, por fim, a exploração da imagem de uma região “longínqua”, distante da capital e, por isso, abandonada à sua própria sorte, onde as ações do poder público são “frouxas” ou “quase nulas”.

Em 1854, o discurso regionalista articulava-se a uma estratégia autonomista. Todavia, em movimentos posteriores, as mesmas imagens/idéias aparecem como elementos justificadores de ações distintas, especialmente aquelas que visavam obter investimentos junto às instâncias superiores do Estado.

A esses dados iniciais do discurso político regionalista de meados do século XIX, as lideranças regionais adicionariam outros elementos importantes na passagem do oitocentos para o século XX. Nesse período, a principal reivindicação das elites regionais era a construção da estrada de ferro na região¹⁴. Em março de 1883, os vereadores de Montes Claros reivindicaram, junto à Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a extensão da ferrovia até o São Francisco. Na sua resposta, a Superintendência lamenta não poder atender, a curto prazo, ao pedido da Câmara de Montes Claros, mas promete trabalhar para o “engradecimento dessa grande e uberrima zona conhecida por Norte de Minas, que como bem dizem v.sas. parecia jazer em completo esquecimento e atrazo”. Se a terra é fértil e seus filhos “inteligentes e laboriosos”, o que lhes falta? “Um favor dos poderes publicos, para tornar-se grande para ahi germinar a mais adiantada industria, para os productos de sua agricul-

¹³ WIRTH, 1982.

¹⁴ LESSA, 1999 e PORTO, 2002.

tura disputarem a preferência em todas as exposições internacionais”¹⁵. Esse favor era, naquele momento, a ligação ferroviária.

A visão segundo a qual havia um “grande potencial” no norte de Minas cuja exploração dependia do apoio do Estado e a visão de que os meios de transporte – ferrovia – significariam a chegada da “civilização” e do “progresso” estavam também presentes nas matérias do *Jornal Correio do Norte*, fundado em Montes Claros, em 24 de fevereiro de 1884, como órgão do Partido Conservador. As colheitas agrícolas são copiosas, dizia o jornal, em março de 1884, mas o produtor “vê-se, de ordinário, na contingência de integrá-las ao consumo pelos preços que se apresentam, a fim de não perder totalmente o fructo do trabalho e, portanto, do capital. O mesmo se verifica em relação à indústria mais explorada – criação de gado”. Como os mercados locais são pequenos, os preços caem e “destroem toda esperança de lucro. (...) Dahi o abandono de tantas fontes de riqueza, e agentes naturaes, que fazem ignoradas, ou apenas conhecidas, mas por aproveitar-se.” Como “romper esta poderosa dificuldade”? “Facilidade de transporte, isto é, uma estrada de ferro”¹⁶.

Essas “teses” ocuparam as páginas do *Correio do Norte* durante todo o período de sua existência, de 1884 a 1891. Em certas passagens, Montes Claros e a região são tratadas como o território que oferece ao “homem laborioso” as mais variadas fontes de riqueza, porque seus “matos de cultura e uberidade prodigiosa” fornecem grandes colheitas “mediante diminuto esforço”, seus campos e pastagens permitem à “indústria pastoril em alta escala; há “grandes florestas, ricas em toda sorte de madeiras”, enfim, existem “tantas riquezas naturais no reino mineral” que poderiam “constituir um vasto manancial de rendas se, por ventura, fossem convenientemente exploradas”¹⁷.

No entanto, o mesmo jornal que divulgava essa região de fartura e riqueza infundas, registrou também a miséria que assolava seus trabalhadores, especialmente nos períodos de estiagem. Tendo que conciliar o discurso grandiloquente com a penúria de famílias inteiras, o jornal atribuía à pobreza as intempéries da natureza e a falta de apoio do Governo.

Em fins da década de 1880, a seca castigou a região, trazendo à tona a realidade que o jornal vinha tentando encobrir com seu discurso ufanista. A situação é difícil, dizia o jornal em 1889, “milhares de pobres aqui e n’outros lugares vae-se agravando de dia a dia, cada vez mais. É horroroso! Os gêneros de primeira necessidade continu-

¹⁵ BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR. (Grifos meus).

¹⁶ Meios de Transporte. **Correio do Norte**, Montes Claros, 16 mar. 1884, p.1.

¹⁷ Industrias extractivas. **Correio do Norte**, Montes Claros, 13 abr. 1884, p. 1 O assunto foi tratado com destaque também nas seguintes edições: 16 mar. 1884; 03 mar. 1889; 03 nov. 1889; 10 nov. 1889; 24 nov. 1889; 10 dez. 1889; 17 ago. 1890; 24 ago. 1890; 26 out. 1890; 9 nov. 1890 14 dez. 1890 e 11 fev. 1891.

am por preços elevadíssimos”. Nesse momento, surge outro fato que assusta as elites norte-mineiras e que lhes será um pesadelo por todo o século XX: Montes Claros se torna um pólo de atração de imigrantes do norte (e depois nordeste): “informam-nos que de alguns pontos dos limites da Província da Bahia com esta, ao norte e leste das Gortubas e de outros logares já tem affluído para este municipio muitas pessoas e famílias inteiras no mais deplorável estado de miseria e inanição”¹⁸.

Diante desse quadro, o que fazer? Apelar para Deus:

O desânimo começa a apoderar-se dos espíritos; a população desta cidade mostra se apprehensiva com a cessação das chuvas (...)

Pessoas religiosas e dignas de atenção, pela ardente fé, nos pedem que lembremos ao virtuoso vigário o recurso às preces *ad feetendam pluviam*, na matriz desta cidade e si fôr possível nas capelas.

Realmente si Deus não se amercear logo do norte de Minas, será mais terrível a situação deste pobre povo que a do infeliz Ceará¹⁹.

No texto inaugural do ano novo, 1890, o jornal desejava que a “Divina Providência se amercêe dos habitantes desta região mineira, livrando-os da crise terrível que os tem affligido” e “que dentro em breve as copiosas colheitas venham remunerar os (suores) dos pobres homens do trabalho, restituindo a abastança e a alegria a todos os lares”²⁰.

Mas, além de clamar por Deus, apelava-se para o poder público:

Diante do temeroso quadro que se desenvolve a nossos olhos, não devemos imitar ao carneiro que, soffendo torturas, morre calado. Não! Devemos levar nossas queixas á presença do Governador do Estado e pedir-lhe a caridade de lançar suas benignas vistas para esta comarca, victima de miseria e da fome – pedindo-lhe socorro com toda urgencia²¹.

Em síntese, pode-se depreender que permanecem, no discurso e mobilização regionalistas, o pragmatismo, o governismo, o discurso do “abandono” e da ausência do governo do Estado na região, já presentes em 1854. A esses elementos somavam-se, na época, mais quatro aspectos importantes: 1) o destaque conferido ao potencial econômico da região, exemplificado pela prodigalidade dos seus recursos naturais; 2) o louvor a seus habitantes como laboriosos; 3) a reivindicação do “favor” do Estado, especialmente para a melhoria do setor de transportes; 4) o início da instrumentalização da seca e da miséria.

¹⁸ Socorros públicos. **Correio do Norte**, Montes Claros, 20 out. 1889, p. 1.

¹⁹ Várias notícias. **Correio do Norte**, Montes Claros, 22 dez. 1889, p. 3.

²⁰ **Correio do Norte**, Montes Claros, 5 jan. 1890, p.1.

²¹ Ao Governador do Estado. **Correio do Norte**, Montes Claros, 2 fev. 1890, p. 4.

No pensamento das elites no final do século XIX, a região era rica, mas subexplorada. Os problemas sociais, quando reconhecidos, eram atribuídos aos fenômenos da natureza. Para enfrentá-los, recorria-se à Divina Providência e à “benignidade” do Estado.

Ao longo da primeira República, seguramente, esses elementos do regionalismo norte-mineiro sobreviveram e foram enriquecidos. É possível que a principal novidade no discurso e ação regionalista, nesse período, tenha surgido durante os episódios relacionados à construção da ferrovia na região²², a saber, a idéia de que o norte de Minas possui uma localização estratégica e que o seu desenvolvimento é uma necessidade nacional. Na década de 1920, esse argumento sustentava que a estrada de ferro funcionaria como fator de integração nacional, ligando o nordeste e sul, regiões entre as quais se localiza o norte de Minas.²³

Com a crescente centralização do poder político-administrativo após 1930 e principalmente entre 1937 e 1945, os movimentos regionalistas parecem ter refluído. Como observa Vera Alice Cardoso Silva, o regionalismo fragiliza-se em sistemas centralizadores e autoritários, combinando-se melhor com sistemas democráticos.²⁴ O momento-símbolo da negação, por parte do poder central, das expressões regionalistas, durante o Estado Novo, ocorreu em dezembro de 1937, ocasião em que o Presidente Vargas promoveu a cerimônia de queima de todas bandeiras estaduais, sob o argumento de que a unidade da nação não comportava interesses particularistas e provincianos.

No período democrático, 1945-1964, as demandas de cunho regionalista voltaram à cena com maior vigor. A hegemonia do pensamento desenvolvimentista, cuja ênfase estava na industrialização estimulada e planejada pelo estado como estratégia-síntese do desenvolvimento²⁵, era convergente com a mobilização de grupos regionais junto às instâncias do poder público com vistas a carrear recursos para suas respectivas regiões.

No norte de Minas Gerais, esse período é também importante porque marca o início da organização das elites regionais, aspecto materializado no surgimento da Sociedade Rural de Montes Claros, em 1944, e da Associação Comercial e Industrial – ACI, em 1949, entidades que seriam personagens centrais no regionalismo norte-mineiro na segunda metade do século XX.

²² A cronologia da expansão ferroviária pelo norte de Minas é a seguinte: Em 1908 foi inaugurado o terminal de Várzea da Palma; Pirapora, em 1911; Bocaiúva, em 1924; Montes Claros, em 1926; Janaúba, em 1945; Monte Azul, em 1946, e a ligação com a Leste Brasileiro, na Bahia, foi concluída em 1950. LESSA, 1999, p. 83-110.

²³ Cf. LESSA, 1999, p. 83-110, p. 97 e PORTO, 2002, p. 118, 122-123, 125.

²⁴ SILVA, 1990, p. 43-49.

²⁵ BIELCHOWSKY, 1996.

Coerente com a conjuntura desenvolvimentista, as elites estaduais promoveram, em parceria com a suas congêneres norte-mineiras, a 3ª Reunião das Classes Produtoras de Minas Gerais, em Montes Claros, no ano de 1953. Capitaneado pela Associação Comercial de Minas Gerais e contando com o apoio da ACI, o evento reuniu as principais lideranças políticas, empresários e proprietários rurais da região. Ao final do encontro foram definidas as 18 recomendações, dentre as quais destacavam-se

1ª) Extinção das Barreiras e Correntes Fiscais;

(...)

3ª) Instalação em Montes Claros de um Matadouro Frigorífico;

(...)

10ª) Instalação nas sedes dos municípios da região Norte-Mineira de Agências da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) para financiamento aos pequenos agricultores;

(...)

13ª) Instalação pelo SENAC em Montes Claros de curso de aperfeiçoamento de contadores, guarda-livros e empregados de escritório;

14ª) Que os institutos de previdência façam aplicar as rendas auferidas na região Norte-Mineira na própria região;

15ª) Que o SENAI instale em Montes Claros uma escola de aprendizagem industrial;

16ª) Que seja solicitado do Congresso nova modificação da Lei de Imposto de Renda, aumentando o limite de isenção de rendimentos das pessoas físicas e das deduções para esposas e filhos;

17ª) Que consiga dos órgãos superiores da fiscalização federal e estadual a adoção do critério da dupla visita, sendo a primeira [visita] para fins de orientação e esclarecimento ao contribuinte para maior harmonia entre fisco e contribuintes;

(...) ²⁶

Sob vários aspectos, esse evento de 1953 é instrutivo para a presente análise. Em primeiro lugar, revela que, para além das lideranças políticas convencionais, as mobilizações regionalistas passam a ser bandeira também de entidades de classe, demonstrando a organização da burguesia regional, algo que só cresceria ao longo das décadas seguintes. Em segundo lugar, Montes Claros, além de sediar o evento, é o município que mais se beneficiaria com os investimentos reclamados, tendência que se confirmaria com a implantação do parque industrial incentivado pela SUDENE, a

²⁶ **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 27 set. 1953, p. 1 e 4.

partir de 1965. Quanto às “recomendações” propriamente ditas, nota-se a ênfase na isenção de impostos, na reivindicação de tratamento fiscal privilegiado, na necessidade de treinamento de mão-de-obra e na demanda por apoio estatal com vistas à construção de um frigorífico, medida que refletia de forma mais evidente o interesse das mais expressivas lideranças regionais cuja atividade econômica era justamente a pecuária. Pode-se depreender desse conjunto de reivindicações a visão das elites regionais acerca dos caminhos para o desenvolvimento do norte de Minas. Para elas, em síntese, o desenvolvimento dependeria de 1) tratamento especial por parte do estado para os criadores de gado e comerciantes, na forma de isenção de impostos e concessão de crédito, 2) investimentos públicos em infra-estrutura, 3) financiamento para construção do frigorífico e 4) treinamento da mão-de-obra.

A reunião de 1953 e as diretrizes dela resultantes parecem ser o marco inaugural de uma nova fase no regionalismo norte-mineiro, diferenciando-se, mas sem contradizer, em relação às estratégias anteriores, pela presença organizada dos fazendeiros, comerciantes e alguns industriais, por meio de suas entidades, pela articulação com a fração estadual da burguesia e pela apresentação de um conjunto razoavelmente articulado de diretrizes gerais, ao invés de reivindicações isoladas.

Esses novos elementos no regionalismo norte-mineiro conjugavam-se com o legado do século XIX e da Primeira República – o discurso do abandono, a reivindicação por mais recursos e presença do governo estadual e federal, o governismo, o pragmatismo e a exploração política da irregularidade das chuvas.

Mas foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, o que possibilitou a soldagem efetiva dessas várias imagens e estratégias do discurso e ação regionalista. A ênfase nos incentivos fiscais dada pela SUDENE e a visão de que a industrialização e o desenvolvimento dependiam da ação do poder público em obras de infra-estrutura são recebidas com entusiasmo pelas elites regionais e vistas, efetivamente, como a possibilidade de efetivação de suas demandas.

Além disso, na batalha travada pelos grupos regionais contra a bancada nordestina para incluir o norte de Minas na área de atuação da SUDENE e nas mobilizações que se seguiram ao longo da “Era SUDENE”, as lideranças regionais lançaram mão do discurso da pobreza, exploraram a imagem da seca e do abandono, insistiram em divulgar o subdesenvolvimento norte-mineiro, no intuito de “provar” a semelhança da região com o nordeste e, portanto, a justiça da sua inclusão na área do Polígono das Secas.²⁷

Nesse esforço “nordestinizador” trabalharam lideranças políticas, jornalistas, escritores e entidades de classe. Mais do que nunca, era necessário instituir e/ou fortale-

²⁷ Cf. OLIVEIRA, 2000; SUDEMINAS, 1967; **Revista Encontro**, Montes Claros, 1962. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 26 mar. 1963. p.1, 6.

cer/solidificar a idéia de “norte de Minas” e, em virtude da SUDENE, nada mais interessante que essa região fosse compreendida e divulgada como “nordestina”. Para tanto, além dos elementos que integravam o pensamento regionalista desde meados do século XIX como se registrou anteriormente, recorreu-se à história, partindo do povoamento, passando pela colonização e, posteriormente, pelas agruras comuns durante as estiagens, buscou-se instituir/explorar as semelhanças do norte de Minas com os baianos e/ou nordestinos. Na expressão de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, inventou-se uma tradição.²⁸

A partir da SUDENE, e em grande parte por causa dela, instituiu-se o norte de Minas como uma região “seca”, “pobre”, “abandonada”, “não-mineira”, “nordestina” ou “baianeira”. Parece um caso concreto em que o regionalismo cria a região, assim como o nacionalismo estabelece as nações.²⁹

Abstract: This article broach the emergence and historical development of political regionalism in North of Minas Gerais, starting from its beginning around nineteenth century until the consolidating in 1960's. The purpose is to identify how it's formed, observing the perspective of the historical successive situation, the North of Minas regionalism, pointing out its main features. The main conclusion is that the speech and regionalism practice made the region, the North of Minas, and produced a source from which explain the history and problems of the regional society.

Keywords: Political Regionalism, North of Minas

Fontes

BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR.

DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854.

JORNAL DIÁRIO DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 26 mar. 1963..

JORNAL CORREIO DO NORTE. 24-02-1884 a 24-02-1885; 01-03-1889 a 01-03-1891.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 27 set. 1953.

MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.

²⁸ HOBSBAWM; RANGER, 1984.

²⁹ HOBSBAWM, 1990.

MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854 - APMC-DPDOR.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

Revista Encontro. Montes Claros, 1962.

SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Belo Horizonte: SUDEMINAS, 1967.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693–1737. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos**: englobamento, exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais - 1736. **Revista Oceanos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, dez. 1999, n. 40, p. 128-144.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros: Unimontes, v. 4, n.4, 1999, p.83-110.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**: a criação

de novos estados no Brasil (1823–1988). Tese. Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Herbert; MARCANDIER, Andrea Passos L.; SOARES, Deidre de Cássia. A unidade na diversidade: a integridade do território de Minas Gerais. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Orgs.). **Iniciação Científica Newton Paiva**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2003, p. 70-98.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688–1732)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GEOTECNOLOGIAS: APLICABILIDADE NOS ESTUDOS DO ESPAÇO GEOGRÁFICOS

*Marcos Esdras Leite**
*Jorge Luis Silva Brito***

Resumo: Neste artigo pretendemos discutir a importância da aplicação das geotecnologias e da ciência geográfica no planejamento do espaço geográfico, destacando o uso do geoprocessamento e do sensoriamento remoto. Para foi necessária uma análise histórica da geografia quantitativa, corrente que estimulou a aplicação de tecnologia à geografia, como também uma discussão teórica do que é geoprocessamento, sensoriamento remoto, processamento digital de imagens, cartografia digital e Sistema de Informação Geográfica-SIG, expondo suas respectivas relevâncias no estudo e desenvolvimento da geografia do século XXI.

Palavras-chave: Geografia, geotecnologia, geoprocessamento e sensoriamento remoto.

INTRODUÇÃO

O processo de evolução tecnológica vivenciado nos últimos anos tem sido inigualável a qualquer outro. As descobertas científicas realizadas na segunda metade do século XX e início do século XXI têm proporcionado avanços em todas as áreas do conhecimento científico.

No caso da ciência geográfica, as transformações ocorridas durante e depois da Segunda Guerra provocaram uma nova visão dessa ciência. As teorias sobre a deriva dos continentes, as várias transformações geopolíticas ocorridas no mundo, o processo de urbanização cada vez crescente em todo o planeta, a Revolução Verde, a problemática ambiental são, dentre outros fatos, exemplos das mudanças ocorridas no mundo. Diante desse novo olhar sobre a Geografia, pode-se dizer que acabou por gerar uma maior valorização dessa ciência, passando assim a ser encarada e respeitada como tal.

* Professor Ms. do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Doutorando em Geografia/UFU marcosesdras@ig.com.br.

Um instrumento utilizado e aprimorado pela Geografia Quantitativa nos anos 70, o geoprocessamento, foi uma das grandes contribuições para ampliar o conhecimento geográfico e torná-lo mais respeitado. Tendo a computação e a matemática como base para implantação desse novo método de estudo, a geografia, em suas variadas correntes, pode proporcionar aos seus estudiosos uma ferramenta de precisão para seus estudos espaciais.

A herança da Geografia Quantitativa

Como se sabe, a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) provocou grandes mudanças no planeta Terra, mudanças estas que atingiram a quase todos, por se tratar de um acontecimento que estava direta ou indiretamente ligado a tudo, em uma escala global.

Poderíamos dizer que as ciências tiveram uma participação de destaque na Segunda Guerra e, portanto, sofreram grande evolução nesse período, primeiramente no âmbito militar e pouco depois isso foi transferido para a sociedade.

Com a Geografia a situação não poderia ser diferente, já que foi uma das ciências mais solicitadas na Segunda Guerra, pois *a Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, como intitulou um dos seus livros o professor Yves Lacoste. Sendo assim, algumas transformações foram significativas na Ciência Geográfica, dentre elas podemos destacar o uso de tecnologia aplicada ao reconhecimento do território.

A utilização da informática no auxílio ao estudo geográfico ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, quando houve uma verdadeira revolução na Geografia. Esse período foi o marco do surgimento de uma nova corrente geográfica chamada, nos países de língua inglesa, de “New Geography” (nova geografia), e no restante do mundo, de Geografia Quantitativa. Milton Santos intitula esse episódio como a “*renovação do após Guerra*”. Essa nova geografia era caracterizada pelos seus defensores como oposição à Geografia Tradicional, considerada por eles como uma “*não geografia*” (SANTOS 2002, p. 60).

A Geografia Quantitativa, representando o novo modelo de revolução da Ciência Geográfica, surgiu na escola anglo/saxônica. Adotando o neopositivismo como base filosófica, essa nova corrente aplicou a matemática nos estudos geográficos, pois acreditava tornar a Geografia mais precisa. A teoria de sistemas e dos modelos, além do uso abusivo da estatística, foram as grandes características da Geografia Quantitativa.

Sobre essa matematização da Ciência Geográfica defendida pela Geografia Quantitativa, SANTOS (2002, p.65) cita WRIGLEY, “o uso de técnicas estatísticas, se corretamente utilizadas, permite uma maior precisão (...) os problemas práticos e metodológicos da geografia são de tal natureza que a utilização das técnicas estatísticas é adequada para exercer uma forte atração”.

A grande crítica feita a essa Geografia estava relacionada ao seu caráter capitalista e segregacionista, haja vista que a aplicação de tecnologias, destacando o emprego da computação e a criação de tipologia de padrões espaciais, não estava acessível a todos, pelo contrário, era concentrada nas mãos de poucos, principalmente dos Estados Unidos, os grandes idealizadores dessa nova geografia.

Analisando os interesses dessa potência no desenvolvimento da Geografia Quantitativa, GOMES (1991, p. 97) denuncia, “como práxis social geográfica, ficou constatado que esteve e está a serviço do imperialismo, notadamente o norte-americano, como instrumental sofisticado de controle espacial”.

A Geografia Quantitativa não teve grande propagação, e entrou em choque com outras correntes da Geografia que eram contra a matematização dessa ciência e a sua utilização para fins político-militares de dominação, fazendo com que um número muito restrito de geógrafos a aderisse, com exceção dos geógrafos norte-americanos.

A quantificação da ciência geográfica é uma consequência do momento político-militar em que se encontrava o mundo, sendo necessário para o país hegemônico, os Estados Unidos da América, que saiu como a grande potência da Segunda Guerra, criar novas ferramentas para manter o domínio sobre o restante do planeta, principalmente os países periféricos.

Apesar de receber infinitas críticas, e vale ressaltar que a grande maioria tem fundamento, a Geografia Quantitativa deixou algo para o desenvolvimento da Ciência Geográfica. Para se ter um banco de dados geográfico no computador, e transformá-lo em estatísticas representadas espacialmente em um mapa, seria necessário desenvolver uma tecnologia nova; dessa interrelação entre computação e matemática é que temos a origem do geoprocessamento. Assim, podemos dizer que o Geoprocessamento foi a grande herança deixada pela Geografia Quantitativa para as outras correntes da ciência geográfica.

Destacando a relevância da Geografia Quantitativa no desenvolvimento das Geotecnologias, CÂMARA, MONTEIRO e MEDEIROS (2001, p. 5) postulam

Com a escola quantitativa, os estudos geográficos passam a incorporar, de forma intrínseca, o computador como ferramenta de análise. Neste sentido, o aparecimento, em meados da década de 70, dos primeiros sistemas de informação geográfica (GIS) deu grande impulso a esta escola. Ainda hoje, em países como os Estados Unidos, em que a Geografia Quantitativa é a visão dominante, os GIS são apresentados como ferramentas fundamentais para os estudos geográficos, como indica o recente estudo da “National Academy of Sciences” (National Research Council, 1997).

Sensoriamento remoto e geoprocessamento

A coleta de dados de uma área, a edição de mapas digitais complexos e o cruzamento de informações espaciais se tornaram tarefas fáceis e rápidas de serem realizadas, isso graças à associação das ciências matemática e computacional com a ciência geográfica. Hoje, o sensoriamento remoto e o Geoprocessamento são ferramentas de extrema relevância para a análise espacial em suas diferentes e variadas discussões. Esses sistemas trazem para o usuário uma série de comodidades em suas pesquisas, além de proporcionar uma maior confiabilidade e precisão das informações.

Para iniciarmos uma discussão teórica sobre geoprocessamento, é necessário definir esse termo que tem algumas variações regionais. Como alerta Pickles, 1995 e Wrigth et al, 1997 apud Pereira e Silva (2001, p. 104), “a definição do que seja geoprocessamento é uma tarefa difícil. Todavia, o termo ‘GIS’, usado na literatura de origem americana, é mais problemático, pois carrega uma confusão de conceitos e significados conflitantes”.

Para uma maior facilidade na interpretação do termo geoprocessamento, utilizaremos neste trabalho o conceito de ROSA e BRITO (1996, p.7)

O conjunto de tecnologias destinado a coleta e tratamento de informações espaciais, assim com o desenvolvimento de novos sistemas e aplicações, com diferentes níveis de sofisticação. Em linhas gerais o termo geoprocessamento pode ser aplicado a profissionais que trabalham com processamento digital de imagens, cartografia digital e sistemas de informação geográfica. Embora estas atividades sejam diferentes, estão intimamente interrelacionadas, usando, na maioria das vezes, as mesmas características de *hardware*, porém *software* diferente.

De maneira mais resumida, “podemos considerar Geoprocessamento como um conjunto de tecnologias, métodos e processos para o processamento digital de dados e informações geográficas” (Pereira e Silva, 2001, p.105).

Sendo assim, o geoprocessamento é um termo genérico que se refere a todas as técnicas de correlação entre informações espaciais e cartografia digital.

O desenvolvimento da técnica do geoprocessamento está diretamente relacionado à grande evolução vivenciada pelo sensoriamento remoto, sendo este outro instrumento bastante utilizado pela ciência geográfica, tendo lhe proporcionado um progresso incomensurável. Portanto, para entendermos o que é geoprocessamento é imprescindível um histórico da evolução do sensoriamento remoto.

A definição do termo sensoriamento remoto é menos complicada que a do geoprocessamento. De forma ampla, ROSA (1995, p.11) define sensoriamento remoto como “a forma de se obter informações de um objeto ou alvo, sem que haja contato físico com mesmo”.

O surgimento do sensoriamento remoto inicia-se com o progresso da física nos estudos da óptica, da espectroscopia, da teoria da luz. Em 1822, Niepa pôde gerar a primeira fotografia. A partir de então, a fotografia sofreu grandes avanços e em 1856 outro francês, Gaspar Felix Tournachou, acoplou uma câmera fotográfica em um balão e fotografou a cidade de Paris, sendo este episódio o marco inicial da fotografia aérea. Com o surgimento dos aviões, a fotografia aérea foi amplamente utilizada com fins cartográficos, principalmente na área militar (INPE, 1998).

O uso das imagens orbitais só foi possível devido ao desenvolvimento da física associado ao avanço dos foguetes, destacando o foguete V2, projetado pelo alemão Werner Von Braun, considerado pelos americanos o pai da era espacial.

O primeiro satélite lançado ao espaço foi o soviético Sputnik 1, em 4 de outubro de 1957, que durou três meses. Sua principal importância está no impulso dado para outros satélites serem colocados em órbita, como o TIROS, primeiro satélite meteorológico, lançado em 1º de abril de 1960.

Todo esse histórico apresentado mostra o longo caminho percorrido pela ciência até chegar ao dia 23 de julho de 1972, quando foi lançado o primeiro satélite de recursos terrestres, o Earth Resources Technology Satellite- ERTS 1, que, a partir do dia 14 de janeiro de 1975, passou a ser chamado de LANDSAT.

O LANDSAT é um dos principais satélites em atividade para estudos ambientais. Já foram lançados sete satélites dessa série, o sexto falhou e caiu no mar. O LANDSAT 7 tem uma resolução espacial na banda pancromática de 15 metros e as demais bandas com a mesma resolução espacial, 30 x 30 metros.

Outros satélites também se destacam nos estudos ambientais, como o europeu Spot, lançado em 1986, que está no quarto satélite da série e tem resolução espacial de 10 metros no modo pancromático e 20 no modo multiespectral. O satélite Sino-Brasileiro de recursos terrestres- CBERS também é referência nessa área, o programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite ou Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) mantém dois satélites de observação terrestre em órbita: o CBERS-1, lançado no dia 14 de outubro de 1999, e o CBERS-2, lançado em 21 de outubro de 2003, ambos lançados da China.

Os satélites são equipados com sensores de diferentes resoluções espaciais que podem cobrir o planeta em menos de 5 dias e, ao mesmo tempo, produzir informações mais detalhadas em uma visada mais estreita. O CBERS carrega câmeras para observação óptica e um sistema de coleta de dados ambientais. É um sistema único, pois mantém em órbita instrumentos sensores que combinam características especialmente adequadas às diversas escalas temporais e espaciais, necessárias ao monitoramento e à preservação do ecossistema (www.inpe.gov.br).

Para estudos de áreas menores e mais complexos, como para estudos urbanos, são necessários satélites com alta resolução espacial. Os satélites que se destacam nessa finalidade são o Ikonos II¹ e o Quick Bird. O primeiro foi lançado no dia 24 de setembro de 1999, sendo capaz de gerar imagens com até um metro de resolução espacial no modo pancromático² e quatro metros no modo multiespectral³. Esse satélite é operado pela empresa norte-americana SPACE IMAGING, que detém os direitos de comercialização no mundo.

O segundo foi desenvolvido pela DigitalGlobe, trata-se de um satélite de alta precisão que oferece imagens comerciais de alta resolução da Terra. As imagens pancromáticas e multiespectrais são planejadas para dar suporte nas aplicações em gerenciamento de avaliação de riscos e publicações de mapas, com ênfase nas áreas urbanas. O sistema coleta dados com 61 centímetros de resolução espacial, no pancromático, e 2,5 metros, no multiespectral. Em um vasto campo de observação, apresenta rápida seleção de alvo e permite a geração de pares estereoscópicos. A frequência média de visita é de 1 a 3,5 dias (www.engesat.com).

O sensoriamento remoto, portanto, trata do processo de aquisição de imagens de um determinado território, através da radiação eletromagnética gerada pelo sol ou pela terra, que é emitida por determinados objetos que compõem este território (solo, vegetação, hidrografia, edificações, etc.) e captada por sensores instalados em aviões ou em satélites.

O sensoriamento remoto é uma técnica utilizada há algum tempo, através da fotografia. A partir da Segunda Guerra Mundial, foi utilizado o processo de fotografias aéreas, conhecido como aerofotogrametria. Na década de 70, o primeiro satélite para captação de imagens, Landsat, é colocado na órbita terrestre pelos Estados Unidos. Desde então, passa por um intenso processo de desenvolvimento, o que tem proporcionado um reconhecimento minucioso do Planeta Terra.

Os sensores imageadores utilizados nos satélites geram imagens de um alvo que podem ser melhoradas através da correção de distorções, o que resultará numa melhor discriminação dos objetos em estudo. A esse processo damos o nome de Processamento Digital de Imagem, que também podemos chamar de geoprocessamento.

Depois de tratada, a imagem pode ser utilizada para a geração de mapas dessa área em estudo, para isso é necessário um software para elaboração de mapas digitais, os chamados CAD (*computer aided design*, ou desenho auxiliado por computador). Portanto, cartografia digital é a tecnologia para edição de mapas no computador,

¹ O projeto Ikonos I falhou.

² Esse termo refere se a imagem em tom de cinza

³ imagem multiespectral trata de imagem que contem três cores: vermelho, azul e verde que podem ser misturadas, criando novas tonalidades.

tecnologia esta que possibilita rapidez e facilidade na atualização de mapas, além do aumento da capacidade de complexidade do mesmo.

A partir dessa necessidade de diminuir o custo de elaboração e manutenção de mapas, através da automação do processamento de dados espaciais, é que se iniciou uma busca por técnicas que realizassem todo o processo de aquisição, armazenamento, análise e apresentação de dados georeferenciados na superfície terrestre. Essa técnica foi chamada de SIG (sistema de informação geográfica, na língua inglesa, GIS-geographic information system). O Canadá foi o primeiro país a desenvolver essa técnica, tendo como objetivo a criação de um inventário de todos os recursos naturais do país, esse programa foi fomentado pelo governo canadense e batizado de Canadian Geographic Information System.

Essa técnica é um ramo do geoprocessamento, bastante utilizada hoje e de suma importância para estudos geográficos de correlação, haja vista que consegue combinar dados de diferentes fontes e espacializar essas informações em um mapa. Portanto, o SIG é instrumento essencial para análises complexas que envolvem uma grande quantidade de informações que, depois de combinadas e processadas, fornecem ao usuário novos dados que podem ser transformados em gráficos, tabelas e, principalmente, mapas.

Vários autores, como Rosa e Brito (1996, p.8), Assad e Sano (1998, p. 7) e Moura (2003, p. 11), em suas obras, preocupam-se em destacar o que é SIG, diferenciando-o, assim, de CAD. Tal preocupação advém da grande generalização equivocada que se faz de SGI, encarada por alguns autores como sinônimo de geoprocessamento. Como foi colocado anteriormente, o SGI é uma das técnicas que compõe o geoprocessamento, e mais, é a única ferramenta desse conjunto de geotecnologias capaz de realizar correlação e espacialização de dados, transformando-os em informação. Sendo assim, o CAD faz parte do sistema geoprocessamento, mas não é um SGI, pois é apenas responsável por gerar mapas digitais.

As geotecnologias aplicadas ao estudo do espaço urbano

Como foi abordado anteriormente, o geoprocessamento é o conceito mais abrangente e representa qualquer tipo de processamento de dados georeferenciados, enquanto um SIG processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase em análises espaciais e modelagens de superfícies.

O termo geotecnologias ainda é mais genérico, uma vez que engloba o geoprocessamento (Sistemas de Informação Geográfica – GIS, Cartografia Digital, processamento digital de imagem), além do Sensoriamento Remoto, do Sistema de Posicionamento Global (ex. GPS), da Aerofotogrametria, da Geodésia e da Topografia Clássica, dentre outros (*Revista INFO GEO*, 2002).

As geotecnologias são extremamente importantes para se planejar o espaço urbano, permitindo, assim, o uso racional do espaço e, conseqüentemente, subsidiar a estruturação de uma cidade que possa oferecer melhor qualidade de vida para sua população. E com toda a problemática socioambiental urbana que se encontra hoje, a aplicação do geoprocessamento pode ser uma técnica para reduzir esses problemas. Nessa linha de pensamento, Câmara et al (1996, p.28) colocam que as “aplicações socioeconômicas tanto podem ser realizadas com o objetivo de planejamento quanto de avaliação de mudanças em uma região em resposta a uma determinada política”. E ainda ressaltam, “tradicionalmente, o papel de SIGs é grande no estágio de pós processamento das informações, onde dados são analisados e facilmente espacializados gerando mapas”.

Os estudos sobre a aplicação socioeconômica do geoprocessamento são escassos e os poucos trabalhos que se encontra são recentes, o que comprova a necessidade de se aprofundar as discussões teóricas do uso dessa tecnologia, no espaço urbano, para análise socioeconômica.

O uso prático do geoprocessamento também é subexplorado, principalmente nas áreas urbanas para estudos socioambientais, isso por falta de profissionais qualificados que dominem essas técnicas. O elevado custo dos equipamentos de geoprocessamento (hardware e software) era o argumento utilizado por muitos para não se investir nessa tecnologia, hoje, portanto, há uma popularização desses equipamentos.

Esses instrumentos são ferramentas fundamentais para o planejamento urbano, tornando seu uso imprescindível nas tomadas de decisões por parte dos órgãos públicos, destacando as prefeituras, gestoras imediatas dos Municípios. Pereira e Silva (2001, p. 105) afirmam que

A maior parte das tomadas de decisões por órgãos de planejamento e gestão urbana, envolve um componente geográfico diretamente ou por implicação, daí a importância que as tecnologias de Geoprocessamento adquirem para a moderna gestão da cidade.

Defendendo o uso do geoprocessamento pelos gestores urbanos, Nieto e Levi (2003, p. 433) destacam: “*los tomadores de decisiones tienen la posibilidad de poder hacer uso de las herramientas de consulta, despliegue, análisis, actualización de información para sacar conclusión*”.

As geotecnologias aplicadas ao estudo do espaço rural

A geotecnologias são tão importantes no estudo do espaço rural quanto no espaço urbano, haja vista a dependência da sociedade pós-moderna em relação ao espaço agrário, não apenas pelas questões da produção agrícola e alimentação, mas também pela necessidade da preservação ambiental.

O crescimento populacional espantoso a partir da década de 1970, principalmente nos países periféricos, exigiu um maior uso do solo, através da expansão das fronteiras agrícolas, tanto nacionalmente, como é o caso do Brasil, quanto internacionalmente, como em alguns países europeus que não tinham terra suficiente para atender sua demanda.

Dentro desse contexto, as tecnologias apareceram como possíveis soluções para aumentar a produção agrícola, não só pelo uso de máquinas e defensivos, mas também como recurso no gerenciamento da produção e ordenamento da ocupação do solo rural. A partir dessa necessidade de otimizar espaço e aumentar a produtividade do solo, as geotecnologias evoluíram bastante com o propósito de subsidiar as tomadas de decisões por parte dos produtores rurais e governo, que buscavam evitar novas crises na agricultura.

Um exemplo prático da contribuição das geotecnologias para a agricultura é a previsão de safra. Através desta, o governo cria um banco de dados da área plantada de determinado produto em um ano, em todo o país ou em todo o estado; assim, calculando a produtividade da área, obtém-se a provável produção desse cultivo. A partir dessa informação, o governo, se necessário, tem como tomar as decisões, ou seja, reduzir impostos sobre o produto se a produção for pequena, o que reduziria o preço para o consumidor, ou mesmo importar esse produto para atender à demanda.

A procura pela informatização espacial de propriedades rurais não é só opcional, a Lei 10.267 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estabelece que as propriedades rurais com mais de mil hectares têm de estar georreferenciadas junto a este órgão. Através do georreferenciamento é possível definir as áreas de reserva legal, atendendo à legislação ambiental brasileira, bem como minimizar os conflitos agrários, uma vez que o documento do georreferenciamento com os limites da propriedade requer a anuência dos confrontantes, dessa forma os vizinhos estarão de acordo com o limite da propriedade em questão.

O projeto de vigilância da Amazônia – SIVAM é um exemplo de como as geotecnologias vêm contribuindo para a preservação ambiental. Esse projeto consiste no monitoramento ambiental e meteorológico da Amazônia, bem como na vigilância do espaço aéreo, aquático e terrestre, através de imagens de radar e de sistemas orbitais (imagens de satélites).

Portanto, além de uma tecnologia para otimizar o uso do solo rural e para aumentar a produtividade do mesmo, as geotecnologias são relevantes na proteção dos recursos naturais, tendo em vista que, com as mesmas, o monitoramento dos recursos naturais é mais eficiente.

Considerações Finais

Estudar e planejar o espaço geográfico requer bastante conhecimento em várias áreas, o que dificulta o sucesso dessa atividade, além da complexidade que envolve o espaço. A dificuldade de visualizar o espaço de uma maneira geral torna o planejamento falho. Sendo assim, o conhecimento da configuração espacial de uma área, seja do espaço urbano e/ou rural, é um requisito fundamental para o sucesso da tomada de decisão.

A necessidade irrefutável de se conhecer as variáveis espaciais de uma área, para, a partir de então, se planejar as ações de administração e gestão, visando melhorar o desempenho produtivo, a preservação e a qualidade de vida em uma determinada área, fez com que os administradores, gestores e planejadores se utilizassem de certas ciências integradas para essa atividade. Portanto, as geotecnologias surgem através desse esforço e vêm se mostrando um importante subsídio técnico para a tomada de decisão.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, dentro do atual contexto da sociedade pós-moderna, as geotecnologias são ferramentas de grande relevância para direcionar a ocupação e preservação do solo urbano e rural, tornando, assim, imprescindível para se pensar as ações futuras.

Abstract: In that paper we intended to discuss the importance of the application of the geotechnology and of the geographical science in the urban planning, detaching the use of the geoprocessing and of the remote sensig, for that it was made necessary a historical analysis of the quantitative geography, current that stimulated the technology application to the geography, as well as a theoretical discussion of what it is geoprocessing, remote sensig, digital processing of images, digital cartography and System of Information Geographical-SIG

exposing your respective relevance in the study and development of the geography of the century XXI.

Keywords: geography, geotechnology, geoprocessing and remote sensig

Referências

CÂMARA, G. e MEDEIROS, J. S. de. Princípios básicos em geoprocessamento. In: ASSAD, E. D. e SANO, E. E. **Sistema de informações geográficas**. Aplicações na agricultura- 2. ed.- Brasília: Embrapa-SPI/ Embrapa-CPAC, 1998.

CÂMARA, G. MONTEIRO, A. M. V. e MEDEIROS, J. S. de. **Fundamentos epistemológicos da ciência da Geoinformação**. Disponível em: <http://

www.dpi.inpe.br/livros.html>. Acesso de: 03 jul. 2005.

CÂMARA, G. et al. **Anatomia de sistemas de informação geográfica**. Campinas: instituto de computação, Unicamp, 1996. pp.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

INPE. Projeto EDUCA SeRe I. cadernos didáticos N° 2. **Introdução ao sensoriamento remoto-histórico**. São José dos Campos: Inpe, 1998.

MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. Belo Horizonte: Ed. Da autora, 2003.

NIETO, C. G. e LEVI, S. L. Avances tecnológicos en cartografía. Atlas cibernéticos. In: OLIVEIRA, P. E. (org.) **Espacio geográfico**. Epistemología y diversidad. México, D. F.: UNAM, 2003. p. 423-436.

PEREIRA, G. C. e SILVA, B. C. N. Geoprocessamento e urbanismo. In: GERARDI, L. H. de O. e MENDES, I. A. (org.). **Teoria, técnica, espaço e atividades**. Temas de geografia contemporânea. Rio Claro: Unesp; AGTEO, 2001, p. 97-137.

REVISTA INFO GEO- ano 4, n. 23, mar./abr. 2002

ROSA, Roberto. **Introdução ao sensoriamento remoto**, 3. ed. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 1995.

ROSA, R. e Brito, J.L.S. **Introdução ao Geoprocessamento**: sistema de informação geográfica. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

<<http://www.inpe.gov.br>>.

<<http://www.engesat.com>>.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ESTUDO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM MONTES CLAROS/MG

*Marcos Esdras Leite**

Resumo: Este artigo trata da aplicação de imagens orbitais de alta resolução para o estudo e o conseqüente controle da especulação imobiliária na cidade de Montes Claros. Além de uma revisão teórica, há neste trabalho os procedimentos operacionais usados no Software Spring, para trabalhar com uma imagem Ikonos da área, o que possibilitou gerar um mapa de identificação dos vazios urbanos.

Palavras-chave: Sensoriamento remoto, vazios urbanos e políticas públicas.

Introdução

O Geoprocessamento e o sensoriamento remoto são técnicas de extrema relevância para a análise espacial, em suas diferentes e variadas discussões. Esses sistemas trazem para o usuário uma série de comodidades em suas pesquisas, além de proporcionar uma maior confiabilidade e precisão das informações. Sendo assim, a coleta de dados de uma área, a edição de mapas digitais complexos e o cruzamento de informações espaciais se tornaram tarefas fáceis e rápidas de serem realizadas, isso graças à associação do sensoriamento remoto com o geoprocessamento.

O desenvolvimento da técnica do geoprocessamento está diretamente relacionado à grande evolução vivenciada pelo sensoriamento remoto, sendo este outro instrumento bastante utilizado pela ciência geográfica tendo lhe proporcionado um progresso incomensurável. Portanto, para se entender o que é geoprocessamento, é imprescindível uma análise do sensoriamento remoto.

A definição do termo sensoriamento remoto é menos complicada que a do geoprocessamento. De forma ampla, Rosa (1995, p.11) define sensoriamento remoto como “a forma de se obter informações de um objeto ou alvo, sem que haja contato físico com mesmo”.

* Professor Ms. do Departamento de Geociências da Unimontes. Doutorando em Geografia – UFU. marcosesdras@ig.com.br.

O surgimento do sensoriamento remoto inicia-se com o progresso da física nos estudos da óptica, da espectroscopia, da teoria da luz. Em 1822, Niepa pôde gerar a primeira fotografia. A partir de então, a fotografia sofreu grandes avanços e, em 1856, outro francês, Gaspar Felix Tournachou, acoplou uma câmara fotográfica em um balão e fotografou a cidade de Paris, sendo este episódio o marco inicial da fotografia aérea. Com o surgimento dos aviões, a fotografia aérea foi amplamente utilizada para fins cartográficos, principalmente na área militar (INPE, 1998).

O primeiro satélite lançado ao espaço foi o soviético Sputnik 1, sua principal importância está no impulso dado para a colocação de outros satélites em órbita, como o TIROS, primeiro satélite meteorológico, lançado em 1º de abril de 1960 e o Earth Resources Technology Satellite- ERTS 1, primeiro satélite de recursos terrestres, lançado em 23 de julho de 1972, que, a partir do dia 14 de janeiro de 1975, passou a ser chamado de LANDSAT.

A partir do LANDSAT já foram lançados outros vários satélites para estudos terrestres; só da série LANDSAT já foram lançados sete satélites, o sexto falhou e caiu no mar. O LANDSAT 7 tem a melhor resolução espacial de toda a série, 15 x 15 metros na banda pancromática e 30 x 30 metros na multiespectral.

Outros satélites também se destacam nos estudos ambientais, como o europeu Spot, lançado em 1986, que está no quarto satélite da série e tem resolução espacial de 10 metros no modo pancromático e 20 no modo multiespectral. O satélite sino-brasileiro de recursos terrestres- CBERS também é referência nessa área. O programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite ou Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) mantém dois satélites de observação terrestre em órbita: o CBERS-1, lançado no dia 14 de outubro de 1999, e o CBERS-2, lançado em 21 de outubro de 2003, ambos lançados na China. Os satélites são equipados com sensores de diferentes resoluções espaciais que podem cobrir o planeta em menos de 5 dias e ao mesmo tempo produzir informações mais detalhadas em uma visada mais estreita. O CBERS carrega câmeras para observação óptica e um sistema de coleta de dados ambientais. É um sistema único, pois mantém em órbita instrumentos sensores que combinam características especialmente adequadas às diversas escalas temporais e espaciais, necessárias ao monitoramento e à preservação do ecossistema.

Para estudos de áreas menores e mais complexas, como para estudos urbanos, são necessários satélites com alta resolução espacial, dentre estes se destacam o Ikonos II¹ e o Quick Bird.

O Quick Bird foi desenvolvido pela DigitalGlobe e é um satélite de alta precisão que oferece imagens comerciais de alta resolução da Terra. As imagens pancromáticas e multiespectrais são planejadas para dar suporte nas aplicações em gerenciamento

¹ O projeto Ikonos I falhou e não chegou a ser lançado.

de avaliação de riscos e publicações de mapas com ênfase nas áreas urbanas. O sistema coleta dados com 61 centímetros de resolução espacial no pancromático e 2,5 metros no multiespectral.

O Ikonos foi lançado no dia 24 de setembro de 1999, está a uma altitude média de 681 km, com inclinação de 98,1°, sua órbita é sincronizada com o sol. O satélite Ikonos, além de efetuar visadas no sentido de sua órbita, tem capacidade de fazê-lo perpendicularmente a ela, o que aumenta a frequência de revisada. Esse satélite é capaz de gerar imagens com até um metro de resolução espacial no modo pancromático² e quatro metros no modo multiespectral³, sendo, portanto, o primeiro satélite com finalidade civil com resolução espacial de 1 metro. O Ikonos é operado pela empresa norte-americana SPACE IMAGING que detém os direitos de comercialização em nível mundial.

O sensoriamento remoto, portanto, trata do processo de aquisição de imagens de um determinado território, através da radiação eletromagnética gerada pelo sol ou pela terra que é emitida por determinados objetos que compõem esse território (solo, vegetação, hidrografia, edificações, etc.) e captada por sensores instalados em aviões ou em satélites.

As aplicações urbanas de técnicas de geoprocessamento têm ganhado importância na atualidade, pela grande quantidade e variedade de informações que envolvem. Hoje, é difícil se pensar a pesquisa urbana, o planejamento ou mesmo a administração pública, sem considerar o papel estratégico que a coleta e o processamento de informações passaram a assumir.

Nesse sentido, o uso dessas tecnologias permitem ampliar o conhecimento sobre a realidade urbana que, dado o seu dinamismo, se altera a cada intervenção no espaço. Apresenta, portanto, grandes potencialidades, permitindo trabalhar com um conjunto genérico de informações localizadas espacialmente.

Pereira e Carvalho (1999) destacam as vantagens do uso dos SIGs em análises urbanas ao afirmarem que

as tecnologias de geoprocessamento apresentam grandes possibilidades de aplicações na apreensão do espaço urbano, no planejamento e gestão urbana e em projetos urbanísticos. (...) A utilização de tecnologias de geoprocessamento permite ampliar o conhecimento sobre a realidade urbana, controlar e gerenciar a demanda e a oferta de serviços básicos à comunidade, visualizar e simular os efeitos de intervenções sobre o espaço urbano e submeter estas simulações à avaliação da comunidade e dos agentes sociais interessados.

² Esse termo refere-se à imagem monocromática, ou seja, apenas uma banda.

³ Imagem multiespectral trata de imagem que contém três cores: vermelho, azul e verde, que podem ser misturadas, criando novas tonalidades.

Gomes e Superbi (2003, p. 2) afirmam que “os sistemas de informações geográficas constituem instrumentos capazes de subsidiar, satisfatoriamente, estudos acerca dos problema urbanos”. E ainda, a tecnologia é uma ferramenta ordenadora da ocupação humana do solo como escreveu Motta ([199-], p. 302)

a importância da técnica de fotografias aéreas e a elaboração de mapas a partir de levantamentos aerofotogramétrico para fornecer informações detalhadas da área urbana, em escalas ampliadas, as quais são muito úteis na formulação de políticas de disciplinamento do uso e ocupação do solo.

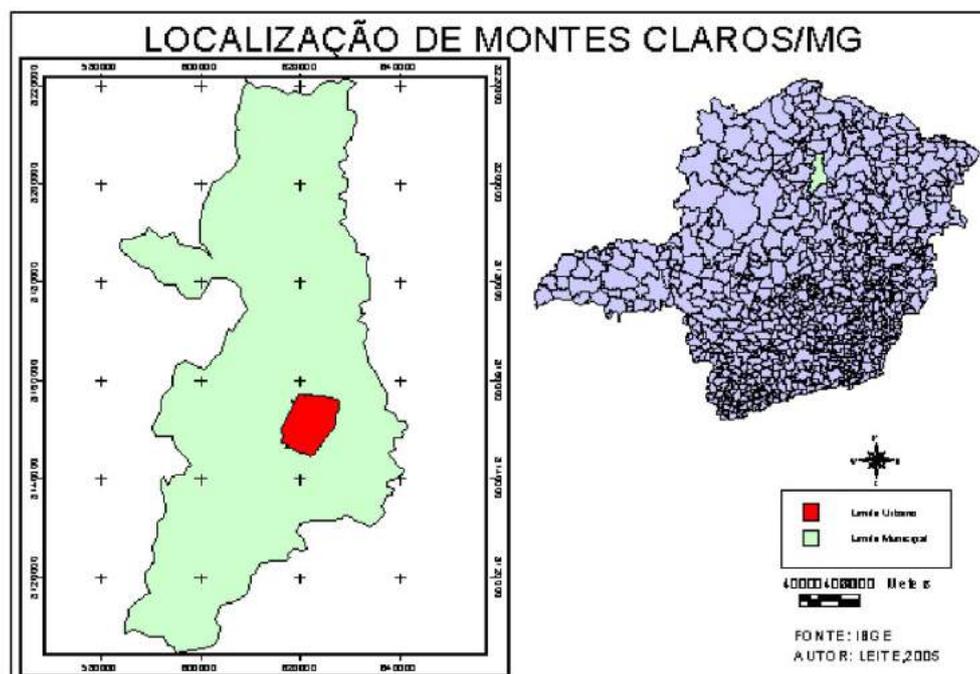
Neste estudo, no qual se pretende identificar os vazios intra-urbanos de Montes Claros, o Geoprocessamento e o sensoriamento remoto apresentam-se bastante eficazes, haja vista que possibilita desde a identificação dos vazios urbanos até a criação de um banco de dados sobre os mesmos, além da espacialização desses dados e a geração de mapas temáticos.

Caracterização da área de estudo

A cidade de Montes Claros trata-se de uma cidade de porte médio, originada de uma fazenda de criação de gado implantada a partir do movimento das bandeiras paulistas. No período colonial, constituía importante ponto de passagem de tropeiros e comerciantes que se deslocavam pelo estado mineiro e sul da Bahia. Já no século XIX era conhecida como a capital do sertão mineiro, se destacando no cenário regional pela intensa função comercial que desempenhava.

Até meados do século XX, apesar da sua importância regional, Montes Claros era uma cidade que tinha a economia calcada no comércio e na agropecuária, possuindo a maior parte da população residindo na área rural. Nesse contexto, as feiras e festas religiosas representam os períodos em que a cidade experimentava uma maior concentração de pessoas.

Atualmente possui uma população urbana de 289.006 habitantes, número que corresponde a 94,22% da população total do município (IBGE, 2000). Apresenta uma elevada população relativa, 2.979,44 hab/km². Entretanto, essa população não está distribuída de forma regular nos 97 km² de área urbana, pois há uma concentração maior nos bairros mais periféricos das zonas norte, sul e leste (LEITE, 2003, p. 130). Localiza-se no norte do Estado de Minas Gerais, região inserida no Polígono das Secas. Está situada em uma região integrante do domínio do cerrado, de clima tropical semi-úmido, em terrenos da depressão Sanfranciscana. Os rios e córregos que drenam a área urbana são, em sua maioria, integrantes da bacia do Verde Grande, afluente do São Francisco.



Mapa 01 – Localização da cidade de Montes Claros

Na década de 1970, com o advento da atividade industrial, implantada a partir de incentivos fiscais e financeiros do poder público (federal, estadual e municipal), através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, ocorre uma série de transformações na economia regional, com significativos reflexos na área urbana de Montes Claros. As mudanças que estavam ocorrendo no campo, que funcionavam como forças repulsoras da população rural, associadas ao poder atrativo da indústria recém-instalada, provocaram fortes fluxos migratórios para a cidade. Tem início, nessa época, o processo de urbanização de Montes Claros, que se intensifica nas décadas seguintes.

A industrialização no Norte de Minas teve um caráter concentrador, com poucas cidades atraindo os investimentos desse setor, em função da falta de estrutura e do tímido dinamismo econômico. No entender de Oliveira (2000, p. 224), “Estes centros, especialmente Montes Claros, tanto reforçaram quanto ampliaram a sua importância relativa na região”.

Ao estudar o processo de industrialização de Montes Claros, constata-se que apesar de ser uma cidade sem nenhuma tradição industrial, Montes Claros se viu escolhida para sede de uma área industrial, na qual convivem indústrias de vários tipos, o que veio a provocar profundas alterações na estrutura econômica, social e urbana da cidade (Carvalho, 1983, p. 3).

A industrialização dos anos 70 foi um marco da transição da Montes Claros agrícola para a urbano-industrial. Com a instalação das indústrias, Montes Claros sofreu um grande fluxo migratório, pois as pessoas deixavam o campo em busca do sonho de uma vida melhor na cidade. Esse grande fluxo migratório desencadeou um crescimento urbano desordenado, haja vista que a grande maioria vinha da zona rural ou de cidades vizinhas e eram desprovidos de recursos financeiros para adquirir algum tipo de moradia, restando-lhes invadir terrenos públicos ou privados na periferia da cidade. Portanto, à medida que os imigrantes chegaram à cidade, desencadeou-se o processo de periferização, o que os tornou social e espacialmente marginalizados. Concomitante a esse processo, verifica-se a proliferação de vários tipos de problemas socioeconômicos pela área urbana de Montes Claros. Essa situação foi se agravando com o passar dos anos, tornando os problemas mais complexos e de difícil solução.

Assim como outras cidades brasileiras, em Montes Claros o processo de ampliação da malha urbana, cujos problemas de implantação de infra-estrutura são agravados pela especulação imobiliária, deu origem a um tecido urbano que se apresenta hoje, bastante fragmentado.

As mudanças sociais que ocorrem na cidade trazem transformações espaciais nas mesmas, ou seja, a configuração espacial de uma cidade está ligada ao processo social que está ocorrendo nela, como afirma Harvey (1980, p. 2)

as formas espaciais são então vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisa que contém os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais.

Sendo assim, as transformações sociais que ocorrem na cidade de Montes Claros acarretam alterações espaciais, provocando uma (re)configuração do seu espaço intra-urbano.

MATÉRIAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Materiais

a) Documentos Cartográficos

- Mapa Urbano de Montes Claros em meio digital, no formato .dwg, editado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros;
- Mapa dos setores censitários da área urbana de Montes Claros editado pelo IBGE, digitalizado no formato dwg pela Prefeitura Municipal de Montes Claros;
- Mapa dos loteamentos urbanos de Montes Claros em meio digital no formato dwg, editado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros;

- Imagem de satélite Ikonos II da área urbana de Montes Claros, pancromática, resolução espacial de 1m, datada de 21 de julho de 2000, cedida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

b) Equipamentos

- Microcomputador;
- Impressora.

c) *Software*

- **Auto Cad Map 2000** – é um software desenvolvido pela Autodesk, de fácil compreensão, capaz de gerar mapas com grande precisão por ser específico para o desenvolvimento de projetos. Além disso, possibilita um alto nível de detalhamento de mapas, seguindo todos os critérios especificados pelas técnicas de cartografia. Cada desenho no Auto Cad Map é separado em camadas (Layer's).

- **SPRING 4.1** – Este Software foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial- INPE, e se trata de um software livre, ou seja, pode ser baixado pela internet gratuitamente. O spring é um dos poucos softwares do mundo capaz de realizar funções de sensoriamento remoto (registro de imagens, processamento digital de imagens, segmentação, classificação, etc.) e geoprocessamento (vetorização, análise espacial, etc.). Portanto, trata-se de um software muito interessante, pois sozinho permite realizar todas as etapas necessárias de um trabalho que envolve sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento, tudo isso sem custo algum.

PROCEDIMENTOS

O mapeamento dos vazios urbanos de Montes Claros, através do sensoriamento remoto, foi elaborado utilizando o software Spring 4.1 e a Imagem do Satélite Norte Americano Ikonos, pancromática com resolução espacial de 1 metro, datada de julho de 2000, que já estava georreferenciada e foi cedida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

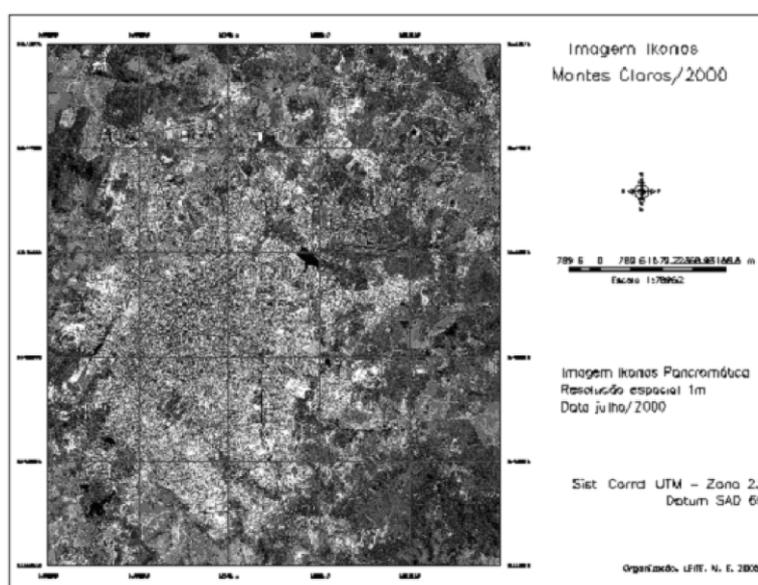
O primeiro passo desse trabalho foi importar a imagem supracitada para o Spring. Com esse objetivo foram criados e ativados um banco de dados e um projeto, para os quais a imagem foi exportada. Em seguida, no modelo de dados, foram criadas três categorias para esse projeto, são elas: área ocupada, vazio urbano e água. Realizadas essas etapas, a imagem foi exportada para o Spring, utilizando a opção importar Tiff/GeoTiff dentro da opção Arquivo. No painel de controle, o PI da imagem foi ativado e desenhado, o que fez com que a imagem aparecesse na tela.

O passo seguinte foi ajustar o contraste dessa imagem. Para tanto foram realizados dois modos de contraste, o linear e o equalizar histograma. O primeiro se mostrou

mais satisfatório para esse estudo, uma vez que permitiu distinguir melhor os espaços vazios das áreas ocupadas. Com a imagem contrastada salva, foi feita a classificação da mesma, através da classificação supervisionada, na qual foram escolhidas cinco amostras de cada categoria. Nesse caso, as mais confusas foram suprimidas, restando três amostras de área ocupada, quatro de vazio urbano e quatro de água.

Depois de se ter uma imagem classificada, foi necessário definir o perímetro urbano de Montes Claros, para isso, foi necessário importar o arquivo que continha o perímetro urbano em formato dxf, extensão do Auto Cad 12. Depois foi recortado o PI ativo, ou seja, só o perímetro urbano da imagem classificada foi salvo. O resultado foi a identificação do que era vazio urbano e o que era área ocupada, dentro do limite urbano de Montes Claros.

Para configurar a carta foi usado o SCarta, que tem como tarefa a montagem e organização da carta, através da inserção de símbolos, texto e legenda. Tal processo deixou a carta pronta para impressão ou mesmo para ser salva como figura .jpg, como foi feito neste trabalho (ver mapa 2).



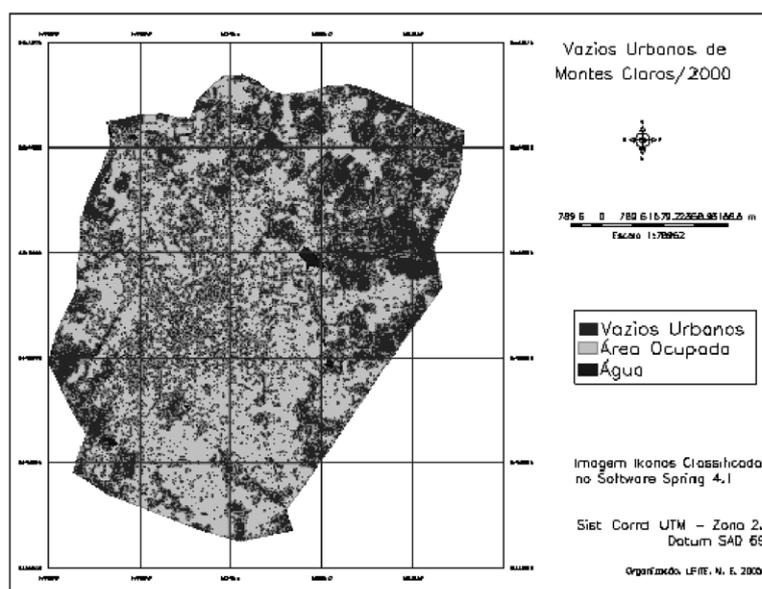
Mapa 2 – Imagem Ikonos usada neste trabalho

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir do mapa dos vazios urbanos de Montes Claros, pode-se perceber que no centro da área urbana há alguns lotes vazios, porém muito pequenos, diferentemente da periferia que, de maneira geral, tem grandes espaços vazios, mas com custo ainda baixo.

A maioria dos grandes vazios urbanos de Montes Claros localizam-se na região leste da cidade, uma vez que as áreas com melhor infra-estrutura estão nas outras regiões. O fato é que o leste da cidade teve seu processo de ocupação recentemente, o que favorece a prática da especulação imobiliária sem infra-estrutura e a ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo. Nesse caso, o preço do solo é muito baixo, o que faz com que as vendas dos terrenos se tornem desinteressantes para os loteadores. Estes esperam a ocupação dos pequenos vazios urbanos nas outras regiões da cidade e a instalação da infra-estrutura nessa região, para depois começarem a lotear os terrenos.

A região norte também se destaca quanto à concentração de vazios urbanos, isso se dá graças à localização do Distrito Industrial que, além de apresentar grandes áreas desocupadas, contribui, através da poluição, para que o norte dessa cidade seja uma área de pequena atração populacional.



Mapa 3 - Vazios urbano em Montes Claros

O sítio urbano de Montes Claros contribui para a maior valorização do solo urbano e, conseqüentemente, para a especulação imobiliária. A cidade está localizada em uma depressão, portanto, quase totalmente, cercada por serras, como pode ser visto na Imagem do Satélite LandSat, na qual a área urbana aparece representada pela mancha central, em tom de roxo, e a vegetação, em verde, a parte rugosa que cerca a mancha urbana são as serras. As serras atuam como barreiras naturais que dificultam a expansão urbana horizontal, reduzindo, assim, a área de expansão da cidade. Tornando escasso o solo urbano, haverá uma maior valorização do mesmo, o que incentivará a prática da especulação imobiliária.

A região de Montes Claros onde os terrenos têm se valorizado com maior rapidez nos últimos anos é a sudoeste, graças à instalação, nessa área, de uma série de equipamentos urbanos como: shopping center, rodoviária, hipermercado, condomínios horizontais fechados e intenso comércio. Esse é o motivo pelo qual os latifundiários urbanos dessa região estão loteando seus terrenos a um alto custo.



FIGURA 2 - Imagem TM-LandSat da área urbana de Montes Claros/2000.
Fonte: INPE. Escala: 1:25 000

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutido neste trabalho um dos mais graves problemas enfrentados pelas cidades médias, a especulação imobiliária, que, além de provocar inconvenientes ambientais por estimular a ociosidade do solo urbano que tende a se tornar depósito de lixo e habitat de animais peçonhentos, causa também a segregação socioespacial da população pobre. Uma vez que a especulação imobiliária impede a mesma de ter acesso às áreas mais bem dotadas de infra-estrutura urbana.

Neste estudo de caso, pode-se identificar, através do sensoriamento remoto, as áreas da cidade de Montes Claros que mais sofrem com esse problema, ou seja, as regiões onde se concentra o maior número de vazios urbanos, bem como as áreas mais ocupadas e as que estão em processo de crescente ocupação, em função da grande valorização.

Diante do exposto, fica evidente a eficiência do sensoriamento remoto com a imagem de alta resolução para se identificar os vazios urbanos, subsidiando assim a ação do poder público municipal no combate à especulação imobiliária.

Resumen: Este artículo se ocupa del uso de las imágenes orbitales de alta resolución para el estudio y, consecuencia, control de la especulación de las propiedades inmobiliarias en la ciudad clara del montaje, más allá de una revisión teórica, tiene en este trabajo los procedimientos operacionales usados en el software del resorte a trabajar con una imagen de Ikonos del área que hizo posible generar un mapa de la identificación de los emptinesses urbanos.

Palabras- llave: Sensoriamento remoto, emptinesses urbanos y política pública.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ailton Mota de. **Racionalidade técnica e política da descentralização industrial – um estudo de caso:** Montes Claros. 1983. 104f. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago. 1983.

GOMES, M. A. S. e SUPERBI, D. H. A. Aplicações do geoprocessamento em estudos urbanos: utilização do software Arcview no mapeamento das praças públicas em Presidente Prudente/SP. II Simpósio Regional de Geografia – Perspectivas para o cerrado no século XXI. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2003.

Harvey, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. 1960, 1970, 1980,1990 e 2000.

IBGE.Censo Demográfico 2000. Disponibilidade e acesso: <<http://www.ibge.gov.br>>.

LEITE, Marcos Esdras. **Década de 70:** A imigração e o caos urbano em Montes Claros. Iniciação à história, Montes Claros. v. 2, n. 1, p. 130-141, jul. 2003.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Mapas urbanos de Montes Claros em meio digital.

OLIVEIRA, Evelina A. F de. **Nova cidade, velha política:** poder local e desenvolvimento na área mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

PEREIRA, G. C. e CARVALHO, S. S. de. O Uso de SIG no Planejamento Urbano nas Grandes Cidades Brasileiras. In V Congresso e Feira para usuários de Geoprocessamento da América Latina. **Anais...** GIS Brasil 99.

PEREIRA, G. C. e SILVA, B. C. N. Geoprocessamento e urbanismo. In: GERARDI, L. H. de O. e MENDES, I. A. (org.). **Teoria, técnica, espaço e atividades.** Temas de

geografia contemporânea. Rio Claro: Unesp; AGTEO, 2001, pp. 97-137.

ROSA, R. e Brito, J. L. S. **Introdução ao Geoprocessamento:** Sistema de Informação Geográfica. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO SERTÃO NORTE MINEIRO E AS INTERFACES SOCIOAMBIENTAIS VIVIDAS¹

João Batista de Almeida Costa²

Resumo: A temática das comunidades tradicionais sertanejas será tratada, considerando três questões. A primeira diz respeito ao arcabouço teórico, a partir do qual é possível fazer uma leitura de comunidades rurais situadas no Sertão. A segunda diz respeito à questão espacial. Não é tratado o Sertão como um todo, mas um Sertão muito específico, o do norte de Minas. E, por fim, em terceiro lugar, a questão, cara à Geografia, mas também à Antropologia, que é de onde é realizada a minha leitura de populações vivendo em comunidades rurais, as temporalidades e os processos sociais vividos. Articuladas essas três questões, é possível empreender a leitura solicitada, qual seja a interface socioambiental vivida pelas comunidades rurais sertanejas.

Palavras-chave: sertão, populações tradicionais, cultura, interfaces socioambientais.

Apontamentos para uma leitura da interface entre populações tradicionais e natureza

Nos estudos sobre comunidades rurais, hodiernamente, em diversos campos disciplinares, há o enfoque a partir de conceituação em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que trata dos direitos das populações tradicionais e, derivando daí, os direitos que emergiram na Constituição Brasileira de 1988 para os grupos sociais que contribuíram historicamente para a formação da sociedade e da nação brasileiras.

A construção do conceito sociológico *populações tradicionais* não será tratada neste artigo porque requer uma longa discussão. A sua emergência está vinculada ao apa-

¹ Texto construído a partir de participação em mesa redonda no VI Encontro Regional de Geografia ocorrido em Montes Claros em 2006.

² O autor é doutor em Antropologia, sendo professor-pesquisador da Universidade Estadual de Montes Claros no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

recimento de comunidades diferenciadas como sujeitos políticos no campo do conservacionismo para Barreto Filho (2001). Para este autor, a categoria foi cunhada com o objetivo de demarcar a existência de grupos sociais detentores de características positivas para a conservação da natureza. De outra forma, Little (2005) enfatiza as reivindicações territoriais de grupos sociais fundiariamente diferenciados frente ao Estado brasileiro, porque detentores de territórios coletivos articulados com apropriação familiar³.

Esses dois antropólogos enfatizam, por um lado, a diversidade sociocultural do Brasil que se expressa, dentre outros aspectos, através da pluralidade de formas de uso e apropriação do ambiente ou de territorialidades específicas que tendem a ser reunidas sob a denominação de povos tradicionais.

As comunidades rurais que historicamente ocuparam áreas economicamente marginais construíram para si mesmas um “isolamento”, em grau variável, e inscreveram no espaço onde habitam suas especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas, transformando as terras habitadas em um território coletivo.

No estudo de uma comunidade rural, a partir do conceito de *populações tradicionais*, há que considerar, no escopo da antropologia, algumas questões que se imbricam e propiciam fazer uma varredura em suas vidas sociais. Em primeiro lugar, o foco deve ser colocado na questão da autodefinição identitária de cada um desses grupos. Em termos identitários, todo agrupamento humano é definido a partir de si mesmo, mas, também, em contraposição a outros segmentos e grupos sociais, utilizando termos para se referirem ao seu próprio grupo e aos outros grupos com quem mantenham relações. Dessa forma, a identidade coletiva é caracterizada por grupos circunvizinhos a partir de aspectos culturais demarcadores de diferença intergrupais.

Uma segunda questão é aquela vinculada à organização social estruturante da vida social de cada uma dessas comunidades. Ela se alicerça na família, que é a base crucial para a organização da comunidade que tem sido compreendida e afirmada como uma coligação de famílias. Cada uma delas, como unidade doméstica, organiza as relações sociais que viabilizam a historicidade da comunidade ou do grupo social.

As relações vividas se expressam por vínculos internos e externos em diversos planos. No plano interno, cada indivíduo é articulado por obrigações e cuidados independente de sexo, idade, deficiências físicas ou qualquer outra característica. A vida social não é vivida harmoniosamente, ocorrendo tensões intra-societárias que propiciam processar cisões e facções. Enquanto a primeira tensão pode levar à migração

³ Historicamente essa característica fundiária foi tratada nas Ciências Sociais como *sistema de posse comunal*, conforme discutido por Almeida (1987) e a ser discutida a seguir.

de parte do grupo para outras áreas distanciadas, a segunda tensão coloca os grupos faccionalizados em disputas constantes, principalmente, em busca de prestígio e status.

No plano das relações sociais externas e as tensões daí derivadas, elas podem conduzir à ruptura de relações com outros grupos externos ou o desenvolvimento de resistências, dados os conflitos simbólicos de lógicas, de estratégias e práticas diferenciadas na reprodução do grupo social ou da comunidade. E, finalmente, quanto à articulação de planos diversos conformadores da vida social, há as relações com os ancestrais e com os santos e/ou mitos e entidades, por meio das quais, a comunidade expressa sua historicidade e celebra sua especificidade.

Outra questão, bastante complexa, diz respeito ao espaço construído e que dá sentido às populações tradicionais. A reprodução social não se verifica desvinculada do território coletivo que é uma construção, desde tempos pretéritos, emergido nos moldes da tradição de cada grupo social ou comunidade. É a partir daí que emerge uma dimensão simbólica, em que os acontecimentos ou fatos históricos propiciam manter viva a memória do grupo e demarcar os limites físicos do espaço social de reprodução de cada população tradicional.

Essa dimensão simbólica informa a condição de *grupos corporados* vivida por esses grupos ou comunidades ou populações. Essa condição deriva do fato de que a terra não é somente lugar de produção e reprodução, ela é transformada no próprio corpo social, dado que nela estão enterrados os ancestrais que instituíram seus *mundus*⁴ sociais. Há que se considerar, também, que nesta dimensão se expressa a sacralização e a historicização do espaço, pois existem sítios que informam estas dimensões simbólicas, ao mesmo tempo em que constituem o território coletivo como um “um lugar cheio de significados”. E como tal, permite ao indivíduo compreender-se como parte de um “nós” e lhe dá sentido de pertencimento a uma coletividade, a uma espacialidade e a uma temporalidade específicas.

O espaço físico, ao ser transformado em um território, porque nele os grupos inscrevem acontecimentos e significações sociais, é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas e conhecimentos que cada grupo específico constrói em sua historicidade. E as singularidades são intimamente conectadas ao ecossistema específico – Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, etc. que define as formas como o espaço é apropriado e como se pode realizar a construção do mesmo como território. Essas formas de apropriação e de construção são conformadas para garantir a reprodução material e social de cada grupo social.

⁴ Woortmann (1995), ao estudar sitiantes nordestinos, afirma que, após migração por algum acontecimento trágico, as populações rurais instauram um novo *mundus*, ou seja, uma organização social familiar estruturada por relações de reciprocidade, por meio do trabalho do ancestral fundador. O *mundus* social persiste enquanto os seus descendentes permanecerem vivendo no mesmo sítio em que foi instituído em tempos pretéritos.

Nos processos de apropriação do espaço e em sua construção como território, diversas condutas propiciam a atualização dos vínculos sociais, da noção de pertencimento e da reprodução material e social de cada grupo social⁵, sejam formas de demarcação e de defesa⁶, ou sejam critérios de exclusão e de inclusão no grupo⁷. Tais constituem o que vem sendo considerado, na teoria social, como estratégias de territorialidade.

Para o entendimento das comunidades rurais como populações tradicionais, outra questão crucial é aquela vinculada aos sistemas produtivos construídos e dinamizados por cada uma delas. Este é construído a partir do princípio de reciprocidade, a partir do qual sua finalidade prioritária, a reprodução familiar, é consolidada. No interior do grupo, o trabalho e a produção circulam por meio de trocas e, secundariamente, há a comercialização dos excedentes para o exterior. Há que notar que o sistema de produção é um veículo que propicia articular a coesão social entre os diversos membros do grupo.

Estruturado a partir de conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, o sistema de produção é organizado por meio de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Ao mesmo tempo em que a produção é sistêmica e organizada pelo imbricamento de múltiplos espaços produtivos diferenciados e pela existência de múltiplas atividades produtivas, tais como a agricultura policultora, a pecuária, o extrativismo, a caça, a pesca.

As comunidades rurais, consideradas populações tradicionais, fazem uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, expressando a existência de relação de interdependência de seus membros com a natureza, ao mesmo tempo em que são estabelecidos vínculos territoriais e propiciada a reprodução material e social do grupo ou comunidade.

As populações tradicionais detêm o domínio sobre todo o processo de produção e comercialização dos produtos beneficiados pela família e, na maioria das vezes, com a colaboração dos membros da comunidade.

O trabalho produtivo é desenvolvido sob reduzida divisão técnica e social do trabalho. Ao mesmo tempo em que são organizadas estratégias diferenciadas, temporalmente, em decorrência de processos internos a cada família, como a sua reprodução material e social bem como de processos externos, vinculados a outras famílias ou ao grupo social como um todo. Nessa perspectiva, inclui-se a realização de festas coletivas nas quais a família se coloca como a responsável pela produção e realiza-

⁵ Nesse sentido vide Fernandes (2006) estudando as populações rurais do município de Montes Claros.

⁶ Nesse sentido vide Luz de Oliveira (2005) estudando os vazanteiros do rio São Francisco no norte de Minas.

⁷ Nesse sentido vide Oliveira (2004) estudando os Xakriabá e a organização política da etnicidade.

ção das festividades. Como ser festeiro é parte de uma complexa disputa ritual, a família responsável por uma festa coletiva constrói estratégias de produção que viabilizem o máximo de produtos necessários à alimentação dos membros do grupo ou da comunidade.

A economia dessas populações é construída pela sobreposição dos calendários religioso e agrícola, ao mesmo tempo em que simbologias, mitos e rituais se articulam a saberes e estratégias tradicionais de caça, pesca e atividades extrativas. Possuindo racionalidade própria, considerada uma economia de reciprocidade, ela possui como princípio, lógica, ritmo e finalidade última a produção do homem e o estabelecimento de vínculos sociais⁸.

E, por fim, a última questão a ser considerada nos estudos de populações tradicionais, suas manifestações culturais. Estas são transmitidas oralmente a partir dos conhecimentos culturais, sociais, econômicos, religiosos, políticos e ambientais construídos na historicidade de cada comunidade específica. Estes se expressam por meio de linguagem que as comunidades de outros grupos que os circundam, ao mesmo tempo em que as festas, as rezas, as comidas, o modo de fazer as casas, as roupas etc. demarcam as diferenças com outros grupos sociais ou comunidades.

Ciclicamente, cada população tradicional realiza, no interior da comunidade ou articulando outros grupos sociais de vizinhança, ou no interior de cada família que compõe a comunidade, uma festividade para expressar festivamente as relações sociais vividas. No caso de comunidades tradicionais no interior do Brasil, a comunidade, o grupo de vizinhança e/ou a família possuem um santo padroeiro e com ele estabelecem relações de reciprocidade que, na festividade coletiva, articula com o conjunto de relações que estruturam a vida social⁹.

Na realização das festividades, há grupos de homens e/ou de mulheres com papéis sociais específicos intermediando a relação com os santos padroeiros ou com os ancestrais. Estas são vivenciadas por meio de danças, folguedos e brincadeiras que, inseridos na festa aos padroeiros, expressam os vínculos sociais e as relações de reciprocidade com os diversos planos da vida social comunitária. Cabe salientar que as festas e os santos, por expressarem as relações estabelecidas, constituem-se momentos de celebração da vida social que deve ser sacramentada com comensalidade, reciprocidade e solidariedade.

Em resumo, pode-se afirmar que os estudos de populações tradicionais devem, necessariamente, levar em consideração cinco questões que se imbricam: Identidade, Organização Social, Território, Sistema de Produção, ou Economia e Cultura.

⁸ Para maior compreensão sobre economia da reciprocidade, vide Mauss (1974), Godbout (1999) e Godelier (2001) e sobre racionalidades econômicas diferenciadas, vide Bourdieu (2004).

⁹ Neste sentido, vide Lopes (2006) em seu estudo sobre as festas de Santa Rosa de Lima.

Lugar Sertão: conjugação de lógicas diferenciadas, populações tradicionais e elites

No lugar sertão norte-mineiro, como já discuti anteriormente (Costa, 1997), coexistem lógicas distintas de produção de espaços sociais e de territorialidades diversas. Como afirma Costa Silva, desde os primórdios de ocupação territorial e organização de uma sociedade específica, subjacente à lógica da expansão colonial ocorreu a produção de um espaço social branco que recobre todo o espaço sertanejo no Brasil. No “interior dessa lógica, o território e o espaço social do ‘outro’, da alteridade radical do branco eram considerados virtualmente adstritos à etnia superior, eram embranquecidos, eram etnicizados” (1998, p. 3). As sociedades indígenas, as comunidades quilombolas e, posteriormente, as comunidades tradicionais surgidas na historicidade regional desenvolveram e desenvolvem hodiernamente resistências à lógica de agressão e violência, para o autor, estes grupos sociais, sendo *outros*, “opuseram uma lógica de resistência semelhante, mas oposta, construtora de uma territorialidade e de um espaço social não-brancos” (id.: 4). Nessa perspectiva, os espaços das populações tradicionais existentes no Sertão são considerados na teoria social brasileira como espaços não-brancos, apesar da lógica territorial branca que se coloca como hegemônica no campo social sertanejo¹⁰.

A discussão que realizarei, ao final da caracterização de cada uma dessas populações tradicionais, sobre a problemática socioambiental, hodiernamente, se vincula crucialmente com a sobreposição de lógicas produtoras de espaços sociais e de territorialidades diferenciadas, vinculadas às elites presentes no campo social e econômico regional. A ampliação de assimetria na hegemonização da lógica territorial branca ocorre a partir dos anos 1960, quando do processo de modernização da agricultura brasileira. Com a expansão das relações capitalistas de produção, as terras se mercantilizaram e as relações de trabalho assentadas, até então, em reciprocidade entre as categorias sociais distintamente situadas na estrutura social, se transformaram em assalariamento com pagamento em numerário. Essa transformação relacional produziu maior assimetria nas relações entre as categorias sociais. Apesar da eficácia da lógica capitalista de produção de espaço social e territorial na construção de uma outra realidade socioeconômica, as populações tradicionais mantiveram suas lógicas distintas, opondo-se à lógica das elites que tem se mantido hegemônica. Emerge neste cenário, a submissão das lógicas contrárias, complexificando as relações sociais no interior da estrutura social regional, ocorrendo complementaridade e, às vezes, em oposição, no conjunto das lógicas construtoras de territorialidades e de espaços sociais distintos no sertão norte-mineiro.

¹⁰ A noção de campo social sertanejo está embasada na discussão bourdieuriana de campo, ou seja, um espaço de confronto de lógicas e interesses distintos. Nesse sentido, vide Bourdieu (2003).

O foco da minha leitura são as populações tradicionais. Há aspectos construídos secularmente pelas gentes miúdas, vivendo invisíveis no interior das sociedades nacionais, que têm sido considerados como cruciais para se compreendê-las como populações tradicionais. No norte de Minas, as comunidades rurais que podem ser caracterizadas como populações tradicionais são informadas em diversos estudos, como os de Pierson (1972) estudando o homem no vale do São Francisco. Esse autor apresenta como resultado da pesquisa realizada a existência de *veredeiros* e *geralistas* ou *geraizeiros*. Por sua vez, Ladeira (1951 apud Dayrell, 1998) afirma a ocorrência de pequenos núcleos de populações rurais com denominações vinculadas à ecologia onde se encontram inseridas. A essas denominações pode-se aplicar a conceituação *etnicidade ecológica* cunhada por Parajuli (1996). Há, no espaço social norte-mineiro, os *chapadeiros*, que vivem nas chapadas regionais, o *campineiro*, gentes que habitam as campinas, os *barranqueiros* e/ou *vazanteiros*, que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco. Como afirma Dayrell, essas identidades vinculadas a diversos grupos populacionais são construídas auto-afirmativa e contrastivamente, pois elas se referem “*a otras e a ellas mismas, como siendo vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros o geraizeiros*” (1998, p. 70). É importante notar que no cenário humano constituinte e constitutivo da realidade cultural, social, política, econômica e ambiental norte-mineiras há, também, os quilombolas e os indígenas, notadamente os Xakriabá.

Todas essas identidades vinculadas às comunidades rurais existentes no norte de Minas são construídas a partir do nicho ecológico em que se encontram situados os *mundi* sociais vinculados a esses grupos sociais singulares. Como afirmado anteriormente, identidades são sempre auto-identificações, mas elas se dão contrastivamente. Os *caatingueiros*, por exemplo, podem se afirmar como tal porque são identificados por si mesmos e por outros grupos com quem se encontram e convivem. Enquanto uns se afirmam e são afirmados como *caatingueiros*, os outros são afirmados e se afirmam como *geraizeiros*.

Numa ampla cartografia social regional, essas populações tradicionais encontram-se situadas em espaços sociais distintos no território norte-mineiro. Na margem direita do rio São Francisco, há os *veredeiros*, os *chapadeiros*, os *campineiros* e os *Xakriabá*. Os *geraizeiros* e os *vazanteiros* estão localizados na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os *quilombolas* concentram-se no vale do rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional, e os *caatingueiros* estão situados nos sopés da serra do Espinhaço, na região da Serra Geral. Os *barranqueiros* vivem nas margens do rio São Francisco, notadamente nas cidades.

A identificação de cada uma dessas populações tradicionais é construída através da fixação de algum aspecto de sua cultura que é afirmado como o diacrítico a partir do qual é construída a diferença frente a outras populações com quem se relacionam.

As gentes das veredas sertanejas

Os *campineiros*, os *chapadeiros* e os *veredeiros* ou gentes das veredas se afirmam contrastivamente porque estão relacionados entre si em um amplo espaço territorial na margem direita do rio São Francisco. Neste artigo não tratarei dos chapadeiros e campineiros porque não há estudos sobre essas populações, e como acredito que eles são por demais semelhantes aos geraizeiros, quando posteriormente estiver abordando a vida geraizeira, o leitor inclua nela a vida chapadeira e a vida campineira.

O foco é posto na gente das veredas. Os chapadeiros e os campineiros reconhecem na agricultura de vereda e na utilização do buriti¹¹ para um sem número de usos conformadores do seu modo de vida próprio. Nos estudos sobre as gentes das veredas, principalmente aquelas vivendo na área da tri-junção dos estados de Minas Gerais, da Bahia e de Goiás, essas particularidades vinculadas ao manuseio das veredas e dos buritis são enfatizadas. No estudo de Jacinto (1998) é enfatizado, sobretudo, o sentimento de localidade e de pertença que operacionaliza a vida dos membros das comunidades veredeiras. A autora afirma ser por meio desse sentimento que se dá a diferenciação no contexto mais imediatamente regional em que as gentes das veredas se encontram situadas.

Nos estudos de Correia (2002), porque procura cotejar as relações dos veredeiros com ambientalistas e empresários do agronegócio, o foco é colocado na categoria *tempo do carrancismo*. Esta categoria temporal operacionaliza as leituras que as gentes das veredas realizam no tempo presente. Por meio dela, são articulados diversos valores, a narração da história com seus tempos de revoltas, seus tempos de festas e o sistema produtivo tradicional. Esse último valor expressa no *tempo do carrancismo* a perda do manejo das veredas, com o “esgotamento” ou drenagem dos brejos e veredas, a queimada em tempo certo da seca e a caçada necessária para suplementar a alimentação. Desde o aparecimento dos ambientalistas e dos empresários do agronegócio no cenário microrregional, quando ocorreu o confronto de lógicas diferenciadas e a imposição de um modo de vida aviltante que não respeita a diversidade cultural formadora da nação brasileira, os *veredeiros* atualizaram a categoria temporal para informar o tempo presente; neste, diferente do passado, seu modo de vida próprio está fadado ao desaparecimento.

No interior da categoria, *tempo do carrancismo*, é informada uma realidade que ultrapassa o espaço territorial das gentes das veredas e que é recorrente entre as populações rurais norte-mineiras, sejam tradicionais ou não. O foco é posto na terra que era livre e apropriável. Para Correia, “nem todas as terras eram de fazendas, e os

¹¹ Palmeira existente ao longo dos cursos de água denominados veredas, pertencente à família das palmáceas e denominada cientificamente como *Mauritia flexuosa*.

poucos fazendeiros, ou donos, que existiam, permitiam que as pessoas morassem nas suas terras durante vários anos sem pagar pela área ocupada, ou seja, “quem tinha terra morava, quem não tinha morava” (2002, p. 51).

Em estudo que realizei em uma comunidade *veredeira*, aprendi que o reconhecimento dos mesmos como gente das *veredas* é construído porque o eixo crucial de suas vidas gira em torno das *veredas* (Costa, 2005). Quando da instituição do *mundus* social *veredeiro*, os ancestrais fundadores viram que o solo da área era demasiadamente arenoso e com baixíssima quantidade de material orgânico. Essas características inviabilizavam a implantação de agricultura. Foram, historicamente, desenvolvendo estratégias de uso e manejo das *veredas* para viabilizar a reprodução da vida de cada família e da comunidade como um todo. Dada a interdependência que estabeleceram com a natureza, os impactos do manuseio das *veredas* pela drenagem da água, queimada de ciscos e cultivo de diversos produtos agrícolas foram minimizados pelo estabelecimento de rodízio de áreas. A cada três anos a área em uso era abandonada e se passava para uma outra área. O uso dessas áreas em rodízio pressupunha a existência de diversas áreas que só eram retomadas depois de mais de vinte anos de uso. Deriva dessa estratégia de manejo a manutenção da biodiversidade das *veredas* e dos recursos hídricos.

A problemática socioambiental vivida pelos *veredeiros* surge em dois movimentos distintos, primeiro nos anos 1970 com a chegada da população gaúcha que se instalou na região apoiada pelo governo federal através de um projeto de assentamento chamado PADS. Essa população foi instalada em amplas áreas de chapada, sendo a produção viabilizada pelo acesso ao financiamento bancário para aquisição de maquinário, sementes de soja, adubos inorgânicos e agrotóxicos, implantação de pivôs centrais, além de assistência técnica pela Emater. O impacto ambiental foi tão amplo que, atualmente, os gaúchos que permaneceram na região se dedicaram à produção de sementes de capim, dada a inviabilização do cultivo de soja. O segundo movimento emerge na vida *veredeira* em fins dos anos 1980, quando da implantação do Parque Nacional Grande Sertão *Veredas*, uma unidade integral conservação que requer a retirada da população local do interior da sua área. A gente das *veredas* passou a conviver com um número sempre crescente de funcionários de órgãos ambientalistas fiscalizando o parque e as populações do seu entorno.

Na articulação de *veredeiros*, gaúchos e ambientalistas, ocorreu um choque de três lógicas que fundamentam para cada uma dessas categorias sociais suas relações com a natureza, que se dá distintamente.

Enquanto as *gentes das veredas* mantêm com o ambiente natural uma relação de interdependência, em que os animais, a água e a vegetação estão vinculados aos humanos para sua reprodução, para os gaúchos a vegetação, os animais e a água são recursos que devem estar submetidos à produção de riqueza e para tanto são

transformados em matéria produtora de mercadorias. E, por fim, os ambientalistas com sua lógica de natureza intocada, em que os animais, a vegetação e a água devem ser mantidos separados dos humanos que usufruem a natureza, apenas, pela sua observação como paisagem nacional.

Em decorrência do poder dos ambientalistas e dos gaúchos, na perspectiva de que a corda quebra sempre pelo lado mais fraco, os *veredeiros*, ao serem transferidos para fora do território ancestral original, estão sendo forçados a se transformarem em chapadeiros. A gente das veredas, que sempre foi a guardiã das veredas, denuncia atualmente, sem que sejam ouvidos pelos ambientalistas¹², que o uso das chapadas irá impactar as veredas que secularmente lhes propiciaram viver, dada a forma de manejo preconizada pelo INCRA¹³. O manejo da natureza, na perspectiva desse órgão federal, é vinculado à mecanização, ao uso de sementes melhoradas, de agrotóxicos, de financiamento e de assistência técnica, com elevado impacto ambiental. Nem mesmo a casa veredeira feita com palhas de buriti hoje pode ser construída, pois os recursos financeiros disponibilizados para a construção das moradias devem ser aplicados na aquisição de material de construção definido por burocratas nos gabinetes refrigerados de Brasília. Estes consideram que populações rurais devem residir em construções feitas com blocos de solo cimento e cobertas com telhas de amianto, o que torna impraticável a vida no interior das residências.

O conhecimento construído secularmente poderá em uma geração ser perdido, e o saber sobre a biodiversidade detido por essa população não estará mais disponível como patrimônio da nação brasileira.

As gentes dos gerais

O signo identitário *geraizeiro* está vinculado àquela população vivendo na formação a que se denomina *gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrados. Nessa mesma área ecológica podemos incluir os *campineiros* e os *chapadeiros*. Os *campineiros* vivem na margem direita do rio São Francisco, nas proximidades e no interior do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, entre os municípios de Formoso e Chapada Gaúcha. Por sua vez, os *chapadeiros* são assim denominados porque articulam as chapadas em seu espaço territorial. Enquanto na margem esquerda do rio São Francisco as gentes que realizam esta estratégia socioambiental são chamados de *geraizeiros*, os da margem direita são chamados de *chapadeiros*. Apesar dos termos *gerais* e *chapada* serem recorrentes em ambas as margens sanfranciscanas.

¹² Além do IBAMA, IEF e Polícia Florestal, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas está sob a gestão da FUNATURA, ONG surgida no próprio ato de criação dessa unidade de conservação.

¹³ A retirada dos *veredeiros* das áreas onde residiam secularmente para uma área nas proximidades do Parque foi realizada pelo INCRA.

Uma forma singular de apropriação da natureza é o aspecto distintivo das populações assim identificadas. Conforme Dayrell (1998), a apropriação da natureza é regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos. O sistema de produção elaborado secularmente se estrutura na articulação de lavouras diversificadas em espécies e variedades, da criação de gado e animais de transporte, e do uso dos cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas de onde retiram, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. A reprodução material e social de cada família e de cada coletividade, como uma unidade social, é decorrente, da diversificação produtiva em que a relação com a natureza se realiza pelo manejo de quatro grandes unidades ecológicas presentes no cotidiano de cada *geraizeiro*, *chapadeiro* ou *campineiro*: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes.

O principal aspecto da vida dessa população vivendo nos gerais que é transformado em diacrítico é a lógica da ocupação do terreno e o manejo nele desenvolvido, além da constituição de todos os grupos familiares em uma comunalidade que se apropria do espaço transformado em território de cada comunidade. Outros grupos sociais que circundam as populações *geraizeiras/chapadeiras/campineiras*, ainda que mantenham relações extremamente semelhantes reconhecem no manejo de vazantes, de chapadas, de carrasco, a existência de uma lógica distinta de suas próprias lógicas.

Os impactos socioambientais sofridos pelas populações *geraizeiras*, *chapadeiras* ou *campineiras* é decorrente da expansão da fronteira agrícola com seu caráter modernizador que se processou na região a partir dos finais dos anos 1960. Duas dinâmicas penetraram o modo de vida dessas populações tradicionais e transformaram a realidade rural, ou seja, a internalização da lógica de produção de mercadorias. Por um lado, a produção agropecuária passou a pressupor o assalariamento dos empregados, a mecanização da produção, a utilização de insumos agrícolas e, finalmente, a assistência técnica. Por outro lado, a produção voltada para o mercado, seja na produção de carne bovina e grãos ou na produção de matéria-prima, o carvão e a celulose. A natureza existente é colocada no chão, surgem maciços florestais de eucaliptos e pinus e o empastamento de amplas áreas. A constituição dessas amplas áreas afetou sobremaneira as populações tradicionais que perderam as “terras comunais/coletivas” para fazendeiros ou empresas reflorestadoras, desestruturou o sistema produtivo pela diminuição das áreas de manejo agropecuárias e das vazões dos cursos de água.

Esse processo de penetração da lógica da produção de mercadoria a partir da produção rural regional permanece atuante no campo social norte-mineiro. E, finalmente, o ordenamento territorial com o objetivo de preservação de espaços de natureza com a criação de unidades de conservação por parte do Estado. A lógica ambientalista, como já discutido na caracterização dos veredeiros, impacta o modo de vida das populações tradicionais que, sendo restritivo, desperta em algumas pessoas o mane-

jo não tradicional dos territórios familiares. Os *geraizeiros*, assim como outras populações tradicionais, posicionam-se mantendo os vínculos de interdependência com a natureza e resistem à suas transformações como produtores de mercadoria, como humanos relacionados com as coisas e não com outros homens e, por outro lado, passam a manusear a natureza como um recurso que produz de riqueza e não mais como parceira na reprodução dos seres humanos.

As gentes das caatingas

Os *caatingueiros* se encontram situados nos sopés da Serra do Espinhaço, na área denominada regionalmente de Serra Geral, e seus membros são descendentes de imigrantes portugueses que aí se fixaram, desde o início do povoamento regional, e de italianos que, a partir de fins do século XIX, introduziram na cultura existente uma outra racionalidade distinta das existentes entre as populações tradicionais norte mineiras.

O signo identitário *caatingueiro* surge das relações sociais mais imediatas desse grupo social com outros grupos sociais, notadamente os *geraizeiros* e os quilombolas do Território Negro da Jahyba. Como quase todas as outras identidades das populações tradicionais norte-mineiras, o signo que os identifica os vincula à paisagem da caatinga. Considera-se, portanto, sua identidade, como sendo possuidora de uma *etnicidade ecológica*. Os *caatingueiros* se constituem como agricultores familiares, tipo camponeses, conforme informa D'Angelis Filho (2005). A marca distintiva, além da *etnicidade ecológica*, é uma racionalidade econômica que permanentemente os vincula ao mercado. Há que considerar, entretanto, que essa população não possui todas as características dos camponeses, já que a subordinação¹⁴ apresenta-se como o elemento crucial para sua caracterização como tal.

Desde a expansão das relações capitalistas no norte de Minas, a partir dos anos 1970¹⁵, essa população tradicional se aliou aos programas de governo introduzidos pela Emater. Esse organismo de estado introduziu no cenário econômico dos

¹⁴ Pereira de Queiroz (1976) e Woortmann (1990) discutem, numa perspectiva antropológica, a possibilidade da utilização desse conceito para a compreensão de comunidades rústicas e de agricultores no Brasil. Transformada em categoria política, ela dominou a cena brasileira e penetrou no campo acadêmico, mas tem sido considerada, atualmente, como categoria para a luta política, por ser incapaz de informar a diversidade de populações tradicionais existentes no campo agrário nacional.

¹⁵ As relações capitalistas já se encontravam presentes no cenário regional sem, contudo, serem hegemônicas. Ao afirmar que nos anos 1970 elas se expandiram, salienta-se duas questões, a primeira no sentido geográfico, já que em toda a região elas passaram a se fazerem presentes nas relações entre as categorias sociais vinculadas ao sistema produtivo e, por outro lado, elas se tornaram hegemônicas.

caatingueiros o vínculo de seu sistema produtivo a fatores externos – dinheiro para investimento e custeio, máquinas, implementos agrícolas, sementes certificadas e agrotóxicos, além de assistência técnica – advindos do sistema financeiro, do sistema industrial e da assistência técnica para realizarem sua reprodução física e social.

O sistema produtivo dessa população é reconhecido regionalmente como *caatingueiro*. Sua característica principal foi a articulação entre a produção de alimentos básicos e carne e o cultivo de algodão. Essa cultura constituía-se como produto para comercialização externa. Até a chegada dos italianos, essa população organizou seu sistema de produção para auto-abastecimento familiar, mas, a partir do final do século XIX até meados do século XX, a cultura algodoeira, com seu caráter nitidamente comercial, foi incorporada. Esse processo de deslocamento dessa população como produtora de bens para reprodução familiar e coletiva para produtora de mercadorias a serem alocadas no mercado de produção, evidencia a existência de uma racionalidade distinta dessa população no conjunto das outras populações tradicionais do norte de Minas. A atividade algodoeira permaneceu circunscrita em municípios do norte de Minas, associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores da caatinga. Em 1925, o algodão era a cultura mais exportada da região. O escoamento da produção algodoeira dos *caatingueiros* foi realizado, inicialmente, através dos portos fluviais do rio São Francisco, até os anos 1940, e por via ferroviária, com a construção de estrada de ferro cortando o território onde se encontra situada essa população tradicional norte-mineira.

A introdução, em meados da década de 1950, de novas variedades de algodão melhoradas propiciou uma intensificação da produção do algodão herbáceo no norte de Minas. A cultura introduzida ofereceu vantagem de maior produtividade por hectare, em decorrência da utilização de novas tecnologias, principalmente, o uso de agrotóxicos para o controle das pragas e a mecanização para o trato da terra. Nesse período ocorre a substituição dos sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras, associada à criação extensiva de gado bovino, pela produção intensiva de um único produto, o algodão, para o mercado. Os *caatingueiros* passaram, então, a desenvolver a monocultura do algodão e se vincularam ao processo de modernização da agricultura brasileira adotando o pacote tecnológico a ela vinculado e acessado por meio de recursos subsidiados.

Em meados dos anos 1980, a agricultura algodoeira entrou em colapso devido à presença do bicudo do algodoeiro. Algumas comunidades *caatingueiras* mantiveram seus sistemas tradicionais diversificados, resistindo ao avanço da racionalidade econômica capitalista, sem perder sua racionalidade econômica mercantilista. Essas populações permaneceram produzindo fibras, alimentos e criando animais de corte e leiteiros. As atividades produtivas sempre estiveram associadas ao aproveitamento alimentar e medicinal da flora nativa. Os *caatingueiros* que adotaram a agricultura modernizada, com seu pacote tecnológico, seus recursos financiados e sua assistên-

cia técnica foram forçados a migrarem para as cidades da região ou para São Paulo e, em sua grande maioria, empobreceram. Muitos que possuíam uma gleba de terra mediana, realizaram o empastamento da área e se dedicaram à criação bovina.

Os *caatingueiros* que migraram para São Paulo articularam, nessa cidade, um espaço de comercialização de produtos norte-mineiros para famílias originárias da região e do nordeste e que vivem na periferia paulistana. É criado um fluxo de produtos sertanejos adquiridos em toda a região e levados por parentes ao término de suas férias, ou que vieram participar das festas tradicionais das comunidades de origem. A existência de uma “rede de parentagem” propiciou a muitos *caatingueiros* descobrirem a existência de uma imensa demanda por produtos alimentícios vinculados às culturas de suas regiões de origem. A partir da racionalidade econômica constitutiva do seu *habitus*, estabelece-se um circuito intenso vinculando *caatingueiros* vivendo em terras paulistas com aqueles que permaneceram na região. Semanalmente, os ônibus, vindos do nordeste e que transitam pela área, começam a transportar produtos alimentícios para serem comercializados em São Paulo.

O impacto socioambiental vivido pelos *caatingueiros* decorre de dinâmicas internas e externas que imbricadas mudaram a paisagem do amplo território em que se encontram inseridos. Se no período inicial a produção mercantil esteve vinculada ao gado de corte, a alguns produtos alimentares beneficiados, como rapadura, queijo e requeijão, com a expansão da cultura algodoeira no norte de Minas, ela passou a ser o algodão arbóreo e, posteriormente, herbáceo. Se no primeiro momento de instituição do sistema produtivo ocorreu um relacionamento interdependente dos homens com a natureza, desde a implantação do algodão como monocultura, a partir dos anos 1980, o sistema produtivo submeteu, integralmente, a natureza à produção de mercadoria. Cada família vinculada a essa população tradicional transformou toda a sua área em área agrícola para a produção de algodão. A paisagem *caatingueira*, nesse período, perdeu o matiz de cores diferenciadas e se cobriu do branco do algodão. Quase toda a vegetação de caatinga arbórea e herbácea foi transformada em carvão para as siderúrgicas mineiras, restando pequenas manchas de vegetação nativa naqueles territórios familiares que mantiveram o sistema tradicional *caatingueiro* sem modificações.

Com a derrocada da cultura algodoeira, com a chegada de um grupo de jovens *caatingueiros* ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e com o estabelecimento de relações com o Centro de Agricultura Alternativa, muitas famílias passaram a resgatar e a recuperar o sistema tradicional, processando o reflorestamento de seus territórios com vegetação nativa e implantando novas espécies arbóreas, sobretudo, frutíferas. E a paisagem *caatingueira*, como uma fênix, aos poucos foi recobrando a terra arrasada pelo retorno da interdependência do homem com a natureza.

As gentes dos quilombos

A população tradicional de maior incidência no território norte-mineiro, os quilombolas, emergiu no cenário social hodierno como população tradicional, em decorrência dos constituintes terem incluído na Constituição de 1988, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68, que dispõe sobre as comunidades remanescentes de quilombo, e terem reconhecido o papel crucial dos quilombolas como constituidores da nacionalidade brasileira. No caso regional, a maior concentração de quilombos ocorreu no que denominei de Território Negro da Jahyba (Costa, 2005 b). A ampla área do vale do rio Verde Grande que era recoberta com uma floresta de caatinga arbórea e com a presença de milhares de lagoas apresentou-se para os bandeirantes colonizadores como um espaço impróprio para a constituição da vida social bandeirante, naquele período. A existência de endemia de malária propiciou aos mesmos denominarem esta área como jahyba, palavra tupi-guarani com a qual procuravam informar a existência da malária e a impossibilidade de ocupação.

Essas condições tornaram propícias à ocupação por escravos que, buscando instituir espaços de liberdade, ocupassem o interior da floresta e fundassem um número elevado de pequenas comunidades. Com o passar do tempo, essas comunidades formaram diversos grupos locais negros situados em margens de lagoas, ribeirões e rios, articulando-se por relações entre comunidades no interior da mata. É a partir do estabelecimento dessas relações entre grupos locais e a própria existência de um grande número de comunidades que propicia afirmar a existência do Território Negro da Jahyba. Desde o seu interior, as relações sociais foram também estabelecidas com povoações ao longo da bacia do rio São Francisco, notadamente, Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal.

Após a tomada de conhecimento do direito constitucional e do reconhecimento nacional das comunidades rurais negras como remanescentes de quilombo, a partir da comunidade de Brejo dos Crioulos, o Território Negro da Jahyba emergiu visível para a sociedade regional. Ao mesmo tempo, diversos grupos de quilombolas passaram a se articular na construção de um movimento para o reconhecimento social dessas comunidades como partícipes na construção da nacionalidade brasileira. Cada um dos grupos locais negros passou a lutar pela reapropriação de seus territórios ancestrais, principalmente os quilombolas de Brejo dos Crioulos, nas margens do ribeirão Arapuim, e os Gurutubanos, ampla comunidade negra estabelecida ao longo do rio Gurutuba.

Estas duas comunidades são representativas de outras dezenas que vivem nas planícies sanfranciscana e do Verde Grande. As comunidades negras rurais, remanescentes de quilombo, no caso norte-mineiro, dialogam com outras populações tradicionais como os vazanteiros, do São Francisco, e com os remanescentes dos Xakriabá,

que vivem no município de São João das Missões, com os geraizeiros, vazanteiros e caatingueiros. São comunidades que mantêm aspectos significativos de sua cultura, de sua reprodução social, enraizados na diversidade ecossistêmica presente nos cenários ecológicos em que cada uma dessas comunidades se encontra situada. Atualmente há uma efervescência social, em consequência dos quilombolas se apresentarem no campo político regional, estadual e nacional como grupos sociais, oportunizando a possibilidade da construção de um viver pautado em suas características sociais, culturais e econômicas específicas.

Desde a visibilização de Brejo dos Crioulos, a partir de estudo antropológico, a população negra regional, principalmente aquela situada no amplo Território Negro da Jahyba, passou a ser estudada amplamente. Além da comunidade de Brejo dos Crioulos, que é formada pelos grupos locais – Arapuim, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco, outros quilombos já foram estudados, como o dos Gurutubanos, formado por vinte e sete grupos locais que formam a totalidade da comunidade quilombola, conforme D'Angelis Filho e Outros (2003). Nesse importante quilombo há os Negros de Maravilhas, situados no município de Catuti (Brito e outro, 2003). Há, também, os Negros de Poções que se encontram localizados desde meados do século XVIII no município de Francisco Sá, conforme Gonçalves (2007). Com esses estudos é possível evidenciar que seus grupos locais mantiveram ao longo das suas historicidades intensas relações entre si, estruturadas por vínculos de parentesco e por estratégias de reprodução social e econômica, por meio das quais compartilharam e compartilham a ocupação e o domínio dos seus lugares.

As estratégias de territorialidade utilizadas para viabilizar a reprodução da vida material e social de cada família, de cada grupo local e dos quilombos da Jahyba, eram estruturantes da articulação entre agricultura, criação de gado na larga, caça, pesca e extrativismo. Como muitas lagoas existentes nos furados, os quilombolas instituíram o que vem sendo denominado de *agricultura de furado*. No entorno de milhares de furados, cada família e cada grupo local se utilizava da fertilidade do solo para cultivarem uma gama de feijões, milho, arroz, mandioca, abóbora, quiabo, alho, cebola e outras culturas hortícolas com as quais alimentavam as famílias e os grupos locais. O gado era criado solto no interior da floresta e, quando das andanças dos homens pelo território, era tratado. A existência de barreiros viabilizava o consumo de sal pelas criações. Havia, também, a criação de porcos, cabritos e aves domésticas.

As relações das comunidades quilombolas com a natureza foram importantes para propiciar a invisibilização das mesmas durante o período da escravidão. A natureza era vista como parceira importante para a manutenção de cada grupo local como um espaço de liberdade e de alternativa de vida. A relação homem e natureza era conformadora de uma interdependência propícia à manutenção da vida de cada indivíduo negro, de cada grupo local e dos quilombos norte-mineiros, no geral.

Com a implantação de ferrovia, a desintesezação da floresta, a distribuição do comprimido de aralém e o financiamento de empreendimentos agropecuários pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a partir dos anos 1940, e principalmente após os anos 1960, as comunidades negras passaram por processo de expropriação de seus territórios, pelo cercamento em pequenas glebas de terra nas margens de imensos latifúndios e pela exclusão social dos benefícios sociais gerados pela sociedade brasileira.

Atualmente é possível afirmar a existência de uma hierarquização dessas comunidades quilombolas, a partir de sua proximidade ou de seu afastamento da racionalidade urbana. Esta, ao se tornar hegemônica em todo o norte de Minas, conforme análise de Brito e Outros (2003) estudando a comunidade negra de Maravilha, impôs aos remanescentes dos quilombos que instituíram um modo de vida alternativo durante o período escravagista a discriminação, a exclusão e a estigmatização pelo fato de serem membros de comunidades negras.

Com a chegada dos “brancos” e do “desenvolvimento” promovido pelos gestores governamentais, dos anos 1970 em diante, a paisagem foi subitamente alterada, impactando os recursos naturais e comprometendo os sistemas agroalimentares das comunidades negras do território da Jahyba e de outras áreas do território norte-mineiro. O principal impacto ambiental vivido pelas comunidades negras foi presenciarem a derrubada da densa floresta de caatinga arbórea para implantação de pastagem artificial para criação de gado, para a implantação de agricultura irrigada e, mais recentemente, de fruticultura irrigada. O sistema tradicional de reprodução material foi desestruturado, pois diversos fatores passaram a ser demasiadamente escassos, como peixes, animais e frutos que deixaram de ser partícipes para garantia da vida material de cada indivíduo, das famílias e das comunidades. Restam poucas áreas cobertas com os resquícios da floresta da jahyba e elas estão situadas, principalmente, nos entornos das comunidades negras rurais, ou seja, os quilombos norte-mineiros.

Essa condição de manutenção em seus territórios de resquícios da floresta de caatinga arbórea tem sido utilizada pelo governo estadual através de seu instituto florestal para a implantação de unidades de conservação. Atualmente, o quilombo da Lapinha, no município de Matias Cardoso, tem se colocado contrário à criação de um parque estadual recobrando o seu território. A implantação do mesmo será fator de expropriação do território ancestral e o deslocamento da comunidade para outras áreas que devem ser definidas pelo aparelhamento ecológico estatal. Os impactos ambientais vividos pelos quilombos norte-mineiros, assim, são decorrentes da introdução de lógicas e racionalidades distintas às suas que aos poucos foram se aproximando dos territórios ancestrais, derrubando a vegetação, acabando com os animais e os peixes. E, atualmente, pela chegada da lógica da preservação da natureza que se posiciona contra os homens atuais e a favor de homens futuros.

As gentes indígenas

Os povos indígenas que existiram na área média do rio São Francisco foram dizimados por bandeiras paulistas que por este território chegaram, assim como outros povos que se deslocaram para essa área quando da chegada de bandeiras na região do Mato Grosso, dentre eles os *Xakriabá*¹⁶. Essa população tradicional chegou à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida para lutarem junto aos fazendeiros contra os Kayapó, receberam uma área de terra, onde foram posteriormente aldeados. Daí surgiu a Aldeia de São João Batista das Missões.

Com o passar dos tempos, esses indígenas passaram a constituir, no processo de implantação de fazendas de gado, como mão de obra, às vezes escravizada. Com a saída dos padres e dos administradores em fins do século XVIII, o aldeamento de São João das Missões foi abandonado, permanecendo apenas os indígenas. A partir desse momento, ocorreu, até meados dos anos 1970, um intenso processo de miscigenação com as populações brancas, pobres, negras e, sobretudo, retirantes nordestinos que fugiam das secas. Resulta deste processo passarem a ser considerados como caboclos e seu amplo território, aos poucos, foi sendo expropriado por ser considerado e reconhecido como terra de caboclos. Todas essas gentes estabeleceram um regime de uso condominial das áreas de cultivo, conforme apresenta Santos (1997)¹⁷.

O povo *Xakriabá*, conforme Oliveira (2003), é formado por uma população de 6.442 indivíduos, habitando o território demarcado, no sertão sanfranciscano pelo governo federal, após intenso processo de conflito entre indígenas e fazendeiros, como território indígena. Este se encontra situado em uma região de transição entre o cerrado e a caatinga, com espécies nativas dos dois domínios.

O modo de uso *Xakriabá* do território se estabeleceu nos moldes de uma economia regional, sertaneja e cabocla, tendo como princípio crucial na constituição do sistema de produção, a utilização do território pela articulação entre apropriação familiar e apropriação coletiva. As principais atividades produtivas são cultivo de pequenas roças com a técnica da coivara, a criação de animais e a coleta extrativista. Todo o

¹⁶ Nelson de Senna (1926) informa a existência de 26 sociedades indígenas diferenciadas na região e a chegada de outras 8 sociedades com o deslocamento das mesmas pelo território brasileiro. Em um artigo sobre cultura, natureza e populações tradicionais norte-mineiras, elenco todas as sociedades indígenas que tiveram atuação no médio São Francisco (Costa, 2006).

¹⁷ Darcy Ribeiro (1986) informa que a miscigenação dos indígenas no Brasil é decorrente de políticas governamentais que objetivavam a incorporação dos mesmos no processo civilizatório brasileiro, retirando-lhes suas etnicidades e transformando-os em brasileiros. Dessa forma, os mesmos passariam a ser, apenas, índios genéricos.

sistema funciona, principalmente para garantir a reprodução material da família e da coletividade, sendo os produtos destinados ao autoconsumo, e o excedente sendo comercializado no mercado regional.

Como uma sociedade indígena, legitimada pelo Estado brasileiro, os *Xakriabá* têm como diacrítico de sua etnicidade, o processo de luta para reafirmação de si como indígenas que os distingue de outros indivíduos que, mesmo tendo antepassados pertencentes a esse povo, não são considerados *Xakriabá* devido a não participação nesse processo de luta. Apesar da miscigenação, esse diacrítico os faz diversos da população mestiça que os circunda e que pode ser caracterizada como chapadeiros, veredeiros, campineiros, vazanteiros ou quilombolas.

A interface dessa população tradicional com a questão ambiental apresenta-se diversa de muitas outras populações tradicionais no norte de Minas. Quando do processo de expansão da fronteira agrícola e da modernização da agricultura, o território recebido em 1726, a partir do acordo com Januário Cardoso de Almeida, passou a ser disputado pelos fazendeiros que objetivavam expropriar aqueles que consideravam como caboclos. Estes, reafirmando sua condição de indígenas, lutaram, até mesmo com a morte de lideranças, pelo reconhecimento de sua etnicidade. Após a legitimação da condição de indígena pelo governo federal, os *Xakriabá* passaram a deter o controle sobre o território, com o apoio da FUNAI e da Polícia Federal. Essa condição vinculada ao período em que passam a serem, definitivamente, senhores do território, propiciou a preservação da vegetação de cerrado e de caatinga existente na área.

Preservando a relação de interdependência entre o homem e a natureza, os *Xakriabá* permanecem atualizando o sistema tradicional de produção que articula pequenos roçados com a criação de gado, a caça, a pesca e o extrativismo. Incorporaram a produção de artesanato indígena para comercialização em outras localidades e a migração sazonal para a área de agricultura irrigada e mecanizada do centro-oeste. Esta estratégia de migração para ofertar a mão de obra tem contribuído para minimizar o impacto do sistema de produção sobre a natureza.

As gentes das vazantes

As populações tradicionais *Vazanteiras* se encontram localizadas em ilhas e barrancas do rio São Francisco e em margens de outros grandes rios norte-mineiros. Eles se caracterizam por um modo de vida específico, conforme estudos de Luz de Oliveira (2005) com populações situadas em inundáveis das margens e ilhas sanfranciscanas. Seu modo de vida é construído pelo manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, articulando diversos ambientes existentes em cada território vazanteiro para o desenvolvimento de atividades de agricultura de vazante e sequeiro, atividades de pesca, de criação de animais e o extrativismo.

Ocorre nesta população uma característica singular, a transumância¹⁸. O modo de vida dos *vazanteiros* desdobra-se temporalmente em dois espaços, durante o período das secas, nas ilhas e vazantes, e no período das cheias, nas margens não inundáveis dos cursos de água. O acesso a terras de cultura para essas populações está intimamente vinculado ao ciclo natural do rio: seca, enchente, cheia e vazante que tem propiciado áreas fertilizadas pela matéria orgânica ou “lameiro” depositado em longas extensões das margens dos rios e das ilhas do São Francisco. Há que notar, também, o farto suprimento de peixes que se reproduzem nas lagoas marginais desse mesmo rio. No período das cheias, devido à inundação das ilhas e das beiradas dos barrancos e das lagoas criadeiras, as casas são abandonadas, e essa população tradicional se desloca para as caatingas ou para as chapadas dos cerrados. No vai-e-vem anual, são transportados com cada família, mantimentos e alguns objetos como colchões, vasilhas e roupas, além das criações. Instalados nessas novas áreas, passam a viver principalmente de pesca, devido à formação de inúmeros alagadiç es que se apresentam como pesqueiros.

Conforme apresentado por Pierson (1972), a partir de relatos de viajantes europeus no século XIX, durante as grandes cheias do rio São Francisco no seu curso médio, as margens com suas áreas planas ficavam cobertas por camadas de água de um metro e meio a três metros, e a inundação atingia até dez quil metros de largura, a partir da calha do rio. Após o esvaziamento do rio, no período da seca, diversas populações se instalavam nessas áreas para a produção de culturas agrícolas.

A cultura *vazanteira* foi construída pela sincretização de legados da cultura indígena, da cultura negra e da cultura ribeirinha de todo o rio São Francisco. Historicamente, esse rio propiciou intensa mobilidade devido à navegação em pequenos, médios e grandes embarcações que ligavam o sudeste com o nordeste brasileiro. Em seus estudos sobre os remeiros sanfranciscanos e a cultura regional, Neves (1998) afirma que não se pode perder de vista a existência de componentes culturais comuns ao homem do médio São Francisco e aos nordestinos de um modo geral. Dentre estes componentes encontram-se a linguagem, a literatura popular e os hábitos alimentares e os medicinais. Esses componentes são legados das populações que, em suas migrações, contribuíram para a integração cultural da população norte-mineira, a partir de diversos padrões culturais que se imbricaram e que propicia afirmar o norte de Minas como síntese da nação brasileira (Costa, 2006).

No complexo da paisagem *vazanteira*, conforme estudos de Luz Oliveira (2005), há uma diversidade de ambientes que, entretanto, apresenta-se aos olhos externos como

¹⁸ A transumância constitui-se, permanentemente, como migração per dica entre duas áreas distintas que compõem a territorialidade de um povo. Durante um período do ano, a população permanece em uma determinada área e, devido a questões da natureza ou sociais, desloca-se, em outro período do ano, para uma outra área dentro do mesmo território.

aparentemente monótona e uniforme. Para o olhar dos *vazanteiros*, a paisagem adquire significados de grande densidade devido às complexas associações entre gênese, qualidade e restrições de uso nas diferentes unidades da paisagem. A fisionomia dessa paisagem é derivada da energia de deslocamento das águas, durante as enchentes que moldam o cenário, onde realizam as reproduções da vida material e social de cada família e da coletividade. Neste cenário, os solos são mais frescos que os da “terra-firme” situados nas margens dos cursos de água. A reprodução material *vazanteira* é garantida por múltiplas atividades, diversas formas de uso e apropriação dos diversos ambientes.

Três grandes unidades da paisagem são manejadas pelos *vazanteiros* – o complexo “terra-firme” e o complexo ilha que são interligados pela terceira unidade, o complexo rio. Em seus estudos, Luz de Oliveira (2005) afirma que a unidade crucial do manejo nesses três espaços é o rio, em cujo ciclo são definidas as dinâmicas ecológicas e as estratégias de manejo de cada uma das unidades em que essa população tradicional articula sua reprodução material e social.

No complexo rio, os circuitos de acesso e de comunicação, a atividade da pesca, os ciclos ecológicos e a relação com o mundo mítico configuram uma terceira unidade da paisagem. No sistema de produção e consumo, a pesca é a atividade central, sendo realizada no período de março a novembro. Há destinação diversa para o produto da pescaria, o pescado menor é utilizado para o autoconsumo, e o maior é comercializado nas cidades ribeirinhas.

Importante salientar que na visão de mundo dos *vazanteiros* existem mitos que integram a natureza e a sociedade na ampla unidade territorial, que é conformada como uma totalidade. Nessa totalidade, os seres mitológicos ou os “encantados” do rio têm lugar social de vivência e de relações com os humanos. No manejo dos diversos ambientes por essa população tradicional, as relações mitológicas são consideradas cruciais, propiciando a reafirmação e atualização do sistema de representações que se apresenta como referencial importante para o desenvolvimento das atividades cotidianas. É possível afirmar, então, que há um campo socioambiental em que a natureza e a sociedade são representadas num universo unitário.

São fundadores do modo de vida, de demarcação do território e de definição das formas, diversificadas, de apropriação do mesmo, os sistemas de classificação e uso dos recursos disponíveis. Estes, conforme Luz de Oliveira (2005) integram o patrimônio cultural e constitui a singularidade da população *vazanteira*.

O sistema de trabalho dos *vazanteiros* e suas condições financeiras são definidores do local de moradia da família: a ilha, a margem do rio ou as cidades ribeirinhas. Adaptada aos ciclos do rio – seca, enchente, cheia e vazante –, a vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia. Os *vazanteiros* definem como

preferenciais para construção de suas casas as áreas da beira-rio ou da ilha. Em torno das moradias são estabelecidos os sistemas de quintais, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais que, cercados ou amarrados em pequenos limites, não causam prejuízo nas lavouras e nem perturbam os vizinhos. Os roçados são situados em áreas para além dos quintais. Ocorre a presença de manchas arbóreas, que são remanescentes da vegetação nativa. Associadas a essas manchas são desenvolvidas as policulturas, plantadas em pequenas clareiras, que recortam e quebram a monotonia da paisagem. Esta se apresenta talhada apenas pelas águas do rio.

Essas formações evidenciam, para quem “espia de fora”, que a toponímia e florística do rio não são moldadas apenas pelos ciclos das águas, mas igualmente pelas mãos dos vazanteiros, que dele fazem parte. Assim, a ecologia apresenta-se como construção humana e não apenas como construção da natureza.

Até a década de 1960, os múltiplos usos e as diversas formas de apropriação do ambiente garantiram uma vida farta, a partir daí, iniciou-se um processo recorrentemente atualizado de restrições, cada vez maiores, de acesso aos recursos. Estes se alicerçam na restrição ao acesso e à interação com cada um dos três complexos constituintes e constitutivos da visão de mundo *vazanteira*. No *eidos* dessa população ocorre uma relação particular entre todos os aspectos existentes no território tradicional articulado por uma estrutura ecológica e social que foi rompida com a chegada das fazendas produtoras de mercadorias.

Com a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura através de grandes fazendas, ocorreu a restrição do acesso dos *vazanteiros* ao dual território tradicional. As lagoas e a reprodução dos peixes foram impactadas e colocaram em risco não apenas essa população, mas a vida aquática dos cursos de água, principalmente do rio São Francisco. Nas grandes fazendas, inúmeras lagoas foram drenadas para implantação de capineiras, e tiveram como resultado de agressão à natureza a redução drástica da oferta de pescados em toda a região.

Confronto de lógicas diferenciadas

Como se pode ver, a lógica que orienta as populações tradicionais norte-mineiras é marcada pela existência de um regime agrário coletivo, de relações de trabalho que se estruturam pela reciprocidade entre membros de uma mesma coletividade. A mesma se opõe à lógica capitalista, embranquecida e etnicizada, do território e do espaço social regional hodierno. Há uma resistência desse povo miúdo que cria, por sua lógica, um território e um espaço social não-capitalistas e não-brancos. Deriva daí a reafirmação das suas autonomias, ainda que em condições mínimas e descontínuas, frente à dominação imposta, mesmo recorrendo à migração sazonal que torna propícia a atualização do padrão produtivo familiar como forma de resistência ao sistema produtivo vigente hegemônico, assim como realizaram seus antepassados.

A emergência e consolidação de lógica contrária às populações tradicionais

Para terminar este artigo, há que elucidar a questão dos impactos socioambientais vividos pelas populações tradicionais. Também faz-se necessário uma leitura sobre os alicerces que fundamentam as agências que se confrontam com as populações tradicionais, impondo-lhes impactos em suas relações com a natureza.

A lógica desenvolvimentista emergiu no cenário regional, incipientemente, nos anos 1940, com a criação das sociedades rurais em algumas cidades norte-mineiras, mas aprofundou-se a partir dos anos 1970, com a implantação da modernização da agricultura. O governo federal, principal interventor na região com seus financiamentos subsidiados e seus incentivos fiscais, não levou em conta as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindustriais da sociedade. As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais foram consideradas pelos governos federal e estadual como terras “inteiramente desocupadas e inaproveitadas”¹⁹, situadas no domínio do Estado. Nestas terras de ocupação tradicional, principalmente dos geraizeiros, ergueu-se uma floresta exótica de eucalipto e *pinus* para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro e a maior planta de celulose do mundo. Essa política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares no período da ditadura, quando, em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados “vazios econômicos”.

O que se viveu a partir desse período foi a constituição de uma nova paisagem, que afetou os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas e com os seus limites agroambientais. Acentuaram-se os desníveis socioeconômicos entre as camadas sociais norte-mineiras e, por outro lado, os recursos naturais – biodiversidade, solos e água –, entraram em um rápido processo de deterioração.

A história das territorialidades dessas populações tradicionais traz em si experiências de luta e organização da sociedade civil para a conservação da natureza e pelo seu uso de forma sustentável. As populações tradicionais, de uma forma geral, se vêm com a necessidade de incorporar técnicas que causem menos impactos nos cultivos – agora mais intensivos devido à restrição das terras, restrição da oferta de água e perda da biodiversidade. A convivência estreita entre homem e natureza nessas áreas tem promovido a percepção de que as populações tradicionais sejam “guardadoras” da biodiversidade.

¹⁹ Conforme RURALMINAS, s.d. Documento II - Histórico e resumo dos contratos sobre distritos florestais, 7 p.

O lugar das populações tradicionais tem sido o lugar da biodiversidade no norte de Minas, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tendo como princípio estruturante a diversificação para as suas reproduções física e social. A resistência, baseada sempre na negociação política, tem propiciado os seus reconhecimentos como preservadores fundamentais da biodiversidade dos cerrados, caatinga, mata seca e mata atlântica e da cultura tradicional regional. Essas comunidades construíram os seus saberes tradicionais e a cultura sertaneja como aspectos políticos de suas identidades, a partir das quais enunciam sua contribuição para a manutenção do equilíbrio ecológico brasileiro requerido pela sociedade nacional e internacional.

Abstract: Thematic the traditional communities sertanejas will be dealt with considering three questions. The first one says respect account theoretical from which is possible to make a reading of situated agricultural communities in the Sertão. Second it says respect to the space question. The Sertão is not treated as a whole, but of a very specific Sertão, of the north of Minas. E, finally, in third place, the question, face to Geography, but also to the Anthropology, that is of where is carried through my reading of populations living in agricultural communities, the lived temporalities and social process. Articulated these three questions are possible to undertake the requested reading, which are, the partner-ambient interface lived by the agricultural communities sertanejas.

Key Words: Sertão, Tradicional populations, Culture, Partner-ambient interface.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito". In: **Humanidades**, Ano IV, 15. Brasília: Editora da UnB, 1987.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. "Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma noção". In: **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. Parati, RJ, 2001 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. Ciências Sociais: Sociologia.

BRITO, Valéria Esteves de, e Outros. **Negros de Maravilha: Abandonados e Esquecidos, agora Lembrados**. Diagnóstico Cultural, Sócio-Econômico e Político. Montes Claros: FUNORTE; Catuti: Prefeitura Municipal 2003 (mimeo).

CORREIA, Cloude de Souza. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades**. Brasília: Universidade

de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.

COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas”. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77-98.

_____. **Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos**. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. Dissertação de Mestrado.

_____. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão**: a população tradicional verdeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais. Brasília: Funatura; IPHAN, 2005 (mimeo).

_____. “A reescrita da História, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de Minas”. In: **Revista Verde Grande** 1(2), 2005 b, p. 12-27.

_____. “Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira”. In: **Revista Verde Grande** 1(3), 2006, p. 8-47.

COSTA SILVA, René Marc. **Por onde o Povo Anda...** A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs. Brasília: Departamento de História, 1998. Tese de Doutorado.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. **Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas**: uma análise das articulações local e supra local. Temuco, Chile: 2005.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira e outros. **Gurutubanos**: O Ambiente e a Produção no Vale do Gurutuba. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas: 2003 (mimeo).

FERNANDES, Daniel Mendes. **O Estar-no-entre-meio na Feira do Major Prates e outros espaços sociais**: uma etnografia sobre as estratégias de territorialidade de populações rurais em Montes Claros. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2006. Monografia de Graduação.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Flávio José. **Negros de Poções – Feitiços e outros caxangás em seus processos sociais**: Historicidade, Identidade e Territorialidade em Brejo das Almas (MG). Montes Claros: Unimontes/PPGDS, 2007. Dissertação de Mestrado.

JACINTO, Andréa Borghi. **Afluentes da memória**: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Campinas: Universidade de Campinas, 1998. Dissertação de Mestrado.

LITTLE, Paul Elliot. “Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In: **Anuário Antropológico, 2002/2003**, p. 251-290, 2005.

LOPES, Camilo Antônio Silva. **A Festa de Santa Rosa de Lima**: Territorialidades, Religiosidade, Clivagens Sociais e Coesão Social no Simbolismo Ritual. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2006. Monografia de Graduação.

LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. **Os Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, 2005.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EdUSP, 1974.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração**: os remeiros do rio São Francisco. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **A Luta Política é uma coisa, a Indígena é a História do Povo**: Identidade étnica e fronteiras cambiantes entre os Índios Xakriabá e a Sociedade Regional. Montes Claros: Unimontes, 2004. Monografia de graduação.

PARAJULI, Pramod. “Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India”. In: **Identities**, v. 3(1-2), 1996, p. 15-59.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro**. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Mintex/SUVALE, 1972, Tomo II.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xariabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. Brasília: DAN/UnB, 1997 (Dissertação de Mestrado).

SENNA, Nelson de. **Terra Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, Klass – “Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral”. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

O ENSINO DA GEOGRAFIA NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Janete Aparecida Gomes Zuba¹

Resumo: O mundo globalizado, cujas transformações exigem novos saberes, fez surgir a exigência de novas práticas educativas, na tentativa de substituir as idéias tradicionais na formação do saber. Enfrentar os desafios propostos exige, simultaneamente, uma reforma do pensamento e uma reforma do ensino. Face a essas transformações, a Geografia, como matéria que se ocupa do território, deve levar em conta essas transformações não somente na incorporação dos conteúdos e temas a serem trabalhados, mas também na metodologia e as atitudes a desenvolver em sala de aula, bem como as expectativas dos educandos.

Palavras-chave: educação geográfica; diversidades; perspectivas.

Introdução

Nada mais desafiador do que propor mudanças e reformulações no ensino em época de incertezas, sobretudo no âmbito do ensino de Geografia, disciplina que tem por definição a análise da organização/produção do espaço. Não é uma tarefa simples, porém trata-se de um trabalho necessário. Nessa direção, acredito que nós, profissionais do ensino básico, ou da Universidade, precisamos empenhar-nos para o desenvolvimento tanto de nossa consciência crítica, como também de nossos alunos. Não há dúvida de que a escola/universidade comprometida com o desenvolvimento, acima de tudo social, pode e deve contribuir para dias melhores na realidade educacional.

As ciências humanas abrangem uma área do conhecimento humano nutrida pelo saber produzido por várias ciências, tais como a Sociologia, Antropologia, História, Economia e Política. Todas essas ciências apresentam, como objeto de estudo, o

¹ Professora de Prática de Formação e Estágio Supervisionado no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: janete.zuba@unimontes.br.

homem em suas relações. Nelas, o homem interage com o meio natural onde vive, com os recursos criados historicamente por outros homens e, principalmente, com outros homens, outros grupos sociais. Destaco, aqui, a Geografia na escola, como uma abertura para as ciências humanas, sociais e naturais.

Na área de Ciências Sociais, talvez seja a Geografia a mais questionada por seus conteúdos e pelos problemas que apresenta seu ensino na sala de aula. As dificuldades que os professores enfrentam são muitas e variadas. O professor ensina sempre o mesmo conteúdo e do mesmo modo, provocando um mal-estar nos alunos, que reagem insatisfeitos com tal disciplina. Muitos autores se referem a esse mal-estar, estendendo-o também aos docentes. No caso dos primeiros, trata-se do fato de terem que aprender conteúdos geralmente afastados de suas inquietudes e interesses. Na verdade, a Geografia escolarizada muitas vezes não apresenta o colorido da realidade contemporânea, descrevendo partes do planeta e relatando suas características como algo estático.

O ensino de Geografia, como ressalta Cavalcanti (2005), aborda duas realidades que podem ser distinguidas por duas práticas: uma já instituída, tradicional, marcada por mecanismos conhecidos como a reprodução de conteúdos, o formalismo, o verbalismo, a memorização; outra prática, as alternativas, se referem a algumas experiências e encaminhamentos que começam a ganhar consistência, fundamentados, em muitos casos, em visões construtivistas de ensino. Nessa segunda, há de considerar-se, no ensino, a construção do conhecimento por parte dos alunos. Proponho, então, que se discuta como a educação geográfica pode favorecer efetivamente a construção do conhecimento na atualidade.

A concepção pretendida da educação geográfica

A educação geográfica vive um momento rico, mas, ao mesmo tempo, complexo, com questionamentos e propostas de mudanças. Conforme ressalta Vesentini (2004, p. 220),

[...] o ensino de Geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral – pelo avançar da Terceira Revolução Industrial e da globalização, pela necessidade de (re) construir um sistema escolar que contribua para a formação de cidadãos conscientes e ativos – como também pelas modificações que ocorrem na ciência geográfica.

Nessa perspectiva, questionam-se as propostas prontas, que não têm conseguido entrar em definitivo na vida das escolas. A construção de currículos sempre se coloca por meio de contradições – se de um lado é um ato democrático, de outro é, muitas vezes, percebido como impositivo, o que não contribui para a melhoria efetiva das atuais condições de ensino. Os guias ou propostas curriculares, como o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - de Geografia, do Ensino Fundamental

(5^a a 8^a série), por serem detalhistas e valorizarem o conteúdo curricular, explicitando a matéria específica para cada série e semestre, “[...] na realidade mais atrapalham do que ajudam e constituem um estorvo para os professores que procuram levar em conta a realidade de seus alunos” (VESENTINI 2004, p. 239). Vejo, então, como auspiciosos, os esforços por tornarem mais densa a discussão de tais propostas implementadas tanto em âmbito nacional como regional, que devem resultar de um profundo conhecimento da realidade dos alunos (intelectual, socioeconômica, psicogenética, de experiência de vida). O conteúdo deve ser constantemente reelaborado, considerando-se seus resultados, bem como fatores imprevisíveis inerentes a qualquer sociedade democrática.

As várias abordagens atuais, no âmbito da ciência geográfica, expressam-se timidamente na escola. Transpor os conteúdos da Geografia acadêmica para a Geografia escolar, levando em consideração suas especificidades e propósitos que estão intrinsecamente relacionados, torna-se complexo, diante da diversidade de concepções teóricas existentes. É evidente que, para produzir transformações e inovações substanciais na qualidade do ensino-aprendizagem, não se pode desconhecer a importância de como aproximar os conteúdos às possibilidades concretas dos alunos, ou seja, atender às mediações didáticas necessárias e pertinentes para converter os conteúdos das disciplinas em conteúdos escolares. Uma reflexão profunda sobre a Geografia escolar não pode distanciar-se das discussões teórico-metodológicas da Geografia acadêmica e vice-versa.

Nessa direção, penso ser necessário considerar, inicialmente, que a educação geográfica contribui para o desenvolvimento da autonomia, a compreensão dos direitos e de nosso lugar no mundo, de como as pessoas se relacionam com as demais, em seus entornos. A investigação possibilita a ampliação da compreensão cultural, a interação em escala local, regional e global. Nesse sentido, os educandos têm direito à oportunidade de desenvolver seus valores sociais, culturais e ambientais, através da educação geográfica, que promoverá seu desenvolvimento como pessoas geograficamente informadas. Contudo, ressalta-se o significado da educação geográfica na formação de um indivíduo crítico para o exercício da cidadania (que se faz necessária, no processo de globalização), no desenvolvimento da consciência crítica e em sua postura frente à realidade.

A Geografia possibilita, com seu arcabouço teórico-metodológico, compreender o espaço construído pelos homens, situado num tempo e espaço localizados concretamente. Oferece, ainda, subsídios para a observação, descrição e análise da dimensão espacial da vida humana, visível pela paisagem, e encaminha a “ver por detrás” da mesma, considerando a dimensão histórica da materialização dos processos sociais que a formaram. A concepção pretendida, hoje, da Geografia, é fornecer subsídios que permitam ao aluno compreender a realidade que o cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana, e no contexto de suas transformações, velocidade e complexidade, posto ser esta a contribuição específica da Geografia em qualquer instância, seja relacionada à pesquisa, ao ensino e à própria vida.

Espaço escolar como lugar de culturas variadas

As situações problemáticas do cotidiano, sobretudo quando sua atuação envolve o espaço, em qualquer escala, devem constituir-se em objeto de estudo da Geografia e, por conseguinte, devem ser trabalhadas na sala de aula. Então, não percamos de vista o fato de que o educando é o sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento, tanto intelectual, quanto afetivo e social. Fundamento-me em Cavalcanti (2005, p. 66), ao enfatizar que o professor tem o papel de mediador do processo de formação do aluno:

a mediação própria do trabalho do professor é a de favorecer/propiciar a interação (encontro/confronto) entre o sujeito (aluno) e o seu objeto de conhecimento (conteúdo escolar). Nessa mediação, o saber do aluno é uma dimensão importante do seu processo de conhecimento (processo de ensino-aprendizagem).

Nessa perspectiva, relaciono o espaço escolar como um lugar de culturas variadas, de encontro de culturas. Torna-se relevante enfrentar, entre outras, a “cultura geográfica”, pois na prática do dia-a-dia, os alunos constroem conhecimentos geográficos. “É preciso considerar esses conhecimentos e a experiência cotidiana dos alunos, suas representações, para serem confrontados, discutidos e ampliados com o saber geográfico mais sistematizado” (CAVALCANTI, 2005, p. 68). É importante realizar o ensino contando com a diversidade dos alunos, que são sujeitos ativos de seu processo de conhecimento. A diversidade em sentido mais amplo relaciona-se às diferentes esferas da vida, tratando-se, assim, da diversidade biológica, econômica, social, geográfica, cultural, dentre outras. Na escola, convivemos com a diversidade dos sujeitos, e tal fato deve estimular o professor a assumir uma postura investigativa que o auxilie, na análise das práticas e dos saberes ensinados, a compreender os entraves e os avanços da diversidade presente na escola e, assim, entender melhor os saberes, valores e culturas dos alunos, propondo e testando alternativas.

Devido às mudanças (configuradas na globalização) em matéria tecnológica, às novas formas da economia, da política, à multiculturalidade e às transformações sociais contemporâneas, torna-se necessário que os professores possam refletir sobre como mediar tal diversidade no ensino, uma vez que ela extrapola a bagagem de conhecimentos, valores e significados que os alunos possuem.

Educação geográfica com vistas à realidade local

Diante do quadro, que tem como preocupação a prática do ensino de Geografia no sentido de contemplar a diversidade existente nas escolas, reporto-me ao ensino de Geografia no Norte de Minas Gerais.

Ressalto, aqui, particularmente, o atual cenário político-educacional no Norte de Minas, onde se torna cada vez mais necessário buscar valorizar a escola pública e

gratuita, com a oferta de um ensino de qualidade para todos. Entendo que, para levar adiante as propostas de ensino escolarizado nessa região, é preciso preparar profissionais que desenvolvam competências mais específicas, que expressem os resultados a serem buscados na prática pedagógica, sem perder de vista nossa realidade. Cabe ressaltar que o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri apresentam os piores indicadores socioeconômicos do estado de Minas Gerais, como descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes):

o PIB *per capita* médio do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (R\$2.920,00) representava 53% ou pouco mais da metade da média do Estado (R\$5.517,80), em 2000. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais era de 29%, muito superior à média do Estado, de 12%. Em alguns municípios, como Fruta de Leite, Josenópolis, Ninheira, Crisólita e Setubinha, a taxa é superior a 40%. O IDH médio dessas regiões era de 0,651 em 2000, enquanto a média de Minas Gerais era de 0,719. E, de acordo com o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, elaborado sob a coordenação de Márcio Pochmann & Ricardo Amorim, dos 100 municípios de Minas Gerais que apresentaram o pior índice de exclusão em 2000, 90 estão localizados no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Dos 222 municípios mineiros que apresentaram índice superior a 0,500, Montes Claros foi o único da região incluído. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, 2005, p. 7).

Nesse caso, percebe-se a urgência de incorporar uma política de educação regional que possa, de fato, gerar o crescimento econômico, social, científico e cultural das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais. É necessária uma estratégia para melhorar o desempenho das escolas públicas e, assim, contribuir para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado.

Então, o currículo de Geografia, aplicado nessas escolas, deve permitir a consideração do ensino a partir da realidade local repleta de diversidades, que culminam com a desigualdade social da região. Nesse sentido, a estrutura curricular do ensino de Geografia no Norte de Minas deve oportunizar a formação de um sujeito que possa contribuir para modificar sua realidade, com vistas a uma melhor qualidade de vida. Pensar o ensino de Geografia na realidade do Norte de Minas é pensar o espaço onde os alunos estão inseridos, é pensar o território e a paisagem – com suas características próprias, mas inseridas numa totalidade que é local, regional, nacional e global. Os procedimentos metodológicos de ensino e a estrutura curricular devem levar em consideração esse contexto, estabelecendo as devidas conexões. Concordo com Andrade (2001, p. 13), quando resalta que “o grande dilema do geógrafo e da Geografia brasileira é analisar e procurar soluções para alguns problemas fundamentais, como o da pobreza e o do desnível do desenvolvimento regional”. E isso pode começar por meio do ensino dos conceitos elementares de Geografia, desde as séries iniciais, considerando a diversidade existente no espaço da sala de aula e da escola.

O ensino de Geografia, juntamente com as outras disciplinas da área de Ciências Sociais, tem o objetivo de analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade social, pois é através dela que se extraem os elementos para se refletir a respeito do mundo. Então, na educação básica, precisamos ensinar a partir da leitura da vida e do espaço de vivência, por meio de marcos referenciais, conceitos, conteúdos, metodologias e técnicas, para levar adiante a importante tarefa de, juntos, professores e alunos, conhecerem a nova arquitetura do mundo. Contudo, o olhar espacial é o método a usar no ensino de Geografia, ou seja, o modo como devemos estudar a realidade que tem a ver com a vida dos alunos.

O olhar espacial supõe desencadear o estudo de determinada realidade social verificando as marcas inscritas nesse espaço. O modo como se distribuem os fenômenos e a disposição espacial que assumem representam muitas questões que, por não serem visíveis, têm de ser descortinadas, analisadas através daquilo que a organização espacial está mostrando (CALLAI, 2000, p. 94).

É por intermédio do olhar espacial que compreendemos as dinâmicas sociais, como ocorrem as relações entre os homens e quais as condições, limitações e possibilidades econômicas e políticas que nelas interferem. O ensino de conteúdos vinculados à forma e à dinâmica dos territórios do mundo contemporâneo supõe abordar, concomitantemente, conceitos e categorias geográficas, além da revisão das próprias práticas docentes e da análise crítica de propostas didáticas concretas.

A intenção é aproximar dos alunos ferramentas conceituais para compreenderem os problemas socioterritoriais, bem como levantar hipóteses sobre os efeitos presentes e futuros nos territórios e, assim, imaginar outros cenários possíveis. Contudo, o desenvolvimento dos sujeitos, não somente na esfera intelectual, mas também quanto às habilidades de comunicação e solidariedade, será facilitado, se os alunos se confrontarem com propostas diversificadas e desafiantes do ponto de vista conceitual. Ressaltamos que, de acordo com Gurevich (1998), conceitos e problemas são ferramentas importantes para se desenvolver um trabalho pedagógico em sala de aula. Os conceitos permitem-nos fugir das longas listas de objetos, nomes, quantidades, como assimilados na Geografia clássica, bem como dos dados brutos. Os problemas propiciam pensar os fatos de modo contextualizado e estabelecer relações causais ou intencionais entre eles. Como podemos constatar, na visão de Gurevich (1998, p. 160-161):

los conceptos permiten englobar, abstraer y trascender las informaciones particulares, convirtiéndose así en herramientas básicas para la comprensión. Los conceptos son construcciones históricas y, por lo tanto, cambiantes. Esto significa que como el mundo cambia, las formas de conocerlo e interpretarlo también lo hacen. Sin embargo, puede suceder que continúen empleándose viejos esquemas de significado para nombrar objetos y realidades nuevas.

Para a autora, nas ciências sociais (em nosso caso, a Geografia), existe, de forma permanente, uma ressignificação dos conteúdos, uma reformulação de seu significado e um processo contínuo dotado de novos sentidos que acontecem provisoriamente. “*Estamos frente a nuevos contenidos y a nuevos proyectos conceptuales, en tanto ha variado su significado y su correspondencia con fenómenos y procesos históricamente nuevos*” (GUREVICH, 1998, p. 161). Nesse caso, na escola, não podemos continuar empregando as mesmas definições, falando de conceitos da mesma maneira, haja vista que tais termos se modificaram conforme a própria História.

O ensino de Geografia deve considerar as características teórico-metodológicas apropriadas para cada nível de escolaridade, identificar as desigualdades sociais – de modo a criar relações efetivas entre a escola e o imediato concreto – estruturadas em um determinado tempo e espaço, problematizando-as e despertando os alunos para a procura de alternativas para diminuí-las.

Ao construir os conhecimentos por meio dos conceitos de espaço (produzido pelo homem) e tempo, Callai e Callai (2003) lembram-nos que é importante estudar as relações sociais que se vão estabelecendo entre as pessoas, bem como entre os distintos grupos sociais. Assim, “o espaço diferenciado ocupado por um ou outro grupo ou atividade e as relações que se estabelecem; o tempo, como presente vivo e passado vivido, dimensões necessárias para o viver individual e societário” (CALLAI e CALLAI, 2003, p. 65). O aluno forma, no decorrer do ensino da 1ª à 8ª série, como ponto de partida para o entendimento do espaço, os conceitos-chave de natureza operativa da Geografia, tais como: lugar, região, território e paisagem. Não se trata, aqui, de oferecer às crianças um conceito já pronto e acabado. Ao contrário, trata-se de oportunizar que ela mesma vá construindo seu conhecimento, a partir da realidade próxima. Para isso, o professor deve possuir um conhecimento mais elaborado dos conceitos geográficos, para que possa transpô-los em sua prática, com experiência e sensibilidade, sem maiores embaraços. Pensamos que a formação do professor não se restringe às preocupações metodológicas, mas, sim, pressupõe os fundamentos teóricos, bem como as possíveis formas de tornar a investigação uma prática cotidiana. Para tanto, faz-se necessária uma formação inicial sólida, de maneira que o professor possa (no caso particular do ensino de Geografia) ter domínio dos conceitos geográficos, conteúdos, metodologias e técnicas, uma vez que se pretende que os alunos possam formar-se e transformar-se em cidadãos sintonizados com o mundo complexo.

O conceito de espaço é fundamental no discurso geográfico, visto que é nele que se constroem os imaginários territoriais, que definem nossas identidades – de aceitarmos quem somos, de refletirmos sobre quem somos. Nele, as culturas são manifestadas e os costumes são consolidados; é, portanto, o local onde as coisas acontecem. Tudo isso num determinado lugar (espaço) e num dado momento (tempo). O espaço, como nos ensina Milton Santos, impõe-se “através das condições que ele oferece

para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem” (SANTOS, 1996, p. 45).

O estudo do espaço possibilita ao ensino de Geografia trabalhar com as categorias de análise da paisagem, do território, que contêm o lugar e a região, diretamente ligadas à vivência concreta dos alunos, devendo, portanto, estar situadas nas atividades que os mesmos realizam. Entretanto, não devem ser esgotadas em si mesmas, mas situadas no contexto da educação básica.

No processo de conhecimento da realidade social, a Geografia tem um lugar importante. Trabalhar no presente, tentando entender o mundo real e suas transformações, é o grande desafio do ensino de Geografia. Para tanto, não podemos perder de vista o caminho interdisciplinar para captar a profundidade das relações conscientes entre pessoas, entre elas e as coisas. Fazenda (1997, p. 17) não nos deixa dúvida quando afirma que “pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar por elas”. Numa perspectiva interdisciplinar, por meio do diálogo e da pesquisa, que constroem coletivamente novo conhecimento, professores e alunos devem trabalhar unidos, conhecerem-se e entrosarem-se para, juntos, vivenciarem uma ação educativa mais apropriada.

A pesquisa não é, ou não deveria ser, estranha ao processo de ensino-aprendizagem. Na medida em que o local (ou o nacional) está ligado, de uma maneira ou outra, ao global, a complexidade do mundo não seria mais acessível aos estudantes, se estimulados a identificarem um problema do (no) meio em que vivem, e a proporem soluções? Na interface entre ensino-aprendizagem e pesquisa, as relações entre o local (ou nacional) e o global seriam, certamente, apreendidas durante a realização das atividades na aula de Geografia! Nesse sentido, qual é o novo papel do ensino de Geografia, nos níveis fundamental e médio? Não seria o de articular o local, o regional, o nacional, o mundial, para formar um cidadão ativo – local e globalmente –, considerando a complexidade do mundo?

Tais ponderações, refletem a crença de que seja possível um novo Norte de Minas, melhor para se viver, e a educação escolar é fundamental nessa perspectiva. Todavia, há que se correr riscos e acompanhar cuidadosamente as realizações. Há, ao mesmo tempo, que se preservar uma perspectiva de sonho.

Considerações finais

É de fato inegável a relevância de levar adiante as propostas de ensino escolarizado nesta região. Para tanto, é preciso preparar profissionais que desenvolvam competências mais específicas, que expressem os resultados a serem buscados na prática pedagógica, sem perder de vista nossa realidade. Dessa maneira, formar-se-á um

profissional preparado para combinar valores, habilidades e técnicas na sala de aula, mostrando a contribuição do ensino de Geografia para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo e, em particular, os desafios de mudança e reconstrução das propostas sociais da região, por se tratar de uma área carente de transformação política, econômica e social.

Insisto, então, mais uma vez, em que existem condições objetivas para um salto qualitativo no ensino-aprendizagem da geografia. Uma análise crítica voltada para a realidade do Norte de Minas Gerais, onde prevalecem as desigualdades econômicas e sociais, é imprescindível para um ensino de geografia na formação do professor, de modo que suas práticas concretas gestem novas propostas que confirmem alternativas a um ensino na perspectiva da transformação da realidade regional.

Abstract: The Globalized world, whose changes demand for new knowledge, caused the emergency of demands for new educational practices, in an attempt to replace the traditional ideas in the knowledge formation. Facing the proposed challenges requires, simultaneously, a thought reform as well as an education reform. Due to these transformations, the Geography, as a subject that is in charge of the territory, should consider these changes not only in the embodying of the contents and themes, but also in the methodology and the attitude to be developed in the classroom, as well as the students' expectations.

Key words: Geographic education, diversity, perspectives.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Trajetória e compromisso da geografia brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-13. Repensando o Ensino.

CALLAI, Helena Coppeti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83-134.

_____. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos *et al.* **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003, p. 58–63.

CALLAI, Helena Coppeti; CALLAI, Jaeme Luiz. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos [et. al.] **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos

Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003, p. 65 – 75.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

_____. Ensino de geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, **Educação geográfica: teorias e prática docentes**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 66-78.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUREVICH, Raquel. Conceptos y problemas em geografia. herramientas básicas para una propuesta educativa. Em: Aisemberg, B. y S. Alderoqui (comp). **Didácticas de las Ciencias Sociales II**. Teorías con prácticas. Buenos Aires: Paidós, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

VESENTINI, José William. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: VESENTINI, José William (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 2004. p. 219-248.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009**. Montes Claros, 2005. Disponível em: <<http://www.unimontes.br/arquivos/legislacao/PDI-UNIMONTES-V.2-2005-2009V3.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. de 2006.



RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

**TEMA: “A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO
MUNICÍPIO DE CLARO DOS POÇÕES - MINAS GERAIS”**

MESTRE: Ana Ivânia Alves Fonseca

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Suely Regina Del Grossi

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DA DEFESA: 06 de junho de 2003

RESUMO: Este trabalho discute aspectos do espaço geográfico do município de Claro dos Poções – município situado ao Norte de Minas Gerais, em uma das regiões mais carentes do país – que se encontra, neste limiar de século, com considerável estagnação econômica. Sua economia de base agrária é, na grande maioria, de subsistência, encontrando em poucas fazendas técnicas avançadas de mecanização. No tocante à área física, o município localiza-se numa região de transição do cerrado para a caatinga, o arcabouço que, proporcionado pela geologia, gera formas de beleza incontestável. Ao final do trabalho conclui-se que, apesar da adversidade da região, o povo clarospocense vem buscando, no dia-a-dia, alternativa para a melhoria da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Município, agricultura, pecuária, meio ambiente, cerrado, espaço geográfico.

ABSTRACT: In this work carries out a research of the geographical space of the borough of Claro dos Poções. That borough is situated in the North of the Stated of Minas Gerais. It is an of the more poor regions of Brazil. The borough has been in this threshold of century with economic stagnation. Its economy of agrarian base, in its majority is of subsistence. There are, in few farms, advanced technique of mechanization. Its physical area is in a region of transition from cerrado to caatinga. Its geological form is of beauty. It is concluded in this work, in spite of adversity of the region, that clarospocense people come searching daily alternative to improve their quality of life.

KEY-WORDS: Borough, Agriculture, Cattle Breeding, Environment, Cerrado, Geographical Space.

**TEMA: “GEOPROCESSAMENTO APLICADO AO ESTUDO DO
ESPAÇO URBANO: O CASO DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG”**

MESTRE: Marcos Esdras Leite

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luis Silva Brito

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DA DEFESA: 06/11/2006 de dezembro de 2006

RESUMO: O presente trabalho objetivou mapear a desigualdade socioespacial urbana da cidade de Montes Claros/MG, no ano de 2000, com o uso de técnicas do geoprocessamento. De forma mais específica, este trabalho buscou compreender as conseqüências socioespaciais do processo de crescimento urbano de Montes Claros, a partir da década de 1970, identificando e analisando, com auxílio do sistema de informação geográfica, as áreas mais carentes e, também, as áreas mais ricas da cidade. Sendo assim, o geoprocessamento subsidiou uma discussão sobre a relação entre o crescimento urbano e a desigualdade socioespacial, possibilitando, enfim, propor uma nova divisão intra-urbana em regiões de planejamento, que tem como critérios as semelhanças socioeconômicas, a localização geográfica e o conhecimento popular, permitindo com isso uma maior visibilidade da situação de dualidade social apresentada. Portanto, o estudo da situação socioespacial da cidade Montes Claros, através do geoprocessamento, é uma contribuição para compreender a realidade sócioespacial, haja vista que faz uma discussão inédita sobre essa cidade, além disso, pode ser usado, também, para subsidiar as ações do poder público municipal quanto ao planejamento urbano e ao desenvolvimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano, desigualdade, mapa e geoprocessamento

ABSTRACT: The present work aimed at to map the urban partner-space inequality of Montes Claros/MG's city, the year of 2000, with the use of techniques of the geographical information system. In a more way it specifies, this work looked for to understand the partner-space consequences of the process of urban growth of Montes Claros, starting from the decade of 1970, identifying and analyzing, with aid of the, the most lacking areas and, also, the richest areas of the city. Being like this, the geographical information system subsidized a discussion about the relationship between the urban growth and the partner-space inequality, making possible finally, to propose a new intra-urban division in areas of planning, that has as criteria to

likeness social and economical, the geographical location and the popular knowledge, allowing with that, a larger visibility of the situation of presented social duality. Therefore, the study of the partner-space situation of the city Montes Claros, through the geographical information system, it is a contribution to understand the partner-space reality, have seen that he/she makes an unpublished discussion on that city, besides, it can be used, also, to subsidize the actions of the municipal public power with relationship to the urban planning and the social development.

KEY-WORDS: Urban, Inequality, Map and Geographical Information System

**TEMA: “ENSINO DE GEOGRAFIA E FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: DAS EXPECTATIVAS DO CURSO NORMAL
SUPERIOR DA UNIMONTES À REALIDADE”**

MESTRE: Janete Aparecida Gomes Zuba

ORIENTADOR: Prof^a. Dr^a. Vânia Rúbia Farias Vlach

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DA DEFESA: 12 de dezembro de 2006

RESUMO: Esta dissertação investiga o ensino de Geografia na formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, egressos do Curso Normal Superior da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no período de 2000 a 2002, e atuantes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Montes Claros-MG, com o objetivo de compreender o processo de formação em suas relações com as práticas desenvolvidas nessa disciplina. É uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa. Foram caracterizados os professores – alunos do Curso Normal Superior da Unimontes –, considerando o percurso da formação superior e em serviço, e os laços estabelecidos entre o espaço profissional e o pessoal. A proposta do referido curso parte do princípio da experiência do professor como base da formação em serviço, para preparar um profissional que seja reflexivo e capaz de contextualizar, efetivamente, teoria e prática. O estudo revelou que as professoras da Rede Municipal de Ensino buscaram o Curso Normal Superior para um aperfeiçoamento profissional e não apenas em decorrência da exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96. Entretanto, o exame de suas posições teórico-metodológicas revelou desconhecimento, por parte da maioria, do que se considera importante ensinar em Geografia, inclusive a ausência da denominada alfabetização cartográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia, formação de professores, séries iniciais do ensino fundamental.

ABSTRACT: This dissertation investigates the teaching of Geography in the formation of the Teachers of the initial series of basic education, egresses of the Normal Superior Course of The Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, in the period ranging from 2000 to 2002, and who work in the Municipal schools of the City of Montes Claros, aiming to understand the process of formation in relation to their practices developed in this discipline. It is a research of quant-qualitative nature. The

student-teachers of the Normal Superior course were characterized by taking into account the graduate course of their formation and in service, also the bonds established between the professional place and the staff. The proposal of the course in study begins by the principle of the experience of the professor as base of the formation in service, to prepare a professional who is reflective and capable of contextualizing, effectively, theory and practice. The study revealed that the teachers of the Municipal Education Schools had looked for the Normal Superior Course as a professional improvement, and not only as result of the requirement of the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96. However, the examination of their theoretic-methodological position showed unfamiliarity, on the part of the majority, of what can be considered important to teach in Geography, including the absence of the called cartographic alphabetization.

KEYWORDS: Teaching of Geography - Teachers' formation - Initial Series of Basic Education.

TEMA: “A CIDADE MÉDIA E SUAS CENTRALIDADES: O EXEMPLO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS”

MESTRE: Iara Soares de França

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a Beatriz Ribeiro Soares

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DA DEFESA: 23 de fevereiro de 2007

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar as novas centralidades da cidade média de Montes Claros/MG que foram criadas a partir da formação de subcentros na referida cidade. Montes Claros é considerada a única cidade média do Norte de Minas Gerais, com uma população superior a 350 mil habitantes, e apresenta alterações no seu espaço intra-urbano, a saber: aumento populacional, crescimento e dinamização dos setores de comércio e prestação de serviços e necessidade de atendimento de demandas de consumo, entre outros fatores que impulsionaram o surgimento de novas formas comerciais em áreas não restritas ao núcleo central. Mesmo assim, o núcleo central permanece sendo a principal área econômica da cidade, tendo em vista a concentração de atividades de consumo imediato, secundárias e especialização funcional. Tal espaço abriga tanto ramos de comércio e prestação de serviços diversos, como residências antigas – denotando a origem da cidade, com prédios residenciais, comerciais e mistos. Tendo em vista as importantes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em Montes Claros após a segunda metade do século XX, têm-se novas modalidades de comércio e consumo instaladas em espaços considerados periféricos. Esses espaços comerciais criam novas centralidades que condicionam o desenvolvimento de bairros e ao mesmo tempo promovem a valorização de espaços, bem como um maior atendimento às populações. Os subcentros Major Prates e Esplanada ilustram essas novas centralidades. O estudo está estruturado em três partes. A primeira discute o processo de urbanização brasileira e a emergência das cidades médias como importantes espaços na economia do país e temática de estudo de alguns pesquisadores pós década de 1970 por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND e do Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – o PNCCPM, parte integrante do II PND. Com isso, procurou-se identificar e problematizar a situação de Montes Claros enquanto cidade média por meio de estudo de alguns parâmetros como aspectos demográficos, serviços e infra-estrutura urbana, PIB e

IDH. A segunda parte analisa a expansão urbana de Montes Claros a partir do núcleo central associada ao processo de descentralização. Com isso, o núcleo central deixa de ser o espaço único e monopolizador da produção e reprodução da atividade econômica para atendimento das demandas populacionais. A terceira parte examina a formação de novos núcleos comerciais, ou seja, novas centralidades por meio da configuração dos subcentros Major Prates e Esplanada, dois espaços econômicos peculiares que polarizam as regiões Sul e Nordeste da cidade, respectivamente, produzindo novas espacialidades no espaço intra-urbano de Montes Claros/MG.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias, urbanização, centralidades, subcentros, Montes Claros (MG).

ABSTRACT: This work has as its aim to analyze the new centralizations in the middle size City of Montes Claros / MG, that were created after the sub-centers constitutions in that city. Montes Claros is the only one middle size city in the north region of Minas Gerais, with more than 350 thousands inhabitants and shows alterations in its intra-urban space, like: population growth, enhancement and activity of its retail and services sectors, and its need to fulfill the market demands, among other reasons that revamped the installation of new commercial centers in areas outside the central nucleus of the city. However, it still is the main economic area of the city, due to the concentration of the immediate and secondary consumer activities, and functional specialization. Such a place holds retail and services as well as old houses – that shows the city origins, like residential, commercial and mixed buildings. From the broad economic, political and social changes that took place in Montes Claros after the second half of the XX century, there are new ways of trade and consumption that set place in the so called peripheral areas. Those commercial spaces start new centralizations that allow district development and at the same time improve the market value of real state, as well as better services to its population. The sub-centers Major Prates and Esplanada are vivid examples of such centralizations. This work has three parts. The first one analyses the Brazilian urbanization process and the emerging of middle size cities as important spaces in the country economy and subject of study for some researchers after the 1970' by means of the II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, called II PND, and the Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, called PNCCPM (belonged to the II PND). Hence, we identified and questioned Montes Claros situation as a middle city through the study of some demographic characteristics, services, urban infrastructure, PIBm, and IDH. The second part analyses the urban grow of Montes Claros from the central nucleus associated to the process of decentralization. Thus, the central nucleus loses its uniqueness and production and reproduction monopolizing space in the fulfillment of the population demands. The third and last part deals with the instauration of new commercial nucleus, it means, new centralizations by the means of the configuration of the Major Prates and Esplanada sub centers, two particular economic spaces that polarized the South and Northeast city regions, respectively, producing new environments in the intra-urban space of Montes Claros.

KEYWORDS: Middle size cities, urbanization, centralizations, sub-centers, Montes Claros (MG).

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A REVISTA “CERRADOS” é um periódico anual do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – que visa à publicação de trabalhos de interesse da ciência geográfica e de áreas afins, admitindo-se contribuições de Professores/Pesquisadores, não apenas da Unimontes, mas, também, de outras instituições de ensino ou de pesquisas, nacionais ou estrangeiras.

Serão aceitos somente trabalhos originais e inéditos em forma de artigos e notas de pesquisa, traduções técnicas, resenhas, entrevistas, retrospectivas e resumos técnico-científicos.

O(s) autor(es) deverá(ão) enviar ao Conselho Editorial o trabalho, em disquete, acompanhado de duas cópias impressas, constando, apenas em uma delas, a identificação do(s) autor(es). **Os originais devem ser encaminhados completos, incluindo as figuras (caso haja) e definitivamente revistos.**

Os originais devem ser apresentados em letra tamanho 12, fonte *Times New Roman*, espaço duplo, folha A4, margens 2,5 cm (superior e inferior) e 3 cm (direita e esquerda), versão *Word for Windows 8.0* ou inferior. A extensão do texto poderá variar de 10 a 30 páginas para artigos e traduções (as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e o original do texto), até 7 (sete) páginas para resenhas, notas, resumos e relatórios, e até 8 (oito) páginas para entrevistas e retrospectivas.

Os trabalhos deverão ser estruturados conforme a seguinte seqüência:

1- Título do trabalho (em português e no idioma do resumo).

2- Nome(s) do(s) autor(es) por extenso – somente em uma das cópias impressas – deve(m) vir à direita da página, acompanhado(s) das referências acadêmicas do(s) autor(es) informadas em nota de rodapé. A remissão dessa nota deve ser feita pela utilização do símbolo asterisco (*), já que as remissões numéricas são reservadas às notas explicativas. Citar o endereço eletrônico.

3- Resumo – os artigos deverão ser acompanhados de resumos com o máximo de 200 palavras, em português, inglês, francês ou espanhol, bem como de palavras-

chave (Unitermos/Key-Words), máximo de cinco palavras. Os resumos e suas respectivas palavras-chave devem ser encaminhados em folhas separadas.

4- Texto – deve ser apresentado dentro da estrutura lógica de um trabalho científico. Usar para as citações, notas de rodapé (devem ser usadas somente quando indispensáveis), bem como para as referências, as normas atualizadas da ABNT, divulgadas em 2000/2001. Contribuições de autores nacionais serão exclusivamente em português, permitindo-se aos autores estrangeiros trabalhos em inglês, francês ou espanhol.

5- Figuras (gráficos, mapas, desenhos, esquemas, fotografias, tabelas e outras) – devem ser monocromáticas, numeradas consecutivamente, encabeçadas por título, conter legendas informando a fonte de consulta e permitir uma perfeita legibilidade, haja vista a sua redução no texto.

- As resenhas e notas dispensam o resumo e as palavras-chave. As entrevistas devem seguir a forma pergunta-resposta.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL:

- Trabalhos entregues fora das normas não serão analisados.
- Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada.
- O Conselho Editorial acusará o recebimento dos originais.
- Todos os trabalhos entregues à publicação serão apreciados por pareceristas, membros do Conselho Editorial e professores do corpo docente da UNIMONTES ou membros do Conselho Consultivo da Revista “Cerrados”, mantendo em sigilo a autoria dos textos.
- O Conselho Editorial não fará tradução de trabalhos ou resumos para outra língua.
- Cabe ao Conselho Editorial a decisão referente à oportunidade da publicação dos trabalhos recebidos, baseado nos pareceres.

- Os trabalhos não selecionados pelo Conselho Editorial serão devolvidos, podendo ser retirados pelo autor no Departamento de Geociências da UNIMONTES, ou requisitados por correspondência, após o recebimento do parecer.
- Os autores dos trabalhos aprovados deverão receber dois (02) exemplares da revista que contiver seu artigo. Caso haja mais de um autor para o mesmo trabalho, cada um terá direito a apenas um exemplar.
- O envio de qualquer colaboração implica, automaticamente, na cessão dos direitos autorais à Revista “Cerrados”.
- Todos os casos não previstos serão analisados pelo Conselho Editorial que, além de ser responsável pela decisão final da temática, no caso de edições temáticas – dossiês, pela leitura crítica e aprovação/seleção dos trabalhos enviados, ficará encarregado de informar ao(s) autor(es) da possibilidade da publicação, **contra os quais não caberá recurso**.

Os trabalhos deverão ser enviados para o Departamento de Geociências da UNIMONTES.

ENDEREÇO:

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – CCH – UNIMONTES

REVISTA “CERRADOS”

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro.

Av. Dr. Rui Braga, s/nº – Vila Mauricéia

CEP: 39401-089 – Montes Claros, MG.

Telefone: (38) 3229.8238 ou (38) 3229.8266 (GESA)

E-mail: **geociencias@unimontes.br**

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marina de Fátima Brandão Carneiro.

REVISTA CERRADOS

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Centro de Ciências Humanas – CCH
Departamento de Geociências
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Caixa Postal 126 – CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG
E-mail: geociencias@unimontes.br
Tel. (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA)

Pede-se permuta
We ask for exchange
Se solicita canje
On demande échange

FICHA DE ASSINATURA

NOME:.....

ENDEREÇO: Rua/Av.....

.....Nº.....Complemento:.....

Bairro:.....

Cidade:.....Estado:.....

CEP:.....Telefone:.....

E-mail:.....

Instituição:.....

Cargo/Função:.....

